

PETROSUR



ANDREZA LIMA

Atena
Editora
Ano 2023

PETROSUR



ANDREZA LIMA

Atena
Editora
Ano 2023

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva da autora, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos a autora, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof^a Dr^a Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^a Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof^a Dr^a Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof^a Dr^a Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^a Dr^a Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^a Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^a Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^a Dr^a Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campina
 sProf^a Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 aProf^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^a Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: A autora
Autora: Andreza Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
L732	<p>Lima, Andreza PETROSUR / Andreza Lima. – Ponta Grossa - PR: Atena Editora, 2023.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-1095-9 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.959232404</p> <p>1. Venezuela. 2. Chávez Frías, Hugo, 1954-2013. I. Lima, Andreza. II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 918.7</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DA AUTORA

A autora desta obra: 1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao conteúdo publicado; 2. Declara que participou ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certifica que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autoriza a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Ao conjunto de pessoas que tornaram os meus dias possíveis de serem
vividos com alegria, e que entenderam a necessidade de não me desviarem
do meu foco.

“Chiquita”, mãe, pai, mana e sobrinhos.

Amo vocês!

¡De qué manera transformaste al mundo, prodigio oculto en el fondo de la tierra!, presiento vida en tu rugir profundo, presagio a Dios detrás de tu existencia. Miro las torres, los obreros, los machines, miro el taladro, el sudor, las manos tensas, y me pregunto dónde estás en este instante dormitando mientras llega tu emergencia.

Y luego veo cuando brota el agua y la ansiedad de los hombres aumenta, y luego siento cómo expele el suelo la maravilla de tu substancia negra.

Óscar Humberto Gómez

A compreensão do chavismo e de seu modelo político depende de uma base histórico-conceitual e da percepção das mudanças ocorridas no século XX. Por meio dessa estrutura estudou-se a política petroleira adotada no governo de Hugo Chávez (1999-2013) para fins de integração regional com o Mercosul através da proposta denominada Petrosur. Para compreender esse tema, optamos por analisar aspectos geográficos, políticos, econômicos e legais que pudessem se caracterizar como empecilhos à concretização da proposta, bem como o caráter ideológico dos discursos chavistas associados às diversas fissuras internas de setores estratégicos da economia venezuelana. Portanto, essa obra apresenta os resultados de um estudo consistente a respeito da realidade venezuelana logo após o falecimento de Chávez (que nos deu um vislumbre da Venezuela atual), mas que, na verdade, configura-se como o reflexo de um passado repleto de questões não resolvidas.

LISTA DE SIGLAS	1
INTRODUÇÃO	3
VENEZUELA SOB A ÓTICA DESENVOLVIMENTISTA.....	6
ASPECTOS TEÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO.....	7
Desenvolvimento regional	9
Venezuela e Brasil: marcos de aproximação	15
Cooperação bilateral entre Brasil e Venezuela	18
Venezuela no Mercosul	20
FORMAÇÃO POLÍTICA DA VENEZUELA NO SÉCULO XX	22
POLÍTICAS VENEZUELANAS NO DECORRER DO SÉCULO XX	23
Partidos Políticos	27
Crise de Identidade Política	28
ERA CHÁVEZ: CONSTRUÇÃO SOCIOPOLÍTICA E IDEOLÓGICA.....	30
CONTEXTO DO PETRÓLEO NA VENEZUELA	34
O Período Democrático.....	38
Viernes Negro	40
Petróleo na Era Chávez.....	42
PETROSUR: POLÍTICA PÚBLICA DE CARÁTER EXTERNO.....	44
O PETRÓLEO COMO RECURSO INTEGRACIONISTA.....	45
Petrocaribe	47
Petroandina	47
Petrosur.....	48
O PETRÓLEO COMO RECURSO PARA A CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA.....	50
Contexto político-econômico da Petroamérica na era Chávez	53
A construção da <i>Petrosur</i>	53
EMPECILHOS AO AVANÇO DA PROPOSTA.....	56

Brasil: uma barreira à integração energética regional?	57
Roraima no contexto da integração energética.....	60
O exemplo de Guri	64
Importância da energia venezuelana para o desenvolvimento de Roraima	67
O CENÁRIO INCERTO DO PETRÓLEO NA VENEZUELA	69
Interferência política no âmbito petrolífero	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	85
SOBRE A AUTORA	91

LISTA DE SIGLAS

AD	<i>Acción Democrática</i>
ALBA	<i>Alternativa Bolivariana para las Américas</i>
ANC	<i>Asamblea Nacional Constituyente</i>
APA	Áreas de Proteção Ambiental
APP	Áreas de Preservação Permanente
ARIE	Áreas de Relevante Interesse Ecológico
ARL	Área de Reserva Legal
BCV	Banco Central de Venezuela
BM	Banco Mundial
CAN	Comunidade Andina de Nações
CEPAL	<i>Comisión Económica para América Latina y el Caribe</i>
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
COPEI	<i>Comité de Organización Política Electoral Independiente</i>
CS	Conselho de Segurança
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FLONA	Floresta Nacional
FMI	Fundo Monetário Internacional
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAS	<i>Movimiento al Socialismo</i>
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MPPRE	<i>Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores</i>
MRE	Ministério de Relações Exteriores
MVR	<i>Movimiento V República</i>
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PARNA	Parque Nacional

PDVSA	Petróleos de Venezuela S.A.
PETROAMÉRICA	Petróleo da América (Latina)
PETROANDINA	Petróleo dos Países Andinos
PETROCARIBE	Petróleo dos Países Caribenhos
PETROSUR	Petróleo dos Países do Sul
PIB	Produto Interno Bruto
PNOT	Política Nacional de Ordenamento Territorial
PPT	<i>Patria Para Todos</i>
PSUV	Partido Socialista Unido de Venezuela
REBIO	Reserva Biológica
RESEX	Reserva Extrativista
RPPN	Reservas Particulares do Patrimônio Natural
SELA	<i>Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe</i>
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento
UC	Unidades de Conservação
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE	Zoneamento Ecológico e Econômico
27F	<i>27 de Febrero</i>

INTRODUÇÃO

A figura de Hugo Rafael Chávez Frías (1954-2013), ex-presidente da República Bolivariana de Venezuela, foi alvo de grande interesse internacional, devido aos seus ideais políticos e seus discursos nacionalistas. Sua atuação internacional projetou a Venezuela, gerando muitas vezes aceitação nacional ou alvoroço político interno e externo. Este contexto revelou que a Venezuela do início do século XXI foi marcada de forma significativa e as consequências desse período poderão desencadear novos processos de mudança no futuro.

O cenário político complexo da Venezuela revelou que no decorrer do século XX, o país passou por altos e baixos políticos que afetaram não só a população, mas também a economia e o desenvolvimento interno de vários setores, inclusive o da indústria. Ideologicamente, Chávez tinha o intuito de mudar este cenário de “desordem” e equilibrar os setores político, econômico, social, territorial e internacional, fortalecendo a Venezuela para que competisse em pé de igualdade, com os demais Estados do mundo globalizado.

Em seus discursos, Chávez alegava que sua maior preocupação era impedir o domínio político dos Estados Unidos no continente americano. Para tal, utilizou-se dos ideais integracionistas de Bolívar e dos modelos de cooperação multilateral implantados no século XX, através das quais estruturou uma proposta de política pública no setor petrolífero de alcance internacional, a fim de criar uma integração energética em praticamente todo o continente americano, excluindo dessa participação apenas os países do Norte.

Porém, as diversas críticas, as contradições nos discursos, o forte caráter ideológico da política venezuelana, a centralização do poder na figura do presidente e a busca pela implantação de uma cultura multilateralista, dificultaram o entendimento das propostas chavistas, resultando em diversas discussões sobre a temática. E por se tratar de uma política complexa, que de forma macro envolve a América Latina, o Caribe e a América do Sul, delimitamos esta pesquisa a partir de dois recortes: o geográfico e o histórico.

O objeto estudado foi a política petrolífera adotada no governo de Chávez (1999-2013) para fins de integração regional com o Mercosul através da proposta denominada *Petrosur*, a qual envolveria o estado de Roraima tão logo fosse implantada. Foram analisados aspectos geográficos, políticos, econômicos e legais da Venezuela que pudessem explicar esse cenário. De forma macro, dados sobre o estado de Roraima, o Brasil e o Mercosul também foram contemplados nesta pesquisa. O período histórico abordado faz uma breve descrição da política venezuelana durante o século XX a fim de contextualizar o cenário que originou os fatos ocorridos entre 1999, quando Chávez assumiu a presidência da Venezuela, e 2013, quando o mesmo faleceu.

O interesse por este estudo fundamentou-se na necessidade de mostrar uma visão externa dos acontecimentos políticos que ocorreram na Venezuela durante a administração chavista e que no Brasil foram poucas vezes ou superficialmente abordados. Outra motivação para a execução desta pesquisa, foi a busca por respostas que evidenciassem a possibilidade da concretização da proposta venezuelana. Uma vez obtidas, as mesmas poderiam subsidiar novas análises relativas ao desenvolvimento regional e seus possíveis benefícios ao estado de Roraima.

O discurso de Chávez era fortemente ideológico e possuía um grau de convencimento elevado. A forma como discursava sobre a integração energética sul-americana remetia à necessidade de fortalecimento dessa região. Mas, diante do histórico político e econômico nacional repleto de fissuras, percebeu-se que esse discurso poderia esconder uma motivação diferente da que era exposta aos Estados e que os objetivos da proposta de integração energética ultrapassassem os do desenvolvimento regional.

Portanto, para entender o que é de fato a *Petrosur*, questionamos que interesses existiam por trás dessa iniciativa e qual a possibilidade de que este projeto de integração se concretizasse nos moldes em que foi idealizado. Para responder inicialmente estas questões, elencamos as seguintes hipóteses:

- que o verdadeiro interesse do ex-presidente era projetar internacionalmente a Venezuela para que fosse reconhecida como uma potência petroleira, o que consequentemente ampliaria sua zona de domínio e de poder no continente;
- que a proposta integracionista foi um mecanismo criado com o intuito de melhorar a infraestrutura de seu setor petroleiro interno e obter maior domínio dos recursos energéticos a nível continental;
- que se uma integração considerasse aspectos econômicos, sociais, políticos, geográficos, entre outros, a proposta *Petrosur* encontraria empecilhos que poderiam retardar ou impedir sua concretização.

Por se tratar de uma obra de infraestrutura que visa interligar a Venezuela à Argentina, passando pelo Brasil e Uruguai, percebeu-se que o estado de Roraima poderia caracterizar o primeiro empecilho à mesma, devido às unidades de conservação, áreas de proteção ambiental, terras indígenas, entre outras que possui e que poderiam dificultar a implantação do projeto devido às restrições legais que lhes caracterizam.

Com base nessas hipóteses, o principal objetivo deste trabalho foi analisar o grau de operacionalidade da política de integração energética denominada *Petrosur*, principalmente no que diz respeito à sua implementação no estado de Roraima. Todavia, um desenvolvimento regional encabeçado pela Venezuela nos remeteu à uma leitura crítica da realidade político-econômica da era Chávez.

A amplitude e complexidade de um tema como este, aumentam significativamente

os espaços para discussão e permitem que estigmas e/ou estereótipos mal fundamentados acerca da realidade petroleira no país possam ser desmistificados, desde que haja o máximo de imparcialidade na coleta de dados e o cuidado com as obras utilizadas, uma vez que os discursos se contrapõem em dois extremos: os que são a favor e os que são contra o governo.

Portanto, essa pesquisa apoiou-se em bibliografias que descreveram a Venezuela a partir dos dois pontos de vista anteriormente citados, e em dados oficiais do governo. Utilizaram-se os métodos dialético e histórico para analisar os dados, contrapondo os discursos de uma realidade cíclica. Para a realização desta pesquisa, foi feita uma viagem à Venezuela, onde foram pesquisados materiais em Ciudad Bolívar, Cumaná e Caracas. Também foi feita uma visita ao *Ministério del Poder Popular para las Relaciones Exteriores* da Venezuela (MPPRE) para a coleta de dados oficiais.

Os dados analisados foram divididos em três seções principais: a primeira teve um enfoque conceitual e a abordagem passou pelos conceitos de desenvolvimento regional e outros, relativos à área de Relações Internacionais, que permitiram uma análise multifocal. Também foi feita uma breve menção aos acordos bilaterais entre Brasil e Venezuela, que demonstraram as parcerias e a aproximação dos dois países em momentos distintos da história.

Na segunda, foi estruturado um quadro histórico a respeito da política e economia petroleira da Venezuela no decorrer do século XX, cuja importância revelou-nos os motivos de mudanças radicais na política doméstica a partir da ascensão de Chávez. Por fim, a última seção analisou o cenário petroleiro na era Chávez, enfocando aspectos econômicos e políticos internos e externos. Essa construção permitiu a análise da proposta de integração energética denominada *Petrosur*, tanto em nível doméstico da Venezuela, quanto das especificidades do estado de Roraima, gerando dados que nos permitiram concluir que na conjuntura atual, o grau de aplicabilidade da mesma é incerto, ainda que o recurso petroleiro seja a melhor ferramenta que o país possui para avançar rumo ao desenvolvimento.

O que também ficou evidente, é que os empecilhos econômicos e legais de Roraima que poderiam impedir a concretização da proposta, foram relegados a segundo plano. Além da indústria petroleira venezuelana precisar de investimentos capazes de subsidiar seus avanços, existem estruturas políticas domésticas que estão com suas bases abaladas, e enquanto a dificuldade nacional de criar modelos administrativos benéficos ao Estado e à população existir, muito se perderá em nível de parcerias entre os Estados Sul-americanos.

VENEZUELA SOB A ÓTICA DESENVOLVIMENTISTA

Hugo Rafael Chávez Frías tinha um ideal: reestruturar as bases políticas e econômicas da República Bolivariana de Venezuela e findar a crise histórica vivenciada pelo país desde sua independência. A base de sua doutrina foi cívico-militar, fundamentada nas necessidades de romper com os modelos administrativos anteriores e de recuperar os ideais bolivarianos, a fim de torná-lo guia referencial na construção de políticas futuras para o país (FRÍAS, 2014).

Em seus discursos, Chávez sempre se referia aos conceitos de liberdade e soberania, e mostrava sua fórmula para tal, que era promover a mudança interna por meio da justiça social. Sua estrutura política baseou-se nos pensamentos filosóficos de Simón Bolívar, na conversão do modelo socialista tradicional em democracia social (ou Socialismo do século XXI) e na ideologia de uma integração militar e econômica que gerasse benefícios sociais¹.

Ao conceituar o termo democracia, Bobbio, Matteucci e Pasquino (2009) revelam que existe uma tradição histórica que precisa ser conhecida para que se compreenda com profundidade o termo em si. Na tradição histórica estão a teoria clássica ou aristotélica, a medieval de origem romana e a moderna, descrita por Maquiavel.

Através destas, o termo se remodelou em vários conceitos derivados que englobam a democracia no liberalismo, que prima pela liberdade civil e política dos cidadãos, repercutindo, conseqüentemente, nas ações do Estado; e a democracia no socialismo, que critica a democracia representativa e exige a participação popular no controle do poder do Estado. Além destas, outros modelos podem usufruir do termo, sempre o adaptando ao modelo político a ser instaurado.

Essa ótica nos revela que o conceito utilizado por Chávez foi o mais próximo do modelo socialista, ainda que não se enquadrasse totalmente no mesmo, pois a política venezuelana ainda possui o modelo representativo, ou seja, pode-se considerar que exista o modelo democrático dentro do socialismo do século XXI.

Assim, a concepção de integração proposta por Chávez estava relacionada com a ideia de desenvolvimento, e durante o auge do seu governo, várias iniciativas foram previstas, mas algumas não saíram do papel, como é o caso da política petroleira para o Mercado Comum do Sul (Mercosul), denominada *Petrosur*². Esta proposta, bem como sua estrutura operacional, remete a um arcabouço desenvolvimentista e foi a partir desta lente que se desenvolveu esta pesquisa.

1. Para mais detalhes sobre a estrutura desta política, consultar FRÍAS, Hugo. **O livro azul**. Recife: Bagaço, 2014.

2. A *Petrosur* é um dos ramos da Petroamérica, mas frequentemente se fará menção ao termo Petrocaribe, o qual nomeou o projeto de integração petroleira da Venezuela.

ASPECTOS TEÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO

Na análise do desenvolvimento, dois pontos de vista denominados por Boisier (1996) como macro e micro devem ser considerados para que se faça uma leitura adequada da realidade e se compreenda os porquês de determinadas circunstâncias. O primeiro refere-se à capacidade do Estado de promover tendências políticas e econômicas capazes de atingir diversas áreas e atores, podendo, inclusive, abalar as estruturas decisórias nacionais; e o segundo, diz respeito ao indivíduo, as suas reações às influências do espaço em que habita e às ações dos Estado que o afetam.

Durante a administração chavista (1999-2013), a Venezuela projetou-se internacionalmente através de suas aspirações econômicas e políticas. Neste mesmo período, a abrangência das ações transformadoras ali vivenciadas, afetou todos os setores internos do país, seus cidadãos e os atores externos. Este fato possibilitou a análise da mesma a partir dos dois critérios propostos, porém, por se tratar de uma realidade complexa, a mesma também pôde ser avaliada a partir de três cenários específicos:

O contextual, que mostra como os avanços da globalização levaram os Estados a novos mecanismos de interação internacional sem que perdessem suas identidades políticas ou, na medida do possível, comprometessem suas economias; o estratégico, que representa uma interface entre a realidade interna do Estado e as demandas externas, a fim de encontrar um equilíbrio vantajoso para ambos os lados; e o político, cujo objetivo foi criar modelos administrativos mais adequados ao desenvolvimento regional de acordo com as realidades do período (BOISIER, 1996).

Estes cenários possibilitam uma análise mais consistente da realidade de um Estado. Isso ocorre, segundo Boisier (1996), porque nas últimas décadas, as regiões se articularam por uma relação de dominação e dependência, funcionando de forma hierárquica ordenada. Ou seja, há um espaço geográfico que se sobrepõe a outro³. No caso da Venezuela, há um conflito entre os cenários contextual e político, pois as demandas externas do modelo globalizado não foram plenamente atendidas devido aos entraves criados pelo modelo político nacional.

Isto mostra que existem peculiaridades no modelo político-econômico venezuelano, que interferem na concretização de ações e acordos multilaterais que gerem desenvolvimento. Entretanto, as lentes teóricas utilizadas no decorrer deste capítulo, permitiram identificar quais fatores estão associados a tais dificuldades e quais lacunas precisam ser elucidadas para que o desenvolvimento se estabeleça plenamente.

A construção do conceito de desenvolvimento, entretanto, é ampla. Inicialmente, seu

3. Essas regiões se referem aos Estados e às divisões internas de um país. No Brasil, por exemplo, o estado de São Paulo pode ser considerado hierarquicamente superior ao do Acre (BOISIER, 1996).

foco era essencialmente econômico, mas na atualidade, o foco social se tornou relevante. Assim, pode-se dizer que o desenvolvimento econômico envolve a capacidade de se aproveitar diversas oportunidades que possam de forma efetiva, beneficiar a coletividade.

Dentre alguns autores renomados desta temática está Celso Furtado (1961), cujo conceito de desenvolvimento era ortodoxo, mas, durante a construção de sua teoria, concluiu que o processo desenvolvimentista podia ser observado a partir das óticas: social, política, econômica, cultural, entre outras.

O fator econômico na visão de Furtado (1961), possui grande relevância nesse estudo, mas apesar dos avanços por ele proporcionados, a população não possui acesso pleno aos seus benefícios, logo, não há um desenvolvimento justo para a sociedade como um todo. Para o autor, o desenvolvimento é fruto de vários fatores que se complementam e da constante inovação técnica, mas, o mesmo só é efetivo quando aspectos sociais são considerados pelo Estado na formulação de suas políticas.

Souza, Ramalho e Mota (2014) mostram uma aproximação teórica entre Celso Furtado e Amartya Sen e revelam que o conceito de desenvolvimento descrito por ambos, não é estático nem rígido. Em Sen, o desenvolvimento é fruto do uso das liberdades individuais e em Furtado, das potencialidades humanas expandidas que geram ambientes criativos e produtivos, ou seja, o desenvolvimento aliado a aspectos sociais revela um processo evolutivo. O resultado da evolução social, no entanto, não se revela de forma simples. Amartya Sen (2010) descreve o desenvolvimento a partir de dois extremos: o feroz e o alternativo. O primeiro, diz respeito aos processos de segurança social promovidos pelo Estado que são frutos do próprio processo desenvolvimentista.

O segundo, defende que o desenvolvimento se dá com maior proveito quando existem trocas benéficas entre as redes de segurança social promovidas pelo Estado, pois estas garantem à população, liberdades políticas e desenvolvimentistas. Em resumo, Sen (2010) vê o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais de cada cidadão.

Sen elenca seis aspectos relevantes para a compreensão de sua teoria: a) a riqueza como mediadora entre renda e realização; b) as liberdades individuais e coletivas que garantem os direitos à sobrevivência e ao exercício político e civil; c) o ser humano como coparticipante direto das ações econômicas; d) os comportamentos humanos diante das condições de vida; e) o dever do Estado de prover condições de vida digna, e; f) a diferença entre os conceitos de capital humano e capacidades humanas⁴ (SOUZA; RAMALHO; MOTA, 2014).

4. Nível de especialização do indivíduo que permita uma participação direta nos meios de produção. É o potencial individual de lidar com a realidade de vida e, a partir dela, criar melhorias em suas escolhas reais para concretizar sua vontade de viver a vida como idealizou (SOUZA; RAMALHO; MOTA, 2014).

Nesta visão, o desenvolvimento é concebido como a capacidade do homem de construir sua própria realidade com liberdade, pois o mesmo pode transformar o mundo e é o próprio responsável por sua afirmação. Assim, a aproximação teórica entre Sen e Furtado apresenta características equivalentes, como por exemplo, a realidade histórica, o papel do ser humano como promotor do desenvolvimento em nível individual e coletivo, e a realidade social como fator desencadeante de tomada de decisão.

A Venezuela do período chavista foi analisada a partir desta percepção, pois a política e a economia foram redirecionadas ao âmbito social. Chávez acreditava que a mudança de pensamento da nação transformaria a realidade doméstica⁵ (FRÍAS, 2014).

O crescimento econômico é de importante ajuda para medir o nível de desenvolvimento de uma sociedade. Porém, o real desenvolvimento depende de transformações significativas nas estruturas sociais. Sob esta ótica, Sen e Furtado apresentaram propostas complementares nas quais o ser humano é o foco do desenvolvimento, ou seja, o mesmo se dá por ele e para ele (SOUZA; RAMALHO; MOTA, 2014).

Desenvolvimento regional

A lógica teórica apresentada, remete ao desenvolvimento que parte do individual para o regional. Existem várias teorias que tentam explicar a dinâmica regional, seus determinantes econômicos e o movimento de mercado implícito nesse cenário. Porém, para se compreender como estes se relacionam, antes faz-se necessário definir o que é território, região e o que é desenvolvimento.

No conceito de território estão embutidos aspectos físicos, históricos, jurídicos e simbólicos, o que o caracteriza como um termo repleto de significados. Assim, pode-se resumir essas postulações abrangentes em um conceito que o descreva como o espaço físico do Estado- Nação, que possui soberania nacional, ou seja, poder e controle estabelecidos historicamente a partir da construção de uma identidade nacional fruto de uma interação social (BRASIL, 2006).

Região é um ambiente formado por vários territórios (nacionais ou internacionais), que ao receber influências internas e externas, passa por processos de crescimento e declínio constantes, logo, a mesma “[...] é representada por um conjunto de pontos do espaço que tenham maior integração entre si do que com relação ao resto do mundo” (SIMÕES; LIMA, 2010, p. 6).

A configuração territorial é produto e produtora de novas configurações. Ela define uma série (sic.) de possibilidades de investimentos e, portanto, condiciona a direção dos processos de concentração e desconcentração da economia. Mas a materialização desses processos se dá no bojo da

5. Os resultados desse ideal, entretanto, ultrapassam o conceito de desenvolvimento, fazendo-se necessário, uma análise histórica e política que explique como e por que a Venezuela mudou suas estratégias.

articulação entre as estratégias concorrenciais das grandes empresas e a ação do Estado nos três níveis de governo, além, é obvio, dos processos sociais oriundos da sociedade civil (BRASIL, 2006, p. 14).

Nesta descrição, notou-se uma aproximação com o conceito de regionalismo descrito por Romero e Romero (2005), caracterizado como o estabelecimento de formas de governo e administração pública que estimulam a sociedade a expressar suas características particulares, para que assim, haja desenvolvimento interno e projeção externa.

Na perspectiva oficial do Estado brasileiro, o termo desenvolvimento regional é conceituado como “[...] um conjunto de ações para promover processos socioeconômicos em áreas definidas do território, com uma visão integradora e sustentável, que induzam ao bem-estar social e à redução de desigualdades” (BRASIL, 2006, p. 15).

Já Simões e Lima (2010) enfocam as teorias de base econômica, ainda que considerem que as políticas nacionais arcaicas possam acarretar desperdício para o Estado e prejudicar o desenvolvimento. Por meio desta ótica, é possível ler a proposta chavista de desenvolvimento regional através da *Petrosur*, pois na mesma, as instituições são fundamentais para a elaboração e aplicação de políticas⁶ que desenvolvam não só os recursos técnicos, mas também os humanos, para assim, gerar cooperação entre regiões ricas e pobres, muito comuns nos acordos entre países subdesenvolvidos.

Ressalte-se, todavia, que a dinâmica de desenvolvimento em países subdesenvolvidos é cercada de obstáculos estruturais. “Nestes países, poupança e investimento são relativamente interdependentes, e, por esse motivo, o desenvolvimento é menos espontâneo e depende em maior grau de medidas deliberativas” (SIMÕES; LIMA, 2010, p. 11).

Isso ocorre, segundo os autores porque o Estado assume diversas responsabilidades e quando há uma mudança econômica, espera-se que a sociedade seja afetada do mesmo modo, porém a não concretização desse ideal leva a economia à uma dispersão dos fundos governamentais, impossibilitando, conseqüentemente, que novos padrões de mudança se estabeleçam de forma dinâmica. Além dessa problemática, há também as desvantagens econômicas geradas pela escassez de recursos.

O planejamento do desenvolvimento deve consistir no estabelecimento de estratégias sequenciais, considerando que a utilização dos recursos tem impactos diferenciados sobre os estoques disponíveis, conduzindo a formação de capital complementar em outras atividades de acordo com a capacidade de aprendizado local (SIMÕES; LIMA, 2010, p. 11).

Esse é o caso da Venezuela, que possui grande recurso natural passível de exploração, mas não os mecanismos para potencializar sua produção e gerar ingressos

6. Neste caso, os autores se referem às políticas de cunho econômico.

fiscais ao mesmo tempo em que desenvolve sua indústria. É possível que este seja um dos motivos que a levaram a permanecer na posição de país subdesenvolvido. Logo, sua associação com outros Estados na mesma condição, ou em desenvolvimento, lhe proporcionaria a estrutura básica necessária para fomentar suas políticas integracionistas em âmbito regional, fato que requer cautela e uma análise de seus motivos.

É provável que esse tenha sido um dos principais motivos da insistência do Estado venezuelano de se tornar signatário do Mercosul. Na figura 1, temos o mapa do Mercosul no ano de 2009, do qual a Venezuela ainda não fazia parte, bem como dados fiscais decorrentes do comércio bilateral com o Brasil.



Figura 1 – Venezuela no Mercosul (dados relativos ao ano de 2009).

De acordo com dados da *Central Intelligence Agency* (CIA, 2015), a Venezuela conta com uma população superior a 29,2 milhões de pessoas, seu território possui 912,050 km² e um Produto Interno Bruto (PIB) de 540,9 bilhões de dólares. Neste caso, a ampliação territorial, populacional e do PIB do bloco, pode ter sido o motivo de interesse dos membros do Mercosul em aceitar a adesão da Venezuela, apesar da diferença entre os modelos de administração política dos demais Estados membros.

Dados oficiais do Brasil (2015c) revelaram que antes da incorporação da Venezuela ao Bloco, o Mercosul contava com um território de 11.877.508 km², 245,4 milhões de

habitantes e um PIB de aproximadamente 2,5 bilhões de dólares. Depois da adesão da Venezuela, o Mercosul teve seu território ampliado para 12.789.558 km² (o equivalente a 71,8% do território da América do Sul), 275 milhões de habitantes e um PIB de 3,2 trilhões de dólares.

Esses dados revelam a motivação dos Estados em estabelecerem acordos de cooperação multilateral que promovam o desenvolvimento regional, porém, Simões e Lima (2010) comentam que os mesmos requerem comprometimento, o qual deve ser pautado em uma série de projetos que criem espaços favoráveis para o crescimento do fluxo de renda da população e ampliem ou melhorem uma variedade de áreas da administração pública, que na maioria das vezes dependem exclusivamente da capacidade de investimento do Estado.

Essa necessidade se justifica pela percepção de que sem os serviços básicos⁷, nenhuma atividade produtiva é capaz de funcionar de maneira adequada, logo, essa estrutura é condição *sine qua non* para o desenvolvimento econômico e tal constatação remete à realidade dos Estados subdesenvolvidos ou estagnados economicamente. O que se questiona, portanto, é a meta desenvolvimentista e como a mesma será alcançada, ou seja: é melhor desenvolver-se enquanto Estado ou enquanto região? Esta é uma discussão complexa e deve considerar aspectos como soberania nacional (SIMÕES; LIMA, 2010).

O desenvolvimento depende da capacidade do Estado de dar relativa autonomia à região que busca se desenvolver, proporcionando ao mesmo tempo, recursos⁸ para a mesma. Tal perspectiva expõe os dados necessários para a análise da realidade venezuelana quanto à possibilidade de implementação da proposta de integração energética por meio do setor petrolífero (SIMÕES; LIMA, 2010).

Em países subdesenvolvidos, a intervenção do Estado é muito mais forte e, por esta razão, cabe ao governo, auxiliado pelo capital externo, construir as bases estruturais para o desenvolvimento. Isso representa o fomento de estratégias que se consolidem através de políticas públicas que beneficiem áreas prioritárias da sociedade. Neste caso, o capital externo deve manter o equilíbrio e a continuidade do desenvolvimento quando o Estado não for capaz de agir.

Apesar de ser um tema amplo e que envolve vários setores sociais, o “[...] desenvolvimento implica necessariamente em uma questão de inserção na economia mundial.” (SIMÕES; LIMA, 2010, p. 17). Ao posicionar o Mercosul enquanto exportador de petróleo e derivados, a Venezuela obteria os recursos financeiros necessário para fomentar o desenvolvimento interno dessa região, logo, a proposta chavista abordada nesta pesquisa, é passível dessa análise.

7. Saúde, educação, transporte, energia, saneamento, instalações portuárias, rodovias, hidroelétricas, entre outros.

8. Instituições ou programas regionais para impulsionar o desenvolvimento e a integração nacional.

Ressalte-se aqui que, no caso da Venezuela, questões de ordem histórica, política e econômica interferem de forma direta no setor petrolífero, tanto de forma positiva quanto negativa. Demandas externas também exercem influências significativas e afetam o Estado venezuelano interna e externamente.

Sabatini e Rolandi (2015) afirmam que as crises financeiras que assolaram o mundo no século XX, transformaram os grandes atores do sistema internacional em estrategistas, e por conta dessas habilidades de lidar com a volatilidade econômica, ultrapassaram os obstáculos e outorgaram ao setor energético considerável relevância.

Esse setor se desenvolveu em grande escala e trouxe consequências que são atualmente debatidas pelos Estados, como por exemplo, o desenvolvimento energético sustentável. Porém, as infraestruturas das sociedades atuais se modelaram a partir do uso de energia fóssil, e essa realidade permanece devido à dificuldade de se criarem tecnologias alternativas que sejam rentáveis e ao mesmo tempo produzam com mesma capacidade do setor petrolífero (SABATINI; ROLANDI, 2015).

Diante desta perspectiva, percebeu-se uma relação simbiótica entre os setores econômico e energético, pois o segundo é visto como vital para proporcionar o desenvolvimento. Sabatini e Rolandi (2015) elencaram alguns atores ligados diretamente ao setor petrolífero, e dentre eles está a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)⁹. Em segundo plano, estão dois grandes grupos que visam o mesmo objetivo político: a segurança de abastecimento¹⁰.

No primeiro grupo, formado logo após o fim da Segunda Guerra Mundial estão os Estados Unidos da América (EUA), a Europa e o Japão, pois foram os responsáveis pela construção de uma nova ordem mundial. No segundo, estão Rússia e China, considerados atores relevantes¹¹ devido as influências exercidas durante o período da Guerra Fria, e cuja atuação foi responsável por abalar algumas bases do poder ocidental depois da década de 1990.

Os setores econômico e energético estão interligados e são interdependentes. Essa relação se estabeleceu desde o momento em que se descobriram as potencialidades do recurso petrolífero, e junto com elas, surgiram os impasses entre os oligopólios e os Estados explorados. Foi este cenário que criou as bases para o surgimento da OPEP. Mas, no pós-Segunda Guerra Mundial, as potências responsáveis pela segurança de abastecimento

9. Organização que gere as demandas dos Estados possuidores de grandes reservas petrolíferas. Administra mais de 50% das reservas de cru existentes no mundo, é encarregada de coordenar e unificar as políticas petrolíferas dos países membros. Busca segurança e estabilidade dos preços para os países produtores e oferece o produto ao mercado internacional de forma regular, assegurando um preço justo para quem exporta e para quem importa (MARTÍNEZ, 2002).

10. Capacidade dos sistemas de energia (de qualquer tipo) de oferecer aos usuários finais um fluxo contínuo de energia sem que haja perda da qualidade e com preços acessíveis.

11. O fator de relevância citado por Sabatini e Rolandi (2015) é considerado primordial em termos históricos. Porém, aspectos como: geopolítica e economia, também foram cruciais para a projeção destes Estados no setor petrolífero.

eram os Estados Unidos, a Europa e o Japão. Durante a Guerra Fria, Rússia, China e Índia também se tornaram proeminentes nesse cenário.

No final do século XX, entretanto, Índia, considerado país emergente, projetou-se no cenário internacional, sendo inserido no segundo grande grupo de atores relevantes do setor energético. A relevância desses atores consiste na tentativa de projeção da Política Externa através do uso de suas fontes de hidrocarbonetos¹² (SABATINI; ROLANDI, 2015). Apesar dos países mencionados não fazerem parte da OPEP, possuem reservas consideráveis e empresas transnacionais que dominam os setores de exploração, produção, refino e comercialização, tanto do cru¹³ quanto dos refinados, e isso, a nível interno e externo.

Entre ellos están Rusia y Estados Unidos, con gradual ascenso de países cómo China e India y, en menor medida aquellos que se destacan por el crecimiento constante de su [...] PBI en la Unión Europea (Gran Bretaña, Francia y Alemania); por último se puede mencionar a Japón, que es el único país que no dispone de reservas de petróleo y gas en su territorio, lo cual lo convierte en uno de los principales importadores a nivel mundial (SBTINI; ROLANDI, 2015, p. 04).

Essa perspectiva consolida a visão de que o recurso petrolífero dos Estados além de ser o determinante de suas economias, modela as políticas públicas desenvolvimentistas, elaboradas e fomentadas conforme o cenário externo expõe suas demandas e interfere localmente nos setores econômicos. Não obstante, o setor energético é marcado por fortes políticas de segurança, neste caso, o petróleo é o insumo que assegura a sobrevivência do Estado.

São os países em desenvolvimento que impulsionam o setor energético, pois consomem grandes quantidades de petróleo e seus derivados, bem como o gás natural para gerarem eletricidade, porém, são os atores tradicionais que mantêm o domínio de dinamização do setor, pois representam os grandes centros econômicos de produção e utilizam os hidrocarbonetos para fomentar o crescimento e o desenvolvimento local.

Os países que não possuem reservas petrolíferas significativas, dependem da importação, ampliando assim a capacidade econômica dos países exportadores. Entretanto, existem países que mesmo possuindo reservas petrolíferas, importam recursos energéticos para o abastecimento interno, como é o caso dos Estados Unidos¹⁴, cuja

12. Compostos orgânicos formados por carbono e hidrogênio cujos derivados (alifáticos, aromáticos, cíclicos e saturados) dão origem a vários tipos de compostos químicos, que através de processos de refinação criam gasolina, óleos, lubrificantes, asfalto, e outros derivados (MARTÍNEZ, 2002).

13. Petróleo sem refino, independente do seu tipo específico. Porção de petróleo que existe como líquido nos depósitos naturais do subsolo (MARTÍNEZ, 2002).

14. De acordo com a mídia, os EUA possuem reservas petrolíferas significativas, com uma estimativa de 700 milhões de barris. Especula-se que os recursos não são explorados por medo de uma nova crise do petróleo, assim, tais reservas supririam as necessidades internas do Estado, sem graves consequências. Outros possíveis fatores que respondam a esta estratégia são carentes de análises. Mais a este respeito, consultar: BARANIUK (2015 – online).

importação petrolífera é de 60%. Entre seus principais parceiros comerciais estão: Canadá, México, Venezuela e Arábia Saudita (SABATINI; ROLANDI, 2015).

Fontes energéticas primárias são imprescindíveis para manter as estruturas desenvolvimentistas, pois movem a economia e a política (que se estrutura e/ou se adapta a partir delas). Atualmente, além do cru, há o gás, como recurso alternativo para o uso doméstico e industrial, que gera menos impacto ambiental e é mais barato para produzir e comercializar. Porém, o petróleo não perde a sua importância, pois tem vários mercados a ele interligados (SABATINI; ROLANDI, 2015).

O setor energético foi e continua sendo um dos temas prioritários na agenda dos Estados, pois engloba questões econômicas, geopolíticas, estratégicas e de segurança nacional. O petróleo continuará sendo uma das chaves mais importantes da economia mundial, devido ao seu caráter desenvolvimentista capaz de atender grandes demandas por mais algumas gerações. Esses dados revelam que existe um porquê de a Venezuela utilizar seus recursos petrolíferos como moeda desenvolvimentista, e, diante da proposta de integração energética do Mercosul, faz-se necessário ressaltar qual é o papel do Brasil neste contexto. Para isso, fez-se uma breve contextualização histórica da aproximação entre ambos.

Venezuela e Brasil: marcos de aproximação

Apesar de recém iniciado, o século XXI já apresenta dados relevantes para a compreensão do cenário político internacional. Atualmente, há uma projeção maior de atores sul-americanos nesse contexto, entretanto, a mesma se deu como consequência de vários processos históricos. No site do Ministério de Relações Exteriores (MRE), as relações entre Brasil e Venezuela são prioritárias desde o século XIX, mas não se fortaleceram antes do século XXI (BRASIL, 2015b). Na Tabela 1, constam os principais marcos dessa aproximação.

ANO	FATO HISTÓRICO
1859	Tratado de Limites e Navegação Fluvial ¹⁵
1905	Protocolos de demarcação de fronteiras (estipulado no Tratado de 1864)
1964	Rompimento das relações diplomáticas com o Brasil
1966	Reestabelecimento das relações diplomáticas com o Brasil
1973	Convênio Básico de Cooperação Técnica
1980	Crise do petróleo
1990	Estabelecimento do Mecanismo Político de Consulta
1994	Protocolo da Guzmania – criou a Comissão Binacional de Alto Nível (COBAN)
1997	Contrato de compra e venda de energia elétrica da Venezuela para o Brasil
1999	Acordo de Complementação Econômica entre Brasil, Colômbia, Peru, Equador e Venezuela;

Tabela 1 - Marcos históricos de aproximação entre Brasil e Venezuela (1859-1999)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do MRE (BRASIL, 2015b).

No final da década de 1990, o período da *détente* caracterizou uma flexibilização no relacionamento entre Estados e o entendimento de que havia uma diversidade de interesses dentro do sistema internacional. Saraiva (2008, p. 232) mostra que “o Terceiro Mundo procurou apresentar-se como um todo, como uma unidade vigorosa nas relações internacionais”. Dessa forma, as mudanças aí iniciadas recriaram os espaços políticos internacionais.

Para Visentini e Pereira (2008), a mudança no cenário permitiu que os países da América Latina comesçassem a se unir diante de perspectivas globais e em busca de autonomia e consolidação. Hobsbawm (1995) defendia o mesmo pensamento ao falar das mudanças nos governos e estilos de administração estatal em diversos países. Entre esses processos, cita-se a diversidade de acordos multilaterais que se tornaram parte das agendas estatais.

O índice de tratados em âmbito regional visando o fortalecimento dos Estados de forma conjunta em setores específicos, passou a fazer parte do novo modelo de articulação político-econômico mundial (HOBBSAWM, 1995). No caso da Venezuela, houve aproximação com outros Estados, entre eles o Brasil, por meio de cooperação em vários setores.

Os processos integracionistas na América Latina ocorreram a partir de dois parâmetros conflitantes: entre a necessidade de mudanças concretas para adequação ao sistema mundo e de promoção de transformações via propostas de alcance hemisférico e sub-regional. Os chefes de Estado expressavam sua vontade política de alcançar

15. Das fronteiras entre Brasil e Venezuela, que equivalem a 2199 km, apenas 90 km correspondem ao espaço terrestre, o restante é dividido pela linha divisória de águas entre as Bacias do Amazonas e do Orinoco.

o desenvolvimento humano igualitário por meio dos novos modelos integracionistas (LINARES, 2007).

Serbin (2009) argumenta que, de maneira geral, a consolidação das relações regionais na América do Sul que resultaram na formação de blocos, ocorreu em meio a uma nova dinâmica, pois além das diferentes compreensões a respeito da multipolaridade, surgiu também uma visão geoestratégica e militar carregada de elementos ideológicos – proposta por Chávez. Além da *Alternativa Bolivariana para las Américas* (ALBA), há o Mercosul. Suas iniciativas têm focos distintos e representam as lideranças emergentes no continente americano. A ALBA se sustenta no petróleo e em outras formas de intercâmbio que gerem complementos econômicos e solidariedade entre seus membros, mas não possui estruturas sólidas e bem definidas (SERBIN, 2009).

Mesmo com um enfoque econômico e desenvolvimentista, o Mercosul, diferentemente da ALBA, já é institucionalizado e pode lidar com conflitos internos sem interferências externas. Serbin (2009) também cita que a Comunidade Andina de Nações (CAN) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) são exemplos competentes da integração regional.

O histórico da aproximação entre Brasil e Venezuela, entretanto, revelou que o processo foi recheado de encontros e desencontros. Mesmo iniciada durante o século XIX, a verdadeira relação entre ambos só ocorreu a partir de 2005, quando uma parceria estratégica fomentada pelos Presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Hugo Rafael Chávez Frías se constituiu.

Outros marcos importantes foram: o estabelecimento de reuniões presidenciais periódicas, iniciadas em 2007 e a incorporação da Venezuela ao Mercosul em 2012. Dados do MRE expressos na Tabela 2 mostram fatos relevantes desse período (BRASIL, 2015b).

ANO	FATO HISTÓRICO
2001	Solicitação formal da Venezuela para ingressar no Mercosul; Inauguração do Linhão de Guri.
2003	Brasil criou o Grupo de Amigos do Secretário Geral da OEA para Venezuela;
2005	Foi estabelecida a Aliança Estratégica entre Brasil e Venezuela; Lançamento da pedra fundamental da refinaria binacional Abreu e Lima; Assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul;
2006	Inauguração da segunda ponte sobre o rio Orinoco; Fim das fases de quantificação e certificação das reservas petrolíferas do campo Carabobo;
2007	Encontro bilateral entre Brasil e Venezuela à margem da XXXII Cúpula do Mercosul;

2008	<p>Abertura de escritórios da EMBRAPA e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) para apoiar a implementação de programas de cooperação agrícola e industrial;</p> <p>Assinatura do Contrato de Associação entre Petrobras e PDVSA para a construção e operação da Refinaria Abreu e Lima;</p> <p>Primeira semeadura de soja na Venezuela em decorrência das atividades de cooperação agrícola com apoio da EMBRAPA;</p>
2009	<p>Inauguração da primeira fase da interconexão de fibra ótica entre Santa Elena de Uairén (Venezuela) e Boa Vista (Brasil);</p> <p>Congresso brasileiro aprovou o Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul;</p>
2012	Venezuela foi incorporada ao Mercosul
2013	Hugo Chávez faleceu.

Tabela 2 - Marcos históricos de aproximação entre Brasil e Venezuela (2000-2013)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do MRE (BRASIL, 2015b).

Como se pôde observar nos quadros anteriores, os séculos XIX e XX mostraram que as parcerias entre Brasil e Venezuela foram quase inexistentes. Hitner (2012) defende, que a crise do petróleo ocorrida na década de 1980 pode ser considerada como um marco aprofundador desse distanciamento. Para a autora, a reaproximação só ocorreu no final do século XX a partir de dois momentos distintos.

O primeiro, no pós-década de 1980, através do Protocolo de Guzmania¹⁶, no qual se estabeleceu um acordo bilateral¹⁷ entre Brasil e Venezuela em 1994, promovido pelos presidentes Rafael Caldera da Venezuela e Itamar Franco do Brasil. Itamar logo foi substituído por Fernando Henrique Cardoso, o qual estabeleceu um elevado índice de reuniões e encontros com o presidente venezuelano.

“Esos encuentros entre los presidentes permitieron grandes avances en las relaciones tradicionales de comercio y además cumplieron un papel fundamental en la elaboración de una nueva agenda para los dos países” (HITNER, 2012, p. 38). Já o segundo momento, se caracterizou pela ascensão de Hugo Chávez e por sua aproximação com Lula.

Ambos foram beneficiados pela nova conjuntura política que criou tendências integracionistas entre os países. Ou seja, a multipolaridade criada depois da queda do muro de Berlim contribuiu sobremaneira para essa aproximação, principalmente por meio do Mercosul, do qual neste período, a Venezuela não fazia parte.

Cooperação bilateral entre Brasil e Venezuela

Atualmente, existem algumas zonas de cooperação bilateral entre Brasil e Venezuela

16. Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade estabelecido entre Brasil e Venezuela em 1977.

17. Neste documento foram selados vários acordos de cooperação em áreas diversas. Maiores informações no site: < http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1994/b_16/>.

e a prestação de serviço do setor de telecomunicações é um exemplo disso. Entretanto, de acordo com Fuccille (2007) a assinatura do Memorando de entendimento e cooperação entre Petrobrás e Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) foi o primeiro passo para a construção de futuros projetos de parceria entre empresas petrolíferas estatais.

Outros setores beneficiados em agosto de 2010 por essa aproximação entre Lula e Chávez, segundo Severo (2010 – online), foram os da “agricultura, finanças públicas, relações fronteiriças, projetos sociais, tecnologia e geração de energia elétrica”. Neste período, um novo pacote contendo 27 convênios bilaterais foi ratificado pelos presidentes do Brasil e da Venezuela.

Entre estes, está a proposta de se desenvolver um distrito de produção automotiva a ser implantado na região fronteira destes países; e uma ata de compromisso entre o Banco da Venezuela e a Caixa Econômica Federal visando atender as demandas da população fronteira dos dois Estados, popularizando assim a abertura de contas bancárias em ambos os bancos.

Não obstante, firmou-se um acordo que prevê a atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) nos estudos de sementes para fins de produção. Também a implementação de planos conjuntos que visem a erradicação da febre aftosa, assim o setor agropecuário tomaria um novo impulso rumo ao desenvolvimento.

Este pacote de acordos complementava o anterior, firmado em abril de 2010 e que visava “desde o fornecimento de tecnologia para aprimoramento da produção de milho, soja e carne até uma carta de intenções que se destina à questão dos sobrevoos nos dois países” (SEVERO, 2010 - online). Além destas, foi firmado um acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que visava, por meio de análises, subsidiar as políticas públicas no país e aprofundar estudos desenvolvimentistas que se apliquem à região fronteira de ambos os Estados.

Na visão de Fuccille (2007), a Venezuela tem sido um dos parceiros mais influentes que o Brasil possui, pois devido ao seu recurso petrolífero, a mesma condiciona o ritmo da integração econômica na região. Entretanto, a Venezuela chavista apresenta uma peculiaridade: ao mesmo tempo em que é uma parceira, é também uma concorrente.

Se considerarmos que essa parceria tem um potencial econômico relevante, percebemos que todo e qualquer recurso estratégico, se bem administrado, poderia ampliar significativamente a influência da região. Porém, política e estrategicamente, existe um interesse de ambos os países em assumirem o comando regional, tornando-os, consequentemente, concorrentes potenciais.

Para a Venezuela, ocupar a posição de principal poder na América do Sul traria vantagens internas, tais como a ampliação do setor econômico, a expansão de sua

ideologia política e maior poder de interferência nas tomadas de decisão do Mercosul, ou seja, é uma tarefa complexa pensar o subcontinente sem a presença e a interferência venezuelana (FUCCILLE, 2007).

Tanto política como economicamente, o Estado tem um grande poder de influência, principalmente se ancorado em seus recursos energéticos. “Assim, independentemente da longevidade do governo Chávez e da Revolução Bolivariana, a sul-americanização daquele país parece um processo sem retorno” (FUCCILLE, 2007, p. 04).

Outra consideração importante abordada pelo autor, remete à falta de marcos jurídicos regionais que possibilitem um diálogo mais aprofundado, porém, o protagonismo de Chávez aparentemente se deu para que essa conjuntura fosse remodelada. Assim, o impacto que a relação da Venezuela com o Brasil causa, tem um significado que perpassa a questão ideológica e cooperativa, suas implicações têm efeito também nas áreas de Segurança e Defesa nacionais.

Venezuela no Mercosul

Culpi (2012) afirma que a Venezuela, como primeiro sócio não-fundador incorporado ao Mercosul, fez com que, a partir de sua entrada no bloco, a região passasse a abranger aproximadamente 70% da população e 80% do PIB da América do Sul. Sob a ótica do MRE “[...] a aproximação com a Venezuela assume para o Brasil importância fundamental na busca da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.” (BRASIL, 2015b).

No que concerne às relações comerciais venezuelanas com o Mercosul, o comércio de cada um dos membros do bloco com a Venezuela é pouco relevante, pois ao analisar dados econômicos de importações desses países, percebeu-se que a Venezuela não se enquadra como um fornecedor importante para os demais Estados (CULPI, 2012).

Embora esse padrão de comércio regional interno tenha pouca expressão, as relações econômicas e comerciais com os demais países do mundo são mais expressivas, o que fortalece a necessidade dessa parceria entre a Venezuela e o Mercosul. O país possui uma quantidade de petróleo que garante ao bloco uma diversificação das relações econômicas internacionais com os seus parceiros comerciais.

Entretanto, ainda existe uma desconfiança quanto à adesão da Venezuela ao bloco, e ela está relacionada à preocupação política dos Estados membros diante das estratégias de administração pública instauradas durante o mandato de Chávez, bem como à sua ideologia de combate ao capitalismo (que era contraditória aos modelos dos demais membros do bloco).

“Nesse sentido, a entrada da Venezuela no Mercosul constitui-se em complicador

extra à difícil missão de conciliar interesses e preferências divergentes dos membros nas mesas de negociação” (CULPI, 2012, p. 2). Pode-se considerar que a aproximação energética através do petróleo se enquadra entre esses interesses e preferências que podem trazer benefícios aos membros do acordo.

De forma geral, existe um cenário montado para que estes atores operem e propostas integracionistas dentro dos blocos que podem trazer benefícios para os Estados Membros. A ALBA propôs a integração energética da Venezuela com os Estados da CAN, do Caribe e do Mercosul e, partindo dessa proposta, os diversos autores¹⁸ abordados neste trabalho revelaram que existem resquícios do passado aliados à nova conjuntura, que promoveram as mudanças internas na Venezuela. O levantamento histórico que levou a este cenário será tratado a seguir.

18. Os autores abordados nesta obra, em sua maioria têm uma postura híbrida quanto ao modelo político e a proposta estudada. O autor Amaury Vilera apresenta um posicionamento a favor do chavismo, enquanto que Pedro Sosa e Luiz Pardo são completamente contra a política chavista.

FORMAÇÃO POLÍTICA DA VENEZUELA NO SÉCULO XX

A formação política e econômica da Venezuela a partir de dados históricos, mostrou diversos pontos de vista, dentre eles, a influência partidária, forças econômicas e sociais que, juntamente com as demandas externas, intensificaram as pressões e cobranças ao governo. Ellner (2011) é um dos autores que avaliou essa discrepância entre as opiniões e mostrou que existe um certo perigo nas análises simplistas propostas por alguns estudiosos.

O foco desta pesquisa é o século XXI, porém, a referência histórica proposta neste capítulo, inicialmente fez alusão ao período colonial e a Simón Bolívar (1819-1830), pois a figura do libertador repleto de ideais ainda é vista como um modelo a ser seguido na criação de símbolos políticos nacionalistas da Venezuela; e posteriormente, ao século XX, cujos fatos reconfiguraram o cenário político e petroleiro do país.

No período colonial já existia uma visão nacionalista muito forte e uma postura distinta por parte dos *caudillos*¹ que se preocupavam em beneficiar as classes sociais de *criollos*² e escravos para promover a integração dos Estados. A história, entretanto, deixou claro que a política venezuelana depois de Simón Bolívar não seguiu um padrão estático e bem definido (ELLNER, 2011). Para Trenado (2007), o modelo chavista foi alicerçado nos esboços de igualdade e liberdade que Simón Bolívar idealizou.

O ideal chavista era inovar, mas a base dessa inovação estava no passado colonial. A tradição leva à formação de uma identidade política nacional, mas no caso da Venezuela, os erros e contradições de governos passados se repetem, gerando resultados negativos para o Estado como um todo. Desta forma, o estudo da Venezuela depende do conhecimento dos processos históricos da nação e dos avanços e retrocessos pelos quais a mesma passou. É com base nos mesmos que se evitam cometer os mesmos erros (BETANCOURT, 2007).

Assim, englobaram-se neste capítulo alguns dos principais fatos políticos que datam de 1899 com o começo da ditadura de José Cipriano Castro Ruiz até 1999, ocasião em que terminou o mandato de Rafael Caldera e iniciou-se o de Hugo Chávez. Logo, o objetivo principal desta seção é estruturar um quadro histórico descritivo da política interna venezuelana a partir de fatos relativos à política petroleira nacional no decorrer do século XX, que possam subsidiar as discussões sobre a temática e suas influências durante o período estudado.

1. Classe social de líderes políticos do período colonial que exerceram seu poder de forma carismática e populista por vias autoritárias ou autocráticas. No caso da Venezuela, o principal caudilho foi Simón Bolívar.

2. Filhos de imigrantes espanhóis que nasceram no continente americano durante o período colonial.

POLÍTICAS VENEZUELANAS NO DECORRER DO SÉCULO XX

A Venezuela foi marcada por modelos políticos instáveis durante o século XX, e o primeiro modelo vivenciado foi a ditadura. Esse período iniciou-se com Cipriano Castro em 1899 e perdurou até o derrocamento de Isaías Medina Angarita em 1945. A vivência destes 46 anos criou as bases necessárias para o posterior acordo de conciliação entre elites, denominado *Pacto de Punto Fijo*³. Enquanto os ditadores estavam no poder, algumas mudanças ocorreram na Venezuela, entre elas a nacionalização de indústrias mineiras e a entrada do oligopólio petrolífero estrangeiro para explorar os recursos energéticos nacionais. O auge da exploração petrolífera nesse momento remodelou a economia interna (BETANCOURT, 2007).

Junto com a exportação do petróleo, arrefeceu o setor agrícola e ampliou-se o setor comercial. Os oligopólios estrangeiros se beneficiaram do período ditatorial, pois o petróleo era novidade e o país não possuía leis que regulamentassem sua extração, refino e exportação. Enquanto a Venezuela vivenciava uma ditadura, o mundo passava por guerras mundiais, instabilidades econômicas e mudanças políticas e sociais, que posteriormente remodelaram o sistema internacional.

A primeira metade do século XX transformou a cultura, a política e a sociedade. As diversas mudanças que ocorriam no mundo afetavam diretamente os Estados. Novas leis, direitos humanos, mudanças na economia e nas relações políticas entre países, bem como a tecnologia e o avanço da ciência, formaram um mundo totalmente novo em um pequeno espaço de tempo. “Em nenhum outro momento da história os homens foram tão impactados por seus próprios atos e pelas consequências (im)previstas destes” (COTANDA, 2009, p. 1).

Segundo Ellner (2011), até a administração chavista sofreu a influência deste período. O reordenamento político mundial levou a Venezuela a um processo de mudança, e os líderes nacionais promoveram transformações que possibilitaram a criação de instituições necessárias à centralização e possível estabilidade nacional. Entretanto, tais alterações desencadearam uma instabilidade política no país.

Como consequência, houve um golpe de Estado, no qual Rómulo Betancourt (1945-1948) assumiu o governo. Ele implantou uma democracia no país, porém, priorizou o elitismo, gerando uma expansão gradual de liberdades, fruto da política de desenvolvimento econômico adotada para a época. Durante esse período, o princípio da não reeleição foi estabelecido, nasceram os sindicatos e criou-se o primeiro convênio entre a sociedade e a

3. Acordo selado entre AD e COPEI que garantia o revezamento de ambos no poder. Também fez parte desse pacto, o partido Unión Republicana Democrática (URD), mas o mesmo não teve representatividade, logo, não é abordado pela maioria dos autores que descrevem o período democrático na Venezuela.

indústria petrolífera.

Mas, o triênio em que ele governou, além de ter sido alvo de constantes tentativas de golpe, coincidiu com o início da Guerra Fria. Ou seja, a instabilidade externa levou os partidos políticos a se unirem aos sindicatos, à igreja, às forças armadas e à própria elite, a fim de manter a estabilidade nacional (ELLNER, 2011).

O mundo avançava e na Venezuela ocorria uma mudança de modelo. Por meio de eleições diretas, Rómulo Gallegos (1948-1948) permaneceu 280 dias no poder, mas Carlos Delgado Chalbaud (1948-1950) via golpe, tomou o governo. A administração seguinte foi designada pela junta militar e Germán Suárez Flamerich (1950-1952) foi nomeado. Nesse período, a corrupção era a grande vilã da Venezuela e, a fim de contê-la, Marcos Pérez Jiménez (1952-1953) instaurou um novo regime militar.

Posteriormente, Jiménez foi eleito para um mandato (1953-1958) por meio de eleições fraudulentas (ELLNER, 2011). Durante seu governo fez acordos com os Estados Unidos, prejudicando os interesses industriais do país ao reduzir as tarifas aduaneiras de vários produtos. Anos depois, descartou as políticas adotadas durante a administração de Rómulo Betancourt e abriu os campos de petróleo para diversas empresas estrangeiras.

A saída de Jiménez do poder reconfigurou e reformulou a política venezuelana. A ditadura foi um marco divisor na análise da administração do Estado, bem como um guia para o entendimento de como e por que, nesse novo cenário, nasceu o pacto de conciliação entre elites democráticas. Ou seja, após Jiménez ser derrotado, o governo venezuelano encontrou receptividade por parte dos estadunidenses, fruto das aberturas nacionais ao capital estrangeiro. Nesse período por meio do *Pacto de Punto Fijo*, criou-se um cenário político bipartidário na Venezuela. Seu primeiro representante foi Rómulo Betancourt do partido *Acción Democrática* (AD), que favoreceu a democracia e o desenvolvimento nacional (ELLNER, 2011).

No período entre 1964 e 1969, Raul Leoni foi o novo Chefe de Estado e seu governo se caracterizou pela perpetuação das políticas implementadas por Betancourt. Foi pacifista e flexível, conduta esta que se distanciou das previsões sobre sua administração. Na era Leoni, a aliança *puntufijista* mostrou sua influência, pois enquanto países na América do Sul sofriam golpes militares, a Venezuela se encontrava democrática (ELLNER, 2011).

Rafael Caldera, membro do partido *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI), assumiu o poder no período de 1969 a 1974 e, logo em seguida, se distanciou de sua postura ultraconservadora. Ao se posicionar de forma moderada, ganhou notoriedade e também críticas. Suas ações tinham caráter nacionalista e mesmo contrário à postura socialista, fez acordos comerciais com Hungria e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (ELLNER, 2011).

Como neste período a Guerra Fria estava no auge, várias ideologias ganharam representação a nível global e fomentaram alianças políticas consideradas “perigosas” (CALVOCORESSI, 2011). No caso da Venezuela, os efeitos da Guerra Fria não eram tão significativos quanto em outras partes do mundo. O período de decadência venezuelana começou de fato durante os anos de 1974 a 1979 quando Carlos Andrés Pérez assumiu a presidência ao mesmo tempo em que um brusco aumento dos preços do petróleo ocorria (ELLNER, 2011).

Tentando tirar proveito da situação, Pérez solicitou poder do congresso, a fim de decretar leis que alterassem a forma básica da estrutura econômica nacional. De acordo com Ellner (2011, p. 95), “*El alcance del intervencionismo del Estado del gobierno de Pérez en la economía [...] no tuvo equivalente en los años desde 1958*”. Já os governos de Luis Herrera Campíns (1979-1984) e de Jaime Lusinchi (1984-1989) foram marcados por expectativas e desilusões que expressaram as incoerências e inviabilidades de suas propostas aos problemas econômicos.

Campíns tinha uma política pluralista de base esquerdista e sua administração deu pouca atenção à política externa. Também criticou a gestão de Pérez, alegando que ela subestimava o *status* da Venezuela enquanto figura relevante no cenário internacional (ELLNER, 2011). Porém, sua política externa, no final de seu mandato, não apresentava mais características esquerdistas como quando iniciou, pois, passou a condenar posturas extremistas e se posicionou contra o comunismo.

Assim, o governo de Perez foi expansionista, mas Campíns foi caracterizado como populista, todavia durante sua administração, eliminou os planos de governo anteriores e enfraqueceu profundamente as empresas estatais, deixando-as seriamente endividadas, altamente burocratizadas e com a força de trabalho desfavorecida.

Foi assim que Lusinchi assumiu o poder, mas a política econômica adotada por ele deu mais abertura aos governos neoliberais dos anos 1990. Ele era a favor da privatização de empresas, pois as estatais possuíam um grave quadro de corrupção, clientelismo e dívidas onerosas levando-as ao descrédito e ao consumo de recursos econômicos do país. Outra característica de Lusinchi era a generosidade em relação aos credores estrangeiros e aos devedores venezuelanos, acarretando uma grande carga financeira ao Estado (ELLNER, 2011).

Mais pressão política e austeridade em relação às ações econômicas lhe foram cobradas, mas Lusinchi estabeleceu acordos financeiros entre a Venezuela e estrangeiros sem a interferência ou participação do Fundo Monetário Internacional (FMI), aumentando assim seu reconhecimento. Ainda assim, o mesmo não conseguiu vencer a corrupção, a qual minou a eficiência burocrática e a capacidade produtiva da nação, o caracterizando

como um mal administrador.

Esse foi o início do enfraquecimento do *puntofijismo*, e o seu prestígio se esgotou definitivamente, quando o acúmulo de erros associados à crise econômica em voga naquele período, fez com que novos grupos que rejeitavam o controle político centralizado se formassem. Ou seja, “*el impulso de la reforma política de los años 80 y 90, [...] estableció el escenario para las transformaciones promovidas por el gobierno de Chávez*” (ELLNER, 2011, p. 110).

Entre os anos de 1989 a 1993, Carlos Andrés Pérez exerceu o seu segundo mandato e optou por uma política neoliberal. Porém, sua adoção política não ocorreu gradualmente, incomodando muitos venezuelanos. Esse foi mais um fracasso político, pois todas as tentativas de inserir a Venezuela no cenário econômico internacional acabaram atraindo capital multinacional, fortaleceu a burguesia local e empobreceu ainda mais as classes mais baixas da sociedade (ELLNER, 2011).

Consequentemente, a economia informal se expandiu, a capacidade laboral diminuiu e a influência sindical foi reduzida por meio de privatizações, pois partidos democráticos acreditavam que a mínima interferência do Estado na economia garantiria o crescimento econômico e o desenvolvimento social, tal qual o neoliberalismo econômico⁴ indicava. Como o recurso petroleiro sempre foi um forte aliado do governo e sua magnitude sempre atraiu o mercado externo, outros setores foram desassistidos (ELLNER, 2011).

Neste caso, o Estado era o principal responsável pelo mal funcionamento do mercado, pois outros setores econômicos dependiam exclusivamente dos lucros petroleiros. Novamente, no seu segundo mandato, Rafael Caldera (1994–1999) assumiu o governo e se comprometeu a evitar negociações com o FMI, porém, essa ação associada à crise bancária que iniciou logo após sua posse, contribuiu para que o capital nacional ficasse cada vez mais debilitado (ELLNER, 2011).

Posteriormente, o processo de crise aliado ao descrédito e enfraquecimento de alguns partidos políticos após as reformas do Estado, criou o cenário no qual Chávez promulgou a Constituição de 1999 e reorganizou o cenário governamental na Venezuela a partir de outro modelo político: a socialdemocracia (ELLNER, 2011). Neste sistema ideológico esquerdista, a mudança deveria ocorrer através de uma reforma constitucional que tornasse as leis nacionais igualitárias e a ação política superior aos setores econômico e industrial.

Por ser fortemente influenciada por premissas socialistas, a socialdemocracia visava o reformismo e a criação do *welfare state*, ou seja, de um estado de bem-estar social capaz de equilibrar elementos do socialismo e do capitalismo (ELLNER, 2011).

4. Diferente do neoliberalismo político elaborado por Keohane e Nye que propõe a interação entre os Estados por meio da interdependência complexa.

Partidos Políticos

A Venezuela teve muitos partidos políticos atuantes durante o século XIX, mas os mesmos foram extintos no século XX durante o período da ditadura. Esses atores são importantes, pois a Venezuela foi marcada durante quase meio século, pelo sistema político bipartidário⁵ composto por AD e COPEI, que deu origem ao período democrático (ROJAS, 2010). Entretanto, esse modelo governamental teve suas fragilidades expostas a partir da repentina desvalorização da moeda em 1983, como consequência da queda do preço do petróleo (TRENADO, 2007).

A desvalorização encabeçada por Campíns, ou *Viernes Negro*⁶ quase levou o país à bancarrota. O enfrentamento da grave crise econômica nos anos de 1980, associado ao endividamento externo, teve grande impacto na administração pública de finanças, limitando a capacidade de tomada de decisão do governo. Consequentemente, a Venezuela foi afetada por desigualdades sociais, índices de pobreza crescentes e má distribuição da renda (TRENADO, 2007).

Os partidos se fortaleceram devido ao acesso aos recursos do Estado. Rojas (2010) descreveu o período entre 1958 e 1989 como um marco do apoio ao sistema, mostrando pelo baixo índice de abstenção eleitoral do povo venezuelano, como se deu a democracia representativa da nação.

Vilera (2009) contextualizou o ano de 1989 e mostrou que enquanto o mundo vivenciava o fim da bipolaridade, na Venezuela ocorria o “*27 de febrero*” (27F), protesto populacional contra a imposição neoliberal econômica feita pelos EUA após vencerem a Guerra Fria. Em 1993 o sistema bipartidário do *puntofijismo* foi desfeito por completo, mais restaram alguns partidos menores que se desfizeram por completo quando Chávez ganhou as eleições em 1998. Formou-se uma coalisão com vários partidos de esquerda⁷ denominada Polo Patriótico.

Com Chávez no poder, o Movimento V República (MVR)⁸ se tornou o novo partido hegemônico nacional. Mas, devido a conflitos ideológicos internos entre os próprios chavistas, duas correntes do chavismo foram criadas: a de linha dura, considerada radical, voltada ao pensamento comunista e à ruptura com o modelo democrático, que defendia uma administração pública mais ofensiva; e a de linha moderada, que consideravam os

5. Durante esse período, os partidos políticos menos atuantes da Venezuela foram incorporados ao pacto, através de colocações dentro do governo. Essa medida foi adotada como mecanismo de contenção, onde AD e Copei, por meio desta estratégia, impediam que os mesmos se rebelassem contra o modelo instaurado. Dentre esses partidos estão: Integración Republicana (IR) e Unión Republicana Democrática (URD).

6. Sexta-feira Negra. Ato governamental de enfraquecimento do bolívar – estável até então, que gerou nos 30 anos posteriores, recorrentes períodos de instabilidade e desvalorização.

7. Movimiento al Socialismo (MAS), Patria para todos (PPT), Partido comunista de Venezuela (PCV), entre outros.

8. Lê-se: Movimento Quinta República.

avanços do modelo como conquistas alcançadas e as demais deveriam ser conquistadas passo a passo (ELLNER, 2011).

A linha moderada defendia que atitudes menos ofensivas por parte do governo trariam mudanças e uma nova imagem da Venezuela em nível interno e externo. Em 2007 se criou o Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV), que incorporou o MVR e outros partidos⁹ pró-Chávez. Este ainda é o principal partido político da Venezuela chavista e conta com o apoio dos partidos Pátria para todos (PPT) e *Tupamaros*. A liderança da oposição se formou pelo agrupamento dos partidos AD, COPEI, *Primero Justicia*, *Proyecto Venezuela*, *Un Nuevo Tiempo* e *Movimiento al Socialismo* (MAS) (ELLNER, 2011).

Crise de Identidade Política

As diferentes formas de administração pública em um espaço de tempo relativamente pequeno, interferiram na sedimentação da identidade política nacional. Passar de uma ditadura à um modelo democrático e logo depois à um socialista pode acarretar dúvidas quanto à identificação política de um Estado (VILERA, 2009).

Historicamente, Tobar (2007) mostrou que a Venezuela se projetou como a terceira potência econômica da América do Sul, e que mesmo no mundo globalizado de hoje, ainda encontra resistências externas ao seu modelo de atuação política e econômica. Trata-se dos resquícios históricos que o país ainda carrega, e que surgiram durante o colonialismo.

De acordo com Ellner (2011), no início do século XIX, líderes políticos começaram a exaltar a postura de Bolívar pela tentativa de criar uma identidade nacional e estabelecer um poder centralizado. Chávez adotou esse exemplo e passou a perpetuá-lo em seu discurso, pois considerava Bolívar como o primeiro anti-imperialista que existiu na América Latina.

Posteriormente, veio a ditadura que promovia a miséria nacional e ampliava o poder econômico da elite militar. O inconformismo nacional levou ao regime democrático (BETANCOURT, 2007). O período *puntufijista*, por sua vez, trazia certo equilíbrio, pois no bipartidarismo, o país sentia-se mais próximo da estabilidade. Contudo, Ellner (2011) afirmou que a visão otimista deste período ignorou os sinais de vários problemas estruturais na política. Por isso o novo sistema elaborado por Chávez chamou tanta atenção.

Em seu discurso, Chávez frisava que tinha como meta: a) implantar o modelo socialista no país e permitir ao povo que avançasse junto com o sistema e; b) o compromisso de construir uma verdade nacional que não reproduzisse a verdade dos outros, mas que expressasse a realidade nacional tal como era, sem a influência dos modelos externos que lhes eram impostos como certos e ideais (VILERA, 2009).

Sua ascensão corroborou com a polarização ideológica de um sistema político econômico que fosse capaz de estabilizar interna e externamente o país. Essa divisão

9. MiGato, Liga socialista, Movimiento por la Democracia Directa e Unión.

interna alicerçou a base para a Revolução Permanente, cuja ideia surgiu com Trotsky em 1905, defendendo que as necessidades humanas só podiam ser satisfeitas pelo socialismo e que, para que houvesse êxito, o mundo todo deveria passar por esse processo, uma vez que não existem soluções nacionais para problemas globais (SANTOS, 2015).

Chávez defendia que a teoria de Trotsky deveria ser analisada e aplicada com cuidado, principalmente porque após as reformas instituídas na Venezuela, a economia capitalista e as relações entre classes ainda se conservavam intactas. Assim, a ideia de revolução permanente, segundo Vilera (2009), é uma ação ou um desafio direcionado à vencer o subdesenvolvimento, superar o capitalismo e o colonialismo do saber e dar condições para o surgimento de processos criativos.

Para Chávez, as tendências neoliberais em expansão associadas ao caráter nacional da Venezuela, de país latino-americano acostumado a copiar modelos de outras nações, acabaram impedindo o país de eleger o que melhor se adequasse às suas necessidades internas (VILERA, 2009). Esse quadro reforçou o debate a favor e contra a hegemonia.

Se a hegemonia é considerada como um monopólio, a contra-hegemonia é uma revolução no campo das ideias. Salcedo¹⁰ falou durante o VII Fórum Social Pan-Amazônico ocorrido em Macapá em 2014, que o mundo vive um conflito de quarta geração¹¹, denominado como batalha de ideias, mas no contexto global, essa batalha é fomentada pelos meios de comunicação, ou seja, a mídia é a arma, o discurso é a munição e a população é o alvo.

Assim, para que a revolução permanente ganhasse amplitude, seria necessário que se mantivesse um constante intercâmbio de informações capazes de elevar a consciência. Vilera (2009), argumentava que a elevação da consciência equivalia à aceitação do modelo novo, porém, essa temática precisava ser melhor analisada sob a ótica do porquê da necessidade de mudanças, do para que o mesmo era necessário e de quais eram as intensões da principal figura revolucionária.

No relativo à política contra-hegemônica da Venezuela, era necessário que se fizesse uma reflexão político-ideológica para entender os processos, pois eram demasiado complexos. Tratava-se de um período de transição no qual uma época que morreu deu lugar a uma que acabara de nascer e que, lentamente, se consolidava. Porém, todo processo de revolução gerou uma crise orgânica e consequentemente, alterou a constituição (VILERA, 2009).

Nesse período, a segurança política nacional estava abalada, pois uma infinidade de informações complexas colocava em jogo a capacidade de se recuperar a identidade política nacional ou de estabelecê-la em um novo molde que fosse capaz de englobar as

10. Aba Salcedo, palestrou sobre a batalha midiática na Venezuela durante o VII FORUM SOCIAL PANAMAZÔNICO – Macapá- 28 a 31 de maio de 2014.

11. As 1ª e 2ª Guerras Mundiais, e a Guerra Fria são descritas como os 3 primeiros conflitos.

novas facetas geradas pela revolução que a nação vivenciava.

Para Vilerá (2009), essa dificuldade foi consequência da colonização feita pelo ocidente, que bombardeou de valores exógenos as culturas onde adentrava na tentativa de homogeneizar os espaços. Isso gerou uma sociedade desigual, sem identidade política própria e dividida entre as classes. Apesar desse modelo ter se instaurado em grande parte das nações, nunca foi eficaz na Venezuela.

As diversas tentativas de emancipação econômica, política, social e cultural da Venezuela, ganharam repercussão mundial, porém, são mais complexas do que parecem e vão além das análises centradas em Chávez. Trenado (2007), por exemplo, considerava que o governo chavista visto sob a ótica democrático-representativa constituía um retrocesso, ainda que algumas conquistas e avanços positivos dos setores populares da nação tivessem ocorrido.

O regime estava em processo de transição, porém, a postura administrativa combinava elementos de autoritarismo e democracia que se sustentavam em princípios e regras diferentes dos modelos anteriores. Ou seja, Chávez foi hábil em destruir os padrões anteriores, mas não provou que seria capaz de reconstruir a sociedade tal qual pregava (TRENADO, 2007).

Para Rojas (2010), o modelo neoliberal, o projeto do socialismo, a economia de mercado, a propriedade privada, a legislação e a cultura que ainda é capitalista, conviveram entre si na Venezuela. Portanto, abandonar essa situação não foi uma tarefa fácil e, como consequência, o processo de mudança social e político, foi alvo de uma grande resistência.

A Venezuela iniciou um processo socialista completamente diferente dos outros¹² já implantados no mundo. Seu ineditismo chamou a atenção de seguidores e detratores que queriam entender o futuro do país e instaurar uma identidade política nacional reconhecida de forma igualitária pelos venezuelanos. Para tal, abordamos como e em que contexto se deu essa construção ideológica (ROJAS, 2010).

ERA CHÁVEZ: CONSTRUÇÃO SOCIOPOLÍTICA E IDEOLÓGICA

O destaque mundial da Venezuela foi resultado das transformações que o país vivenciou. No caso do socialismo, por se tratar de um processo que ainda está ocorrendo, seu êxito ou fracasso dependerá da capacidade do próprio movimento de perceber, analisar e corrigir erros políticos inevitáveis durante o processo de mudança (ROJAS, 2010).

Ellner (2011, p. 11) fez considerações sobre a influência da história na condução e modelamento desses processos e alegou que *“los eventos durante un período histórico dado moldean las herramientas y los modelos usados por la gente para entender el pasado*

12. O modelo adotado pela URSS tinha características próprias, e também era diferente do modelo cubano.

y el presente”. Neste contexto, a política chavista apresentou um arsenal amplo para a discussão de temas controversos, o que muitas vezes levou o debate político a novos enfoques.

O foco mudou e inquietudes surgiram, questionando conceitos tidos como válidos e já arraigados na coletividade. A versão histórica que Chávez utilizou para construir seu discurso pôs em relevo as causas sociais e os heróis nacionais, gerando confiança na população e criando um sentimento de nacionalismo. O estudo desse fenômeno foi explicado por Ellner (2011) a partir de quatro metas, as quais são:

- a) a luta pela justiça social;
- b) a luta por democracia;
- c) os esforços em promover o desenvolvimento econômico nacional; e
- d) a promoção do nacionalismo econômico e político.

Dentre elas, a que mais recebeu atenção por parte do governo, foi a terceira. Porém, para Ellner (2011) o ideal seria uma combinação das quatro metas, para que a amplitude de ações do governo fosse de fato eficaz.

Ellner (2011) e Cícero (2010), compartilham a mesma opinião no que tange à ascensão de Chávez. Para os autores, o 27F foi o marco de um novo período de instabilidade social e política que caracterizou os anos precedentes ao *boom* do petróleo. As consequências de tantos equívocos e modelos governamentais existentes na história venezuelana, modelaram a tão sonhada necessidade de se criar um “novo” modelo político, e foi este o recurso (ou discurso) utilizado por Chávez para chegar à presidência.

A campanha de Chávez em 1998 refletia a desilusão nacional com os partidos tradicionais e a certeza de que a Venezuela só mudaria se houvesse uma transformação política guiada por quem tivesse um histórico de não pertencer e nunca ter pertencido a nenhum dos modelos anteriores. Chávez utilizou esta vantagem na criação de planos e propostas totalmente antineoliberais, como foi o caso da Agenda Alternativa Bolivariana (ELLNER, 2011).

Esta agenda defendia a intervenção do Estado nos setores econômico, industrial e petroleiro, previa uma moratória para negociar o pagamento da dívida externa e visava à convocação de uma *Asamblea Nacional Constituyente* (ANC) para fazer reformas políticas de teor legal (ELLNER, 2011). Assim, Chávez estruturou o Sistema EBR¹³ como sua proposta de governo.

13. “E” de Ezequiel Zamora; “B” de Simón Bolívar; “R” de Samuel Robinson (Três líderes do período colonial). Mas a este respeito, consultar LIMA, Andreza de M; COUTINHO, Rebeca V. Árvore das três raízes: política inovadora para a Venezuela? **Ciências e Políticas Públicas**. v.2. n.2. Dezembro/2016. pp. 79-94. Disponível em: <https://doi.org/10.33167/2184-0644.CPP2016.VIIN2/pp.79-94>

Frías¹⁴ (2014) relatou que queria ser inovador e mostrar que a Venezuela precisava conhecer seu passado e os erros históricos cometidos, como forma de mudar o presente e prevenir que os mesmos equívocos se repetissem, atrapalhando o futuro da nação. Para isso, estruturou sua doutrina em um molde cívico-militar, fundamentado no rompimento com os modelos anteriores e na necessidade de recuperar os ideais bolivarianos, para torná-la um guia referencial na construção de futuras políticas para o país.

Seu modelo político foi analogicamente explicado por meio da árvore das três raízes, que explica a estrutura, o propósito real de sua proposta e a importância do processo revolucionário para tal. A primeira raiz –Robinsoniana, baseava-se nos ideais históricos de Simón Rodríguez, que considerava a América espanhola como um lugar único e original, capaz de estabelecer os próprios modelos institucionais e governamentais de forma criativa e inédita (FRÍAS, 2014).

A segunda raiz – Bolivariana, era a mais complexa da estrutura e visava pôr em prática as propostas de Rodríguez com o mesmo afinco e nível de liderança que Bolívar exercia. E a terceira raiz – Zamorana, tinha um caráter militar, pois como tenente-coronel do exército venezuelano, Chávez não podia desconsiderar sua própria formação (FRÍAS, 2014). As três raízes juntas formaram o Projeto Nacional Simón Bolívar, cuja postura evolutiva visava retirar a Venezuela da subestrutura econômico-social, político-jurídica e ideológica.

Seus fundamentos pautavam-se na ruptura com o modelo dominante do *Punto Fijo*, que politicamente sobrepôs o individualismo em detrimento do coletivo. Em seus discursos, referia-se ao conceito de liberdade e soberania, e mostrava sua fórmula para tal, que era promover a mudança interna da nação. Porém, seu modelo não previa mudanças de curto prazo e suas ações buscavam a consolidação das estratégias de transformação.

A solidariedade era o tema central do seu projeto nacional. Em sua construção existiam três campos cujas condições determinavam sua aplicabilidade e eficácia: o da economia, que dizia respeito às condições de vida e trabalho; o das ideologias, que fomentava o bem-viver através do sistema de normas socioculturais; e o das deliberações políticas que determinavam as decisões de âmbito econômico e político para toda a nação (FRÍAS, 2014).

Em um discurso¹⁵ de Chávez de 5 de dezembro de 1998, Salmerón (2013) elencou pontos contraditórios entre o que foi dito e o que de fato se fez. Em sua percepção, a Constituição de 1999 expressa facilmente o verdadeiro propósito de Chávez, oculto por trás

14. Hugo Rafael Chávez Frías. O nome “Chávez” será mantido quando for comentado por outros autores, mas, para fins didáticos, se utilizará o sobrenome “Frías” todas as vezes em que se utilizar o conteúdo de sua obra original.

15. Discurso disponível em: https://www.lainformacion.com/mundo/erase-una-vez-cuando-chavez-llamaba-dictadura-a-cuba_vveuhu6ngmqrgy8ejgcd62/

do discurso caudilhesco tão propagado durante suas campanhas.

Frías (2014) dizia que o propósito da nova constituição era transformar o poder social em um poder estatal, dessa forma, o Estado se configurava como uma unidade de poder e não como a concentração do mesmo, e neste caso, os poderes eram pautados na premissa de que, para que não houvesse abuso por parte daqueles que o detinham, ele deveria ser dividido. Em sua lógica, só um poder podia deter o outro. Portanto, sua proposta previa a implantação de cinco poderes constituídos em âmbito político: Poderes Executivo, Legislativo, Judicial, Eleitoral e Moral.

Para Frías (2014), os poderes eleitoral e moral eram os de maior relevância nas deliberações nacionais, pois deles dependia a harmonia da nação. O Poder Eleitoral visava ampliar o sistema sociopolítico nacional, estabelecer canais policêntricos de poder e aumentar a força e autonomia da sociedade nos processos decisórios. O Poder Moral visava reestruturar costumes sadios da sociedade, para que os nacionais voltassem a acreditar em seus líderes. Esses dois poderes, uma vez consolidados, criariam o cenário para o nascimento de um sexto poder, denominado por Frías (2014) como *Poder Neutral*¹⁶.

O poder moral atuaria em conjunto com a população, objetivando principalmente investigar os atos da administração pública que atentassem contra a ética e ferissem os direitos sociais. Para executar com eficácia suas ações, deveria promover, defender e vigiar os direitos comunitários previstos na constituição. O poder eleitoral, por sua vez, visava a transparência dos processos eleitorais e referendos, a fim de garantir aos cidadãos que a vontade democrática fosse mantida. Tratava-se de uma busca do governo por credibilidade e equidade nas decisões públicas.

A política governamental estruturou-se em cinco grandes eixos, que buscavam o equilíbrio a) político – que garantisse a democracia participativa; b) econômico – que garantisse uma economia solidária e produtiva; c) social – por meio da educação, cultura e justiça; d) territorial – através da ocupação proporcional do território nacional e; e) internacional – a fim de tornar a nação soberana e desenvolvida através da integração com países Latino-americanos e do Terceiro Mundo (ROJAS, 2010).

Ademais, existem falhas do modelo que não foram elucidadas devido à superficialidade do que se escreveu sobre o chavismo. O que de fato foi abordado nas análises não enfocou o fenômeno em sua complexidade e desconsiderou a criticidade da população como um fator relevante na aceitação ou rejeição do modelo e de suas políticas (ELLNER, 2011).

Para Salmerón (2013), essa debilidade reforçou a percepção de que as posturas

16. O Poder Neutro desenvolveria níveis adequados de racionalidade técnica para a execução dos demais poderes, garantindo um desempenho justo e bons resultados. Entretanto, por ser apenas uma perspectiva, não se tem dados concretos que expliquem detalhadamente como esse poder seria instituído e de que forma seria executado.

administrativas de Chávez expressavam a real intenção de dominar o país através do poder centralizado. Durante o seu mandato, o presidencialismo se estendeu de cinco para seis anos, foi adotado o modelo de reeleição imediata, se anulou qualquer tentativa da ANC de estabelecer regras para o segundo turno e eliminou-se o financiamento público direcionado a partidos políticos, criando assim uma oposição enfraquecida.

Ainda assim, Chávez afirmava que seu modelo era democrático, pois permitia a participação de todos os setores da sociedade, e que seu intuito era quebrar o ciclo histórico de domínio governamental baseado em enganos e corrupção, romper a farsa de “democracia representativa” e instaurar a democracia popular bolivariana, para expressar o autogoverno e o protagonismo social nas deliberações políticas nacionais (FRÍAS, 2014).

A fim de entender essa estrutura, Ellner (2011) dividiu a presidência chavista em quatro etapas: a) etapa moderada ou de luta pela justiça social (1998-2000); b) anti-neoliberal, referente a luta pela democracia (2002-2004); c) foco no modelo econômico e promoção do desenvolvimento nacional (2004-2006); e d) aprofundamento do processo que previa a promoção do nacionalismo econômico e político (2007-2010).

Devido ao longo período no poder e aos constantes conflitos políticos, o governo sofreu um desgaste que minou a energia dos ativistas e dos chavistas de base. Isso provocou uma crise na Venezuela, a qual o governo respondeu por meio de uma investigação contra banqueiros e servidores públicos envolvidos em condutas irregulares, aproveitando-se dos recursos do Estado (ELLNER, 2011).

A divisão da política em etapas foi acertada, pois a cada avanço, estava melhor preparada para corrigir os erros da anterior. Mesmo havendo erros em programas sociais altamente custosos para o governo, os êxitos que transformaram estes mesmos setores foram significativos. Para Ellner (2011), Chávez foi um “caudilho de massas” devido ao seu caráter indiscutível de tomar as decisões finais em todos os setores do seu movimento, ao mesmo tempo em que conseguia se vincular aos seus seguidores e beneficiá-los. Mas, tal postura impedia o pensamento independente das pessoas de seu campo e limitava o debate interno.

CONTEXTO DO PETRÓLEO NA VENEZUELA

O petróleo em todo o mundo tem características peculiares. Desde sua descoberta, causou divisões de pensamento a respeito de como utilizar os lucros por ele promovidos. Diante desta premissa, analisamos a história do petróleo na Venezuela em três momentos distintos. O primeiro, vai do seu descobrimento em meados do século XIX até a década de 1960.

Duas importantes figuras da história petroleira na Venezuela foram Carlos González

Bona¹⁷ (que descobriu o petróleo no país) e Antonio Pulido¹⁸, que em parceria, constituíram a primeira sociedade anônima para fins de exploração. Porém, nunca o trabalho por eles iniciado teve o impacto que as demais companhias tiveram após o seu surgimento (BETANCOURT, 2007).

Em 1870, os EUA já exploravam petróleo na Pensilvânia, mas na Venezuela, só em 1878 que a sociedade anônima fundada por Carlos Bona foi contemplada com os primeiros títulos do Governo do *Estado de Los Andes*. A realidade mudou em 1884, quando o presidente da Venezuela, Gusmán Blanco (1879-1884 – segundo mandato), assinou uma concessão definitiva que permitia a extração do recurso energético. A partir daí nasceu a primeira empresa mineira da do país, chamada *Petrolia del Táchira* (BETANCOURT, 2007).

A mesma não possuía as tecnologias mais avançadas da época e a exploração do recurso energético não recebia um apoio estatal, portanto, tinha um lento desempenho. Após 26 anos de atividades extrativistas, a empresa só produzia 60 barris de petróleo por dia, e, posteriormente essa incapacidade a levou à falência. Nesse período se desconheciam as potencialidades comercial e estratégica que o petróleo possuía. Mesmo assim, a Venezuela se tornou alvo do interesse da Inglaterra e EUA, pois estes tinham grandes objetivos comerciais no setor de exportação de asfalto (VENEZUELA, 2005).

O século XX foi remodelado pela utilidade petroleira. O petróleo fomentou guerras e impulsionou o setor automobilístico, gerando uma demanda mundial cada vez maior. As empresas petroleiras tentavam suprir as crescentes demandas, mas evitavam que novos empresários surgissem neste ramo, pois isso ampliaria a concorrência e causaria instabilidades (BETANCOURT, 2007).

Diante desse quadro, empresas como *Standard Oil*, *Anglo-Persian Oil Company* e *Royal Dutch Shell*, se juntaram na Escócia, em 1928, e formaram um cartel petroleiro por meio do acordo de *Achnacarry*¹⁹ (O SEGREDO, 2011 – *online*). Até 1960, as Sete Irmãs dominaram o setor petroleiro, porém, os Estados²⁰ explorados por esse oligopólio se revoltaram e protestaram contra a imposição das grandes companhias.

Assim, criaram, através do Acordo de Bagdá, uma organização (OPEP) que inicialmente era informal, mas que buscava melhorias para o setor produtivo. Uma década depois essa organização se fortaleceu e permanece atuante até o presente momento (O

17. Era médico e engenheiro, e prestava serviços no “*Gran Estado de los Andes*”. Para isso, percorria o estado montado em uma mula, passando por vários caminhos e povoados. Em muitas de suas viagens, observou que os riachos pelos quais passava possuíam capas oleaginosas em sua superfície.

18. Dono dos terrenos onde Carlos Bona identificou a existência de petróleo.

19. O objetivo era amenizar os gastos e aumentar a margem de lucro através do domínio mundial das reservas petroleiras. Esse oligopólio posteriormente ficou conhecido como as “Sete Irmãs”.

20. Argélia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Indonésia, Irã, Iraque, Kuwait, Nigéria, Líbia, Catar e Venezuela. Os Estados aqui citados referem-se àqueles que aderiram à OPEP para ganhar autonomia de exploração de suas reservas petroleiras.

SEGREDO, 2011 – *online*).

Betancourt (2007) fez considerações acerca do petróleo enquanto recurso de poder na Venezuela, tanto para os venezuelanos (cite-se a política) como para os demais Estados interessados em usufruir do mesmo. O petróleo é o principal fornecedor de energia para mundo desde o início do século XX, e o mesmo gerou um progresso significativo ao promover a economia de muitos Estados.

Entretanto, essa riqueza energética se encontra desde o início sob o domínio de um oligopólio, que luta contra os países produtores pelo seu domínio. Economicamente, os Estados produtores em sua grande maioria, ainda não conseguiram se estabilizar devido às fortes influências que um pequeno grupo exerce a nível mundial (SOUZA, 2008).

Por se tratar de uma zona estratégica rica em petróleo e por sua proximidade com a costa dos EUA, a Venezuela também foi e continua sendo alvo das investidas estadunidenses. Ou seja, o petróleo reordenou internamente o país e atraiu os olhares do mundo sobre ele (BETANCOURT, 2007).

Para Sosa e Pardo (2012), o problema está nos paradigmas históricos que não foram ultrapassados. Inicialmente se acreditava que as reservas petroleiras logo secariam. Salmerón (2013), mostrou os argumentos de Úslar Pietri²¹ que acreditava que o petróleo traria benefícios à nação, mas que era inteligente que o Estado não descuidasse do setor agrícola pois o recurso petroleiro não era eterno e o país contaria com outra fonte de subsistência.

Em 1936 não havia uma dimensão real da quantidade de petróleo no território venezuelano, e para o oligopólio estrangeiro só o domínio do mercado interessava. A elite interessada em usufruir dos benefícios petroleiros, acreditava que o mesmo logo acabaria. Isso explica como se deu historicamente a alta taxa de volatilidade entre situações de crescimento e decadência que corroboraram com a construção da atual Venezuela (SALMERÓN, 2013).

Pietri lutava para redirecionar estrategicamente os recursos advindos da exploração petroleira. Isso ocorria, porque existiam duas visões sobre a melhor forma de empregá-los, já que Gómez não estava mais no poder. A primeira, remetia aos trabalhadores que queriam melhores serviços públicos como o de saúde e educação, e a segunda, beneficiava a elite que queria os recursos para o investimento no mercado.

Os dois setores sociais distintos se chocavam, por isso, Pietri concluiu que “*sembrar el petróleo*”²² era o recurso ideal para o desenvolvimento do setor agrícola, que

21. Úslar Pietri, um dos maiores intelectuais da Venezuela, ganhou notoriedade no mundo político quando, após a morte do ditador Gómez em 1936, publicou sua primeira obra sobre o petróleo.

22. Esse termo surgiu em 1936, quando a Venezuela se tornou mais dependente do petróleo. Pietri dizia que para reduzir a dependência, era necessário utilizar os ingressos petroleiros como recursos para a criação de setores produtivos.

poderia crescer progressivamente até ser uma fonte de riqueza a mais para a nação. Seu pensamento foi seguido por vários governantes venezuelanos durante décadas, entretanto, os seus resultados variavam entre um governo e outro (SALMERON, 2013).

Schael (2011) considerava que o cenário político e econômico nascido na Venezuela, junto com a descoberta do petróleo, se deu de forma sombria, propondo apenas dinheiro e renda, mas não trabalho e produção. Acreditava-se que o mesmo logo se esgotaria, pois em outros países isso havia acontecido. Portanto, os estudiosos da época tinham muitas desconfianças.

Para Sosa e Pardo (2012) a explicação para tal crença era a concepção estática quanto à possibilidade de exploração de outras áreas. O gráfico 1 mostra como, no decorrer de 30 anos, não havia expectativa de que o petróleo fosse durar por muito tempo. Contudo, os avanços tecnológicos possibilitaram a descoberta de novas jazidas e até 2010 a estimativa era de que estas reservas podiam produzir pelos próximos 300 anos.

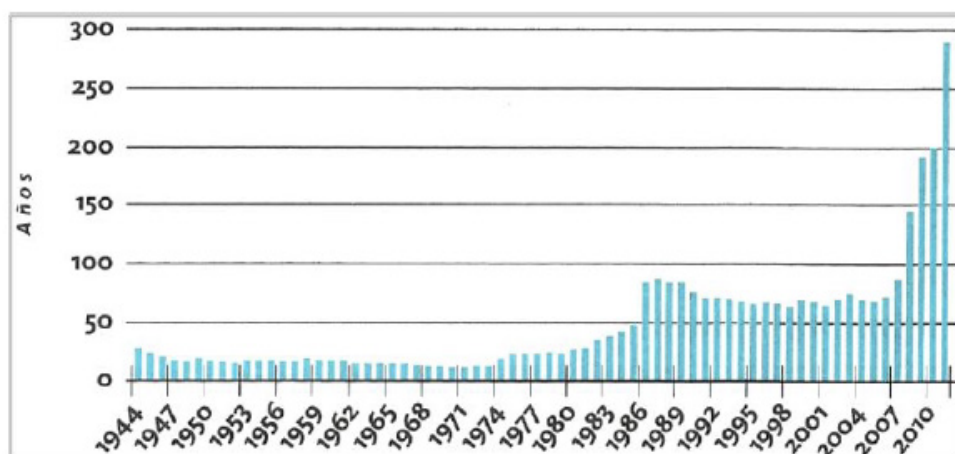


Gráfico 1 - Relação de reservas *versus* produção petrolífera na Venezuela.

Fonte: Sosa e Pardo (2012, p. 154).

Para Schael (2011), não é certo acreditar que havia ignorância política e econômica na era Gómez com relação ao petróleo e suas potencialidades, pois os pensadores que eram contra a exploração do mesmo e defendiam que o país deveria investir no setor agrícola, acreditavam que os aspectos negativos da exploração petrolífera levariam o país à decadência.

Se houvesse desenvolvimento industrial associado às atividades de agricultura, uma onda migratória ocorreria. Porém, a indústria petrolífera ficaria fora das mãos do Estado, pertencendo única e exclusivamente aos investidores estrangeiros. Esse pensamento

associado à ideia de que as jazidas de petróleo secariam, levava a pensar que, uma vez terminadas as atividades petroleiras no país, tudo não passaria de um grande deserto (SCHAEEL, 2011).

Como as jazidas de petróleo provaram no decorrer do tempo que não se esgotariam com tanta facilidade, o petróleo se transformou no salva-vidas do país. Todas as ações do governo eram planejadas tendo o petróleo como base ou recurso de salvação nos casos em que houvesse desequilíbrios.

Rómulo Betancourt (2007) alegava que tanto o Estado como os empresários nacionais eram um grupo de fantoches submetidos ao domínio externo. Do ponto de vista ideológico, o petróleo deve ser investido de maneira responsável, mas na maioria das vezes é alvo da corrupção e da incompetência (SCHAEEL, 2011).

O Período Democrático

Marcos Pérez Jiménez nacionalizou grandes indústrias do país, como a de petróleo e a de ferro, e criou um sistema de bolsas que incentivava pesquisas em prol do desenvolvimento tecnológico. Segundo Ellner (2011) a postura esquerdista de Pérez associada ao seu carisma pessoal evocava as décadas de 1930 e 1940, quando havia um populismo radical na nação.

De acordo com Salmerón (2013), o Estado venezuelano só se concretizou de fato, depois de 1950, quando a renda petroleira criou bases econômicas para a importação. Entretanto, junto com ele surgiu um entrave para o setor agrícola nacional, cuja atividade passou a ser subsidiada.

Cícero (2010) mostra historicamente que a Venezuela passou por um período próspero e era apontada como uma promissora democracia latino-americana. A consolidação do *Pacto de Punto Fijo* possibilitou uma aparente estabilidade política, que garantia a alternância partidária no poder, embora esta se restringisse a apenas dois partidos (AD e Copei).

Desta forma, o *puntofijismo* foi, para Cícero (2010), um sistema político arquitetado para garantir que a classe burguesa, utilizando o aparelho governamental em interesse próprio, mantivesse o poder sobre os setores empresariais internacionais, bem como sobre os grupos financeiros, industriais e latifundiários. De 1959 até 1980, o regime vigente era estável, mas foi seriamente abalado pela crise macroeconômica.

Então surgiram novos discursos que avaliavam a sociedade civil e que se preocupavam em promover a honestidade política, evitando assim, os altos índices de corrupção. O petróleo fez parte desse problema econômico, pois levou a nação tanto a avanços quanto a retrocessos (SALMERÓN, 2013).

Entre 1920 e 1970, a Venezuela emergiu com força, elevando sua qualidade de vida

e se destacando no mundo como o país mais rico da América Latina. Mas a rapidez com que esse processo ocorreu não estabeleceu bases sólidas para a administração posterior, principalmente quando ocorreu a crise na década de 1970, que afundou o país na dívida externa e interna, e trouxe consequências cujos resquícios se arrastam até os dias atuais (SALMERÓN, 2013).

Em 1970, a crise energética fortaleceu a OPEP frente ao cartel petroleiro e como consequência, a Venezuela foi favorecida. Houve reformas que visavam o aumento dos impostos sobre os ingressos petroleiros, a fixação dos preços de exportação por parte do Estado, o estabelecimento de leis como a “*Ley de Reversión Petrolera* (1971), a *Ley que Reserva al Estado la Industria del Gas Natural* (1971) e a *Ley del Mercado Interno de los Hidrocarburos* (1973)” (VENEZUELA, 2005, *online*).

A crise do petróleo, a dívida externa, a corrupção e o aumento da pobreza, levaram o país a uma recessão e a uma transformação do pensamento e da cultura política venezuelana (ROJAS, 2010). Mesmo sendo a pobreza um fenômeno estrutural dos países subdesenvolvidos, não se podia negar que os investimentos do setor petroleiro e sua distribuição pelo Estado favoreciam, ainda que de forma desigual, os setores sociais.

O abandono do campo estagnou o desenvolvimento e contribuiu para a não diversificação da economia do país. Nos momentos de crise, toda a nação era prejudicada (VILERA, 2009). A exemplo disso, está a PDVSA que, mesmo sendo uma das empresas mais sólidas do ramo, ainda depende da volatilidade do mercado e do dólar. Isso por si só, deveria convencer os governantes venezuelanos da necessidade de desenvolvimento de outros setores econômicos, capazes de manter o equilíbrio quando o petróleo sofresse algum tipo de impacto negativo advindo do mercado externo.

A história do petróleo na Venezuela deixa claro que o povo tem consciência de suas riquezas, pois desde o início do século XX o país tenta utilizar-se dos lucros do petróleo, a fim de atender as demandas nacionais. Porém, a ganância de seus governantes e de uma elite nacional e internacional fez com que a repartição da riqueza fosse feita de forma desigual e insensata, privilegiando a uns e prejudicando o país como um todo (VILERA, 2009).

O foco da riqueza venezuelana foi e ainda é o petróleo. Nesse sentido, e com a ajuda dos preços do barril em alta, a administração de Chávez fortaleceu a empresa petroleira nacional, aumentou o preço do barril, fortaleceu a OPEP, fez ressurgir a organização dos exportadores de petróleo e, como resultado disso, recuperou a soberania do país (VILERA, 2009).

Viernes Negro

Na década de 1970, a Venezuela vivenciava um bom período econômico devido à exploração do seu petróleo. Porém, com a queda do preço do barril e da própria economia, a realidade – não só da Venezuela – começou a mudar. A partir desse momento, grandes projetos governamentais foram abandonados, deixou-se de investir em pesquisas, houve cortes de gastos e o governo foi forçado a renegociar a dívida externa (ELLNER, 2001).

A volatilidade econômica que a Venezuela teve durante o século XX, em muito dependeu da forma como o Estado administrou os seus recursos petrolíferos. Entre 1950 e 1970, houve uma melhoria econômica que propiciou ao país, um harmônico e acelerado processo de expansão, mas a Venezuela era “[...] *una nación petrolizada que tenía en su interior el germen de futuros desequilibrios*” (SALMERÓN, 2013, p. 18).

Outra falha econômica foi a despreocupação do governo em criar um sistema efetivo de arrecadação de impostos, fazendo com que essa falta de contrapartida se preenchesse com os petrodólares. A população, por outro lado, era pouco organizada e a cobrança de transparência do governo no tocante à administração pública, não alcançou o objetivo esperado.

Descrito por Salmerón (2013) como uma “exuberância perigosa”, o petróleo era equivalente ao resultado de uma loteria que apresentava duas possíveis consequências: as oportunidades de crescimento e desenvolvimento ou a possibilidade de transbordamento da economia. No segundo caso, os riscos de se injetar dinheiro para gerar oferta e demanda eram elevados, pois outros setores não podiam acompanhar o ritmo do mercado e criariam um período de instabilidade nas contas públicas. E de fato foi o que aconteceu.

A política econômica de Luis Herrera Campíns (1972-1984) se distanciou do modelo adotado por Pérez, mesmo quando o preço do petróleo começou a declinar no ano de 1981. Desta forma, Herrera limitou a intervenção do governo na economia, tentou reduzir a inflação através do controle do crescimento e do recorte nos planos de incrementação da capacidade produtiva, eliminou barreiras tarifárias e estabeleceu taxas de interesse e regulação de preços (SALMERÓN, 2013).

Nesse período, qualquer movimentação do dólar acarretava efeitos preocupantes na economia venezuelana. Por isso, em 1983, o presidente venezuelano adotou medidas de controle do câmbio, historicamente conhecidas como *Viernes Negro*. O principal erro, neste caso, foi o desespero do Estado, que acreditava que precisava alcançar em pouquíssimo tempo um elevado nível de desenvolvimento.

Como mostra Salmerón (2013), o governo se sentia impelido a criar planos colossais de industrialização, o que requeria endividamentos cada vez maiores. Porém, aspectos relevantes foram ignorados ou mal avaliados na construção de políticas públicas para

Venezuela durante os diversos períodos governamentais da segunda metade do século XX.

A economia da década de 1970 expôs as falhas do mercado venezuelano. O ano de 1978 mostrou como a volatilidade dos preços do barril afetou a economia nacional, forçando-a a aderir ao endividamento externo para não ir à bancarrota. O resultado foi que a indústria não se desenvolveu como poderia, pois, faltavam recursos para injetar no setor, a mão de obra não era qualificada e, consegui-la, gerava um elevado custo para o país (SALMERÓN, 2013).

A inflação crescente afetou as exportações e aprofundou o endividamento. O impacto da política econômica de Herrera nos setores social, político e econômico teve proporções significativas que se projetam até hoje. Aumaitre (2004), mostrou que a fuga de capitais da Venezuela foi consequência da desvalorização do bolívar e de uma série de medidas restritivas que enraizaram mais ainda a crise econômica.

Durante o período do *Pacto de Punto Fijo*, a política macroeconômica não foi eficaz, pois afundou a Venezuela na dívida externa e destacou a incapacidade de Herrera de superar a dependência dos países desenvolvidos, e isso absorveu muitos recursos do Estado, limitando as opções políticas nacionais (ELLNER, 2011).

Assim, as políticas mal concebidas a partir de 1958, as fórmulas neoliberais adotadas a partir de 1989 e as limitações políticas venezuelanas, ampliaram e fortaleceram a crise da década de 1990. “[...] *Venezuela culminaba 1978 con una economía tibia, [...] que generaba un creciente desequilibrio en las cuentas públicas*” (SALMERÓN, 2013, p. 39).

A economia melhorou no início de 1980 devido aos conflitos entre Irã e Iraque. Quando a produção iraniana de petróleo, que abastecia 10% da demanda mundial caiu, o mercado da Venezuela teve uma evolução. Porém, por medida de segurança, os venezuelanos começaram a poupar em bancos estadunidenses. Foi essa fuga de capital que levou Herrera a adotar medidas econômicas (SALMERÓN, 2013).

A desvalorização abrupta do bolívar em relação ao dólar e a implantação do controle de câmbio com diversas restrições para a saída do dinheiro de dentro do país, contribuíram com o desgaste da política *puntofijista*, e impossibilitaram o retorno ao equilíbrio econômico interno, pois nos 20 anos seguintes, os preços do barril estiveram em constante volatilidade e a moeda não voltou à estabilidade anterior (SALMERÓN, 2013).

A crítica que Salmerón (2013, p. 56) fez ao governo de Herrera, pode ser direcionada a praticamente todos os governos da Venezuela durante o século XX. Pois os mesmos sempre se mostraram “[...] *incapaces de responder adecuadamente al colapso del modelo de industrialización; no encuentran la propuesta adecuada ante el descenso de la renta petrolera y caen en un círculo vicioso [...]*”. A desvalorização fez a nação empobrecer e os

desequilíbrios nas contas públicas geraram maiores endividamentos.

Na primeira administração chavista houve mudança de cenários, causando desconfiança internacional. Nesse período, o petróleo teve alta, possibilitando ao país altos índices de ingressos fiscais, mas a renda petroleira não era suficiente para arcar com as despesas nacionais. Também houve receio internacional quando Chávez não deixou de pagar responsavelmente a dívida externa da Venezuela sem recorrer a empréstimos do FMI, ou seja, aumentou a dívida interna do país. A estabilidade do valor da dívida externa fez com que seu governo fosse reconhecido internacionalmente, mas a dívida interna aumentou em quase 10%, levando o Banco Central de Venezuela (BCV) a mudar seus critérios contábeis e decidir que, os lucros da venda de dólares aos setores da economia, seriam repassados ao governo (SALMERÓN, 2013).

Petróleo na Era Chávez

A distribuição clientelista da renda petrolífera foi a base material do *puntofijismo*. O petróleo condicionou a intervenção estatal no setor econômico, nos partidos, nos sindicatos, nas forças armadas e no setor privado. Como estes setores foram subsidiados pelo Estado, qualquer possibilidade de crítica em relação às consequências desse modelo clientelista foi automaticamente inibida (VILLA, 2005).

Com a nova política democrática e com o petróleo, uma nova e sólida engenharia institucional se constituiu na Venezuela, e era composta por um modelo bipartidário com ideologias diferentes, cujos partidos se alternavam no poder sem a presença de outros concorrentes e mantinham assim, a estabilidade do sistema.

Entretanto, o desgaste na crença populacional, quanto à capacidade dos líderes do pacto de reverterem a situação caótica instaurada, era cada vez maior. Não mudar essa percepção dos eleitores foi, de acordo com Aumaitre (2004), um erro político que resultou no descrédito do modelo vigente e deu abertura à tentativa de ascensão de Chávez por meio do golpe de 1992.

Existia um receio quanto ao futuro do país e para Salmerón (2013, p. 81), as dificuldades de recuperação da economia afetada desde o *Viernes Negro* ainda eram vigentes. Segundo o autor, outras influências interferiam e o “[...] *boom de elevados precios del petróleo* [que] paulatinamente migra del sueño de grandeza a la pesadilla más cruda, no es suficiente para explicar por qué durante los veinte años siguientes [...] Venezuela decae continuamente [...]” (SALMERÓN, 2013, p. 81 – grifo nosso).

Ao assumir o poder, Chávez mudou o setor petroleiro, principalmente no que diz respeito à PDVSA, pois a empresa possuía muita autonomia e dominava o Estado, e isto precisava mudar. Era necessário que a mesma se sujeitasse ao poder Executivo, prestando contas de suas ações. Chávez queria uma reforma que exigisse mais impostos e menos

concessões, e esse lucro seria usado para reverter a inflação.

Assim surgiu uma série de confrontos não mais restritos ao setor petrolífero, mas que envolviam diversos grupos empresariais e pecuaristas. Porém, quando em seu discurso Chávez converteu o povo em prioridade do Estado, e se propôs a remodelar o sistema a fim de promover qualidade de vida à população, as camadas sociais mais carentes passaram progressivamente a repintar sua figura, transformando-a na imagem de um redentor (SALOMERÓN, 2013).

A principal arma utilizada nesse processo foi a mídia. A figura do ex-presidente como redentor da Venezuela foi difundida tanto através de propagandas em prol do governo quanto através de censuras contra as críticas feitas ao mesmo. Isso, associado ao carisma de Chávez e ao grau de convencimento de seus discursos ideológicos, contribuiu sobremaneira com a consolidação do regime chavista.

Neste caso, o socialismo foi um mecanismo de redução de desigualdades já que o capitalismo, que era um meio de produção capaz de atender as necessidades básicas da população, tinha como foco principal o lucro. Logo, a revolução contra o capital se deu, segundo Vilera (2009), com base em dois alicerces: a maior consciência social e a certeza de crescimento elevado no campo das ideias.

O 27F redefiniu o cenário sociopolítico do país, pois foi fruto de uma revolta contra quase um século de exploração. Assim, a abertura petrolífera do período democrático teve seu fim em 2007, quando empresas estrangeiras deixaram suas parcerias com a PDVSA, e esta passou a gerir todos os negócios do ramo no país (VILERA, 2009). Chávez também tornou a Venezuela independente do Banco Mundial (BM) e do FMI que, segundo Vilera (2009, p. 222), representam “clássicos instrumentos de dominação, controle e exploração dos povos da nossa América”²³. Quanto às conquistas econômicas, o autor dá ênfase às melhorias que, segundo o seu ponto de vista, foram consistentes.

A ascensão de Chávez em 1998 foi, para Rojas (2010), o divisor histórico entre os períodos democrático e socialista. A população convencida pelo discurso carregado de nacionalismo o elevou ao *status* de um semideus. Vale ressaltar que o poio popular na construção ideológica de Chávez foi intenso, a exemplo disso, está a aprovação popular com mais de 71%, relativa ao referendun constitucional que remodelou a legislação venezuelana (CARROLL, 2013).

A partir de 2005, Chávez começou a falar sobre a possibilidade de um novo modelo político: o Socialismo do século XXI. Ou seja, antes deste período, mesmo com a existência de um discurso anticapitalista e com as reformas legais, não havia ainda um projeto de governo claramente definido (ROJAS, 2010).

23. Tradução livre.

PETROSUR: POLÍTICA PÚBLICA DE CARÁTER EXTERNO

Para Heidemann e Salm (2009) as políticas públicas são resultado do ideal de progresso ligado ao desenvolvimento. Os modelos de ampliação adotados por um Estado, fomentam a criação de crivos e padrões de medição do nível de crescimento e desenvolvimento da nação, os quais promovem a ação governamental através das políticas. Nesta perspectiva, a política envolve tudo que é relativo à vida coletiva em seus variados contextos e remete à métodos e expedientes utilizados por indivíduos e/ou grupos na manutenção do poder. É a arte de governar a coletividade, gerindo a máquina pública através de ações e diretrizes legais que se tornam deveres do Estado para com a sociedade.

As políticas públicas são específicas para atenderem às demandas particulares de cada campo da sociedade. Dentro do seu rol de ações, encontram-se as políticas de Estado, voltadas ao âmbito interno ou externo de um país e que possuem características mais estáveis e inflexíveis. Estas atuam por períodos variáveis e expressam a vontade nacional. Há também as políticas sociais, que representam uma sociedade particular, e não atendem necessariamente, a uma demanda universal (HEIDEMANN; SALM, 2009).

Política é o conjunto de atividades que o Estado desenvolve para manter o poder. As políticas públicas ocorrem por formulação de normas, financiamento de ações e provisão de bens e serviços que contribuam com a conquista do bem comum. Logo, são ações governamentais que propõem soluções para às necessidades da sociedade. Nessa ótica, a *Petrosur* é uma política pública de caráter externo, devido ao grau de interferência¹ que sua estrutura causará aos Estados a ela interligados (ROMERO; ROMERO, 2005).

Os objetivos da *Petrosur* carecem de análise, devido à complexidade da proposta e do seu grau operacional. Para tal, a observamos a partir de duas óticas: como mecanismo integracionista e como infraestrutura. O primeiro, propõe a integração energética através do Mercosul para fins de fortalecimento e projeção do mesmo nas negociações econômicas internacionais, o que tornaria a Venezuela em um destacado *global player*; e o segundo, diz respeito aos aspectos técnicos e estruturais que o caracterizam (BORBÓN, 2009).

Na idealização de Chávez, essa política petroleira deveria ser planejada e gerida pelo Estado. Mas a mesma contaria com a parceria de empresas estatais e privadas, e promoveria o crescimento de vários setores internos do país a partir do lucro da venda do petróleo bruto e/ou refinado, para então ganhar espaço e importância entre os atores internacionais.

Para que haja desenvolvimento econômico nos moldes globalizados atuais, é necessário aumentar a produção de energia, e essa é a maior vantagem que o continente

1. Ela tem poder de mudar aspectos legais internos e gerar novos cenários como: o social, político, econômico, ambiental, entre outros.

sul-americano possui. Logo, a *Petrosur* foi resultado de uma redefinição política nacional, pautada em princípios como união, cooperação, solidariedade e desenvolvimento (BONBÓN, 2009).

O PETRÓLEO COMO RECURSO INTEGRACIONISTA

Até 1914 a Venezuela era um país rural, precário, de economia agropecuária atrasada e que recebia lucros restritos de seus produtos. Cruz (2009), diz que tais recursos, se comparados aos de outros países do continente no mesmo período, eram escassos, pois havia falta de tecnologias e um rol limitado no ramo produtivo. Foi o petróleo que mudou a economia do país e sua sociedade. O rural se tornou urbano e começou a caminhar rumo à industrialização.

Desde el punto de vista político, el petróleo ha marcado el desempeño del país y ha sido [...] responsable de la construcción de la institucionalidad y del progreso, ambos alcanzados en el siglo xx, hasta la instauración del régimen bolivariano [...] en 1999. El petróleo convirtió al gobierno y a los ciudadanos en rentistas y definió [...] un Estado distribuidor de renta, marcando un contraste con [...] las sociedades, en las que el Estado vive [...] a través del pago de los impuestos (CRUZ, 2009, p.6).

O Acordo de Cooperação Energética Petrocaribe de 2005², resultou dos avanços históricos promovidos pelo petróleo venezuelano. Para Chávez seria conveniente realizar esforços integracionistas no setor energético, para que instituições econômicas e sociais fossem positivamente afetadas, e gerassem desenvolvimento regional (VENEZUELA, 2013).

A parceria entre PDVSA e o governo venezuelano originou a Petroamérica, principal pilar para o início do desenvolvimento energético regional voltado a quase todo o continente americano³. O objetivo era integrar a América Latina, impulsionar o desenvolvimento, a distribuição justa de energia de acordo com as potencialidades de cada Estado Membro e contribuir com a segurança energética dos mesmos (VENEZUELA 2013).

Para a *Comisión Económica para América Latina y el Caribe* (CEPAL), a Petroamérica buscava melhorar as capacidades já adquiridas pelas petroleiras estatais, acumular as experiências já desenvolvidas, aproveitar a crescente projeção internacional que algumas⁴ já possuíam e impulsionar ainda mais a competição internacional (CEPAL, 2006).

2. O primeiro modelo integracionista de base petroleira da Venezuela foi a Petrocaribe, que deu nome à política integracionista nacional. Porém, posteriormente, a ampliação das zonas geográficas de abrangência da mesma deu origem à Petroamérica, que engloba as demais empresas. Portanto, ao se falar de Petrocaribe enquanto modelo integracionista, estaremos fazendo referência ao que atualmente é a Petroamérica.

3. Exclui-se aqui apenas a América do Norte.

4. Como a Petrobras, por exemplo

A Petroamérica sustenta uma integração grande e complexa, conforme mostrada na figura 2, e por ser a base sólida do projeto, corroborou com a sua divisão em empresas⁵ menores, que devem adequar-se às realidades socioeconômicas e geográficas de onde atuam. A iniciativa foi fruto da ALBA e se converteu em um instrumento de cooperação capaz de atrair outros países e ampliar os mercados internacionais para o petróleo da Venezuela (VENEZUELA, 2013).

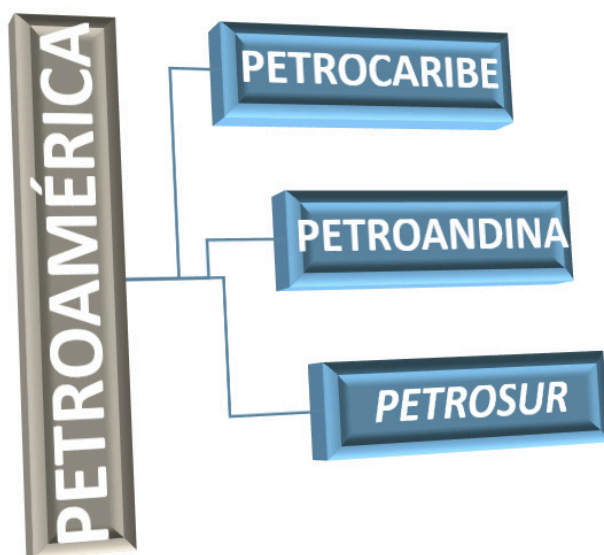


Figura 2 - Estruturas horizontais da Petroamérica

Fonte: elaboração própria.

Como visto acima as empresas são: Petroandina, Petrocaribe e Petrosur. Suas estruturas estão alicerçadas no petróleo da Venezuela e suas ramificações direcionam-se para zonas geográficas distintas, porém, seus objetivos são similares (VENEZUELA, 2013). O Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores (MPPRE) define estas empresas como:

Petroandina: frente energética tal qual a Petroamérica, mas direcionada exclusivamente aos países da CAN;

Petrocaribe: visa o uso racional dos recursos petroleiros para gerar investimento, integrando e promovendo a autonomia e desenvolvimento da região caribenha;

Petrosur: objetiva a construção de uma plataforma energética no Mercosul, cujos países coordenarão conjuntamente a produção, refino e distribuição do petróleo na região e no mundo (PETROCARIBE, 2009).

5. São consideradas empresas transnacionais de ramos específicos, geridas pela PDVSA.

Petrocaribe

Os três momentos históricos que marcaram a iniciativa de cooperação energética venezuelana foram: a assinatura do Acordo Energético de Caracas em 2001, a criação da Petrocaribe em 2005 e a Cúpula do Mercosul no mesmo ano, na qual o projeto de criação do Cone Sul para este setor foi apresentado.

O acordo firmado em 2005, foi resultado dos avanços históricos desencadeados pelo petróleo venezuelano. O crescimento do setor após intervenção na OPEP foi significativo, levando-o a crer que seria conveniente realizar esforços integracionistas para que outros campos⁶ fossem positivamente afetados e, a longo prazo, promovessem o desenvolvimento regional (VENEZUELA, 2013). Entretanto, a forte ideologia levou a divisões e conflitos internos.

Petrocaribe defiende un modelo de cooperación energética guiado por la solidaridad y el trato especial y diferenciado, cuya base es la política de Venezuela de otorgar precios subsidiados y desarrollar empresas mixtas para operar los mercados de petróleo. Pero Petrocaribe debe ser entendido como un instrumento de cooperación del ALBA que va más allá de las cuestiones estrictamente energéticas: de hecho, en el contexto de Petrocaribe se analizan proyectos para el desarrollo del transporte aéreo y marítimo en la subregión como requisito indispensable para la integración (BORBÓN, 2009, p. 129).

A América Central busca uma aproximação econômica e comercial vantajosa para os países caribenhos. Porém, a adesão de vários Estados à Petrocaribe foi pelos benefícios econômicos do acordo em si, e não pela identificação com os preceitos ideológicos que a envolvem (BORBÓN, 2009).

Petroandina

Uma das propostas de integração energética da Venezuela é o Gasoduto Venezuela-Colômbia-Panamá, cujo objetivo é a integração dos três países para distribuir gás através da América Central para os Estados Unidos⁷. Sua consolidação criaria um megacircuito americano. E no que diz respeito ao anel energético andino, dois pontos devem ser considerados: a saída da Venezuela da CAN e o fato de que Bolívia, Colômbia, Equador e Peru, também são produtores de petróleo (POTTELLÁ; QUIROZ, 2006).

Na proposta oficial, a integração energética vai além dos países que formam a CAN. O objetivo principal é projetar a América andina e conseguir maior coesão na inserção internacional, adquirindo força e representatividade nas negociações e facilitando a concretização da integração energética no continente americano.

6. Institucionais, econômicos e sociais.

7. A proposta de integração energética exclui os EUA de participar do acordo como um dos membros. O interesse da Venezuela, nesse caso, é manter a exportação, uma vez que os Estados Unidos é o seu principal cliente.

Pottellá e Quiroz (2006) mostram que esse posicionamento é clarificado pela Ata Presidencial de Lima de 18 de julho de 2005⁸, onde foram descritos os objetivos da cooperação energética entre os países da CAN com a Venezuela. São eles: a formulação de uma agenda energética andina que considere os diversos acordos bilaterais já existentes entre os seus membros; a orientação e elaboração de acordos e parcerias na produção, refino, transporte e comercialização do petróleo; o melhor aproveitamento dos recursos e o não desperdício de matéria prima; o beneficiamento da população e o fortalecimento de laços existentes que impulsionem a economia e o desenvolvimento (MAYOBRE, 2005).

Petrosur

Considerando-se que região é um ambiente formado por vários territórios (nacionais ou internacionais), que recebe influência interna e externa e passa por processos de crescimento e declínio constantes, podemos defini-la como um espaço que possui afinidade e maior integração entre si do que com o restante do mundo (SIMÕES; LIMA, 2010).

As configurações que formam um território condicionam os processos de concentração e desconcentração econômica. Os ajustes materializados nesta articulação dependem das estratégias concorrenciais cuja gênese pode estar nas grandes empresas, no Estado ou mesmo nas demandas da sociedade (BRASIL, 2006). E neste cenário encontra-se a *Petrosur*.

Para a *Petrosur*, o desenvolvimento econômico globalizado só ocorrerá se a produção de energia aumentar. A América do Sul possui essa vantagem, pois suas potencialidades propiciam os modelos integracionistas. Entretanto, explorá-la requer disposição dos Estados, e Chávez era convicto de que seu modelo alcançaria este propósito (VENEZUELA, 2013).

De acordo com Petrocaribe (2009), a *Petrosur* deveria utilizar os recursos energéticos de forma justa e democrática. Porém, a Venezuela ainda não criou uma proposta concreta que revele suas intenções nesse projeto integracionista. Apesar dos acordos bilaterais no setor energético e da potencialidade regional, a proposta não avançou (RUIZ-CARO, 2006).

Ou seja, os acordos de cooperação energética firmados pela Venezuela⁹, as iniciativas desenvolvimentistas na América Central e do Sul¹⁰, as capacidades de produção e refino e o desenvolvimento de novas tecnologias de países¹¹ da América do Sul, revelam

8. O documento encontra-se disponível em: https://www.comunidadandina.org/normativa-andina/?resources_term=Acta+Presidencial+de+Lima&resources_order=DESC&resources_order_day=18&resources_order_month=7&resources_order_year=2005

9. Acuerdo de Puerto Ordaz (1974); Acuerdo de San José (1980); Acuerdo de Cooperación Energética de Caracas (2000).

10. Plan Puebla Panamá ou (Proyecto Mesoamérica de 2008) na América Central; Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), na América do Sul.

11. Argentina, Bolívia, Brasil e Chile.

que o surgimento da Petrocaribe¹² não foi uma decisão ao acaso (VENEZUELA, 2013). Seus objetivos incluem:

[...] suministro de petróleo crudo con facilidades de pago, para [...] la planificación de la política energética de los países miembros [...]; nuevas capacidades de refinación y almacenamiento; [...] desarrollo de la petroquímica; [...] comercialización; [...] capacitación y asistencia tecnológica; y [...] la creación de empresas estatales [...] en aquellos países donde no existan (VENEZUELA, 2013, p. 3).

Foi um acordo político cujo propósito principal era fomentar políticas energéticas de maior escala, que envolvessem o petróleo e todas as suas possíveis formas de produção e comercialização. Mas, devido ao tamanho do projeto, outros níveis de parceria como: cooperação tecnológica, capacitação de recursos humanos e desenvolvimento de infraestrutura, foram visados e corroboram para a sua concretização (VENEZUELA, 2013).

As potencialidades regionais propiciam a integração energética. Explorá-las, entretanto, requer disposição dos Estados de atuarem com parcerias, e a proposta venezuelana criou a estrutura inicial para este processo. Como conceito, a Petrocaribe estruturou-se em dois pilares: “[...] *la solidaridad de un país superavitario en energía, [...] con países de escasas fuentes [...]; y [...] el reconocimiento de las asimetrías entre países de mediano desarrollo económico [...]*” (VENEZUELA, 2013, p. 3).

Solucionar as assimetrias é fundamental para que a proposta, se implementada, alcance os resultados esperados. Houve preocupação com o desenvolvimento sustentável, mas, o maior objetivo era intensificar os intercâmbios de informação, a troca de conhecimentos, tecnologias e experiências positivas e negativas que permitissem a consolidação da estrutura inicial, e a criação de bases para novas formas de cooperação regional (VENEZUELA, 2013).

As energias petroleira, a gás e elétrica, têm potencial de desenvolver as regiões que administrem eficazmente seus recursos. A América Latina e o Caribe são regiões dispersas geograficamente, mas produzem vários recursos energéticos. Os países com maiores riquezas petroleiras, no Caribe e na América do Sul, abastecem a América Central e suas próprias regiões, fato que incentivou a potencial integração das mesmas (VENEZUELA, 2013).

Para Borbón (2009), iniciativas de caráter ideológico resultam em divisões e conflitos internos, como no caso da proposta venezuelana. Porém, para o governo ela era o resultado da redefinição da política nacional, alicerçada em princípios sociais. Assim, a organização petroleira representava o fortalecimento da soberania e promoveria a autonomia dos povos vizinhos¹³ cujo o acesso aos recursos energéticos eram frágeis (PETROCARIBE, 2009).

12. Refere-se à proposta de integração energética e não à empresa petroleira firmada entre Venezuela e Caribe.

13. Comumente denominados na Venezuela como “*pueblos hermanos*”.

Foi com base no apelo social que a proposta se estruturou em dois pilares: o primeiro, considerou o descaso histórico que a Venezuela sentia ter cometido contra os seus vizinhos, por não ajudá-los mesmo possuindo as maiores reservas de petróleo do continente; o segundo, visava a transformação das sociedades latino-americanas, pois as desigualdades sociais e a deterioração da qualidade de vida sofridas pelos *pueblos hermanos* se intensificaram devido as dificuldades econômicas por eles enfrentadas (PETROCARIBE, 2009).

A iniciativa de transformação social a partir da ideologia bolivariana criou em cada empresa petroleira objetivos bem específicos, porém idênticos (PETROCARIBE, 2009). Todas visavam uma integração energética capaz de superar a pobreza e a exclusão social, criando mecanismos de projeção e fortalecimento da América no mundo multipolar através de aproximação econômica e comercial vantajosa para todos (BARBARITO, 2007).

O PETRÓLEO COMO RECURSO PARA A CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA

Dados da OPEP de 2011 analisados por Sosa e Pardo (2012) mostraram que o petróleo venezuelano pode garantir o desenvolvimento energético no país e impulsionar a indústria petroleira, criando oportunidades históricas para a Venezuela. Nesta análise, o mercado mundial se mostrou favorável, pois a matéria prima venezuelana pode garantir pelo menos mais 150 anos sem escassez energética no planeta¹⁴. Vide figura 3.

14. Entre os estudiosos desta temática, existem divergentes opiniões quanto ao período de tempo mencionado.



Figura 3: Reservas petroleiras na Venezuela

Fonte: Venezuela (2016 — online)

Em 2011, a OPEP detectou que na Venezuela estava a maior reserva petroleira do mundo, com capacidade produtiva de 297 milhões de barris, equivalentes a 20% das reservas mundiais (SOSA; PARDO, 2012). Entretanto, dados oficiais de 2014 revelaram o aumento de sua capacidade produtiva que correspondia a 299,95 milhões de barris e a 24,9% das reservas mundiais.

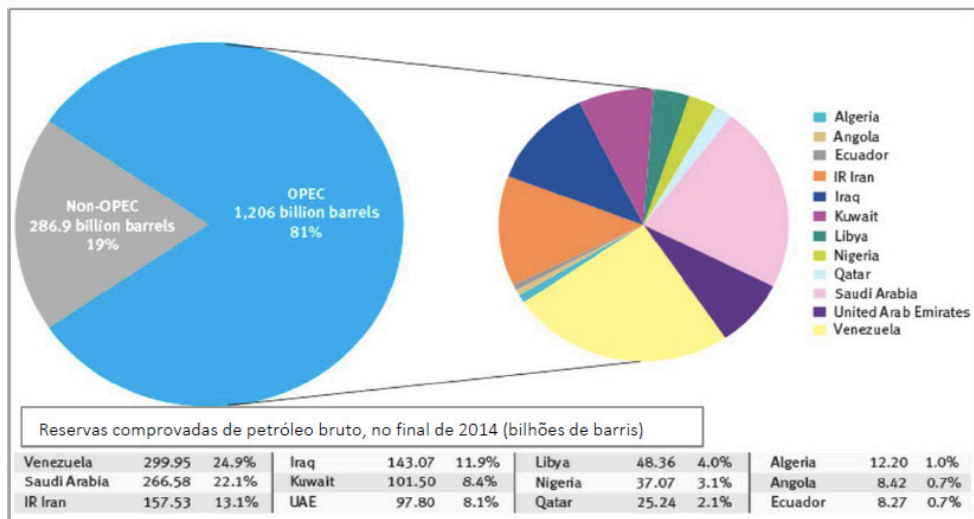


Figura 4: Quota da OPEP de reservas de petróleo do mundo em 2014.

O gráfico mostrou que a Venezuela, em 2014, tinha 2,8% a mais de petróleo em seu território do que a Arábia Saudita. Possuir tamanho poder energético possibilitava a concretização de planos e propostas. A Venezuela não só reconheceu seu potencial, como criou alguns planos de investimento para o setor, visando duplicar a produção petroleira, porém, esse campo estava ligado a um cenário maior, que impediu sua total autonomia (SOSA; PARDO, 2012).

A CEPAL (2006) mostrou que em 2006 a PDVSA produzia em média 3,1 milhões de barris de petróleo por dia; também tinha a capacidade de refinar diariamente cerca de 1,1 milhões de barris em território nacional, e 2,2 milhões de barris em suas refinarias externas. No que diz respeito às reservas, possuía o equivalente a 78 milhões de barris do cru convencional¹⁵ e 235 milhões do cru extrapesado ¹⁶..

Os dados oficiais da OPEP (2015) revelaram que as dificuldades internas da Venezuela estão ligadas à incapacidade administrativa do recurso petroleiro, pois essa riqueza, se explorada de maneira estratégica, poderá fortalecer o Estado, recriar bases sociais estáveis e levar o país a um novo patamar, com mais estabilidade e maiores possibilidades de desenvolvimento. A consciência dessa debilidade interna motivou a criação da Petroamérica e suas demais estruturas.

15. Petróleo de excelente qualidade que pode ser refinado pelos métodos tradicionais atualmente conhecidos.

16. Localizados majoritariamente na faixa petrolífera do Orinoco. Petróleo cru que tem peso maior que o da água (1000 kg/m³) e cuja extração e refino requerem equipamentos diferentes dos tradicionais (MATÍNEZ, 2002).

Contexto político-econômico da Petroamérica na era Chávez

A associação de países à Petrocaribe foi decorrente dos benefícios econômicos do acordo e não da identificação ideológica que a envolve. Segundo Borbón (2009), de 2005 a 2008, 32,952 milhões de dólares foram destinados aos países integrantes da ALBA, representando 23,51% dos ingressos fiscais da Venezuela, porém, esse valor pode ter sido maior, pois houve recursos oficialmente destinados à mesma que não foram quantitativamente informados

De 2005 a 2007, o crédito de 1.170 milhões de dólares foi dado aos membros da Petrocaribe. Os US\$ 640 milhões anuais em linhas de crédito projetaram a Venezuela como a principal fonte de recursos da América Central. Porém, em 2008 o país foi abalado, quando a crise nos EUA desencadeou no mundo um período de declínio econômico (BORBÓN, 2009).

Chávez garantiu que a crise não afetaria o país pois havia uma poupança que sustentaria o avanço de suas políticas sem graves consequências. Porém, seu discurso enganoso visava apenas acalmar a população. O preço do petróleo caiu vertiginosamente em 2009 tornando a Venezuela mais uma vítima da crise econômica de 2008 (SALMERÓN, 2013).

Os Estados que dependiam diretamente dos recursos fiscais decorrentes do petróleo venezuelano também foram afetados pela crise, e como os fatores econômicos são mais relevantes do que os político-ideológicos para a maioria dos países, muitos Estados não estabeleceram vínculos com a Venezuela que ultrapassassem os limites da Petrocaribe, como é o caso da Costa Rica e da Guatemala (BORBÓN, 2009). Logo, a análise das contribuições promovidas pela ALBA é subjetiva e seus resultados dependem de quem as interpretam.

A América Central enfrentou várias crises e desafios para aprofundar a integração devido às assimetrias entre os países. A ausência de mecanismos econômicos que amenizassem ou erradicassem as diferenças, e a falta de vontade política de alguns governos de articularem e promoverem os avanços regionais e institucionais, dificultaram o processo.(BORBÓN, 2009).

Diferentemente da Petrocaribe, pouquíssimas ações foram executadas para a implementação da proposta denominada *Petrosur*. A fim de entendermos os possíveis empecilhos à concretização da mesma, analisaremos sua construção ideológica.

A construção da *Petrosur*

De acordo com Petrocaribe (2009), a *Petrosur* tem uma função específica: utilizar os recursos energéticos de forma justa e democrática. Mas o governo bolivariano não

desenvolveu até o momento, uma proposta concreta acerca de suas intenções nesse projeto integracionista. Apesar dos acordos bilaterais no setor energético e da potencialidade regional, as normas legais de integração estabelecidas para o Mercosul não avançaram (CEPAL, 2006). Além das demandas da proposta, existem controvérsias que exigem mecanismos de solução, porém, estes ainda não foram plenamente desenvolvidos.

Órgãos como a PDVSA, o MPPRE e a CEPAL oferecem informações acerca da temática, porém, até o momento, o governo venezuelano não apresentou nenhum documento concreto a respeito da *Petrosur*, como o desenvolvido pelo *Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe* (SELA) a respeito da Petrocaribe¹⁷.

Na descrição da PDVSA (2005), fazem parte dessa proposta os Estados membros do Mercosul exceto o Paraguai. Os objetivos da mesma são: construir uma plataforma energética através de parceria entre as empresas estatais¹⁸, criar alianças estratégicas que projetem o petróleo sul-americano no mercado internacional e amenizar os efeitos econômicos¹⁹ que acometem a região, fruto dos ditames internacionais.

Uma vez construída, a empresa contará com um conselho ministerial composto por ministros dos países membros, que se reunirão regularmente para deliberar acerca das demandas do setor energético²⁰ no Mercosul, e com uma secretaria executiva para gerenciar e administrar as ações específicas do órgão. As cúpulas serão rotativas e seguirão a ordem alfabética dos Estados membros (CEPAL, 2006).

Apenas Argentina, Brasil e Venezuela serão os membros fundadores, mas “[...] no se definieron detalles de las condiciones generales de la participación de los países del MERCOSUR en esta iniciativa” (CEPAL, 2006, p. 30), nem o projeto de infraestrutura. Assim, após vários encontros presidenciais, alguns acordos surgiram entre os três Estados citados.

Brasil e Venezuela firmaram acordos de cooperação entre as duas petroleiras estatais (PDVSA e Petrobras²¹). A parceria previa investimentos de 4,7 milhões de dólares, divididos em partes iguais entre ambas para a construção da Refinaria General Abreu e Lima em Pernambuco – Brasil, e a exploração de poços petroleiros na Venezuela (CEPAL, 2006).

A refinaria seria um elo de ligação do gasoduto entre a Venezuela e a Argentina e estava destinada a processar 200 mil barris de petróleo por dia, com tecnologia para

17. A *Petrosur* é uma proposta, a Petrocaribe, uma estrutura mais avançada que mesmo incompleta, já atua.

18. Petrobras – Brasil; Enarsa – Argentina; ANCAP- Uruguay; e PDVSA – Venezuela

19. Dificuldades que Estados geograficamente menores encontram de se inserirem no mercado, por não terem os recursos necessários para competir de forma igualitária com os demais produtores de petróleo em nível global.

20. Neste rol estão as energias petroleiras, as renováveis, e os mecanismos de uso eficiente das mesmas.

21. A Petrobras é uma empresa de capital misto.

o refino do cru pesado²². O objetivo desta construção era o abastecimento do nordeste brasileiro e a geração de renda na região (CEPAL, 2006).

Em 2005, os presidentes do Brasil, Argentina e Venezuela, autorizaram que se fizessem estudos de factibilidade para garantir a segurança da infraestrutura e o alcance dos objetivos: oferecer petróleo e gás com menor custo para o Mercosul e interligar-se ao anel energético do Cone Sul, para ampliar as zonas de exportação e fortalecer o sul do continente (CEPAL, 2006).

Enquanto estrutura, o gasoduto teria uma extensão variável entre 8 e 10 mil km, unindo a cidade de *Puerto Ordaz* na Venezuela a *Buenos Aires* na Argentina (figura 5). Entretanto, para chegar ao seu destino, o gasoduto passaria pelo território brasileiro, interligando-se à refinaria General Abreu e Lima, e também pelo território uruguaio (CEPAL, 2006).



Figura 5: Rota do gasoduto da *Petrosur*.

Fonte: Petrobras *apud* Barbarito (2007, p.29 - pdf)

22. Petróleo de densidade mais leve que a do extrapesado e que por ser menos viscoso, requer menos tecnologia de extração e refino, mas estas ainda são diferentes das de uso tradicional.

EMPECILHOS AO AVANÇO DA PROPOSTA

Diante das dificuldades de inserção internacional e de vencer os desafios regionais que a América Central enfrenta, a melhor solução seria a criação de estratégias de desenvolvimento e a criação de um bloco para se equiparar aos demais concorrentes mundiais. A integração energética proposta pela Venezuela tem esse potencial, porém, suas chances de cumprir essa missão, estão estagnadas devido as debilidades domésticas do país (BORBÓN, 2009).

O cenário de incertezas políticas e econômicas criava riscos que impediavam que, naquele momento histórico, tal potencial fosse aproveitado (SOSA; PARDO, 2012). Além de completamente dependente do preço do petróleo, o país estava altamente endividado e não possuía mecanismos de estabilização econômica, devido à falta de poupança.

Com a crise das décadas de 1970 e 1980, os exportadores de petróleo aprenderam uma lição que aparentemente a Venezuela não captou. Quando a crise finalizou, estes Estados geraram superávits fiscais, acumularam reservas internacionais e criaram fundos de poupança, o que lhes garantiu relativa estabilidade durante a crise de 2008, enquanto a Venezuela entrou em recessão. A volatilidade da renda foi a responsável pelos efeitos perniciosos sobre o desenvolvimento nacional causados pelo petróleo (SOSA; PARDO, 2012).

Os efeitos da renda petroleira na economia revelaram as diferenças entre as potencialidades da indústria e as dificuldades de outros setores. Na última década, através do declínio na produção, dos investimentos insuficientes, do crescimento da dívida, da extração excessiva, da queda das exportações, do fluxo de caixa cada vez mais limitado, dos atrasos salariais e da fragilidade do capital humano, esse contraste aumentou (SOSA; PARDO, 2012).

Considerando que o potencial petrolífero da Venezuela é, em sua maioria, de cru extrapesado e que requer tecnologias de ponta para sua extração e refino, a densidade do material requer vários processos químicos para prepará-lo para o consumo e a Venezuela não possui as tecnologias nem os recursos financeiros necessários para investir neste setor, por isso, havia a necessidade de atrair investimentos estrangeiros (SOSA; PARDO, 2012).

A realidade petroleira do Canadá, Iraque, Brasil e Colômbia, revelou que nestes locais se enfrentam condições²³ menos favoráveis do que a Venezuela no que diz respeito à extração, refino e comercialização de seus produtos. Entretanto, estes Estados não perdem a oportunidade de desenvolverem suas indústrias, enquanto que a Venezuela mantém uma taxa de extração inferior à dos principais países exportadores dentro e fora

23. Brasil, Colômbia e Canadá, enfrentam dificuldades geológicas. Já o Iraque, questões políticas.

da OPEP (SOSA; PARDO, 2012).

Tal crítica remete aos dois lados do petróleo: o gerador de renda *versus* a indústria produtiva. Ambos são inseparáveis, mas na Venezuela a atenção primordial do governo sempre foi a captura da renda por ele promovida, relegando à indústria produtiva a segundo plano e freando muitas possibilidades de adequação ao sistema globalizado (SOSA; PARDO, 2012).

Na geração de renda, o petróleo precisa ser maximizado, pois é um recurso natural não renovável e a sua comercialização ao acaso, pode gerar perdas irreversíveis para o Estado. Como indústria, porém, existe um leque de opções lucrativas como: a exploração, extração, transporte, refino e comercialização que se transformam em ingressos fiscais.

A capacidade de aproveitar sua indústria produtiva, depende do avanço da economia do país e da diversidade²⁴ tecnológica que possui. Assim, a intenção de criar meios competitivos no mercado internacional através da integração energética fica fragilizada, pois além da realidade político-econômica do país que depende da relação entre o Estado-indústria, há o rentismo.

Segundo Sosa e Pardo (2012, p. 152) a política rentista busca “[...] *capturar la mayor parte posible de la renta [...] y [...] maximizar la renta por barril mediante restricciones a la producción para elevar los precios*”. Todavia, a geração de renda requer um marco legal, capacidade de negociação baseada em conhecimento técnico e financeiro da indústria e uma supervisão competente, que permita ao Estado obter o maior lucro possível.

Esse argumento revelou a motivação de Chávez em associar-se ao Mercosul, pois uma vez pertencente ao bloco, compartilhariam informações e tecnologias que elevariam o potencial venezuelano de produção petroleira. Mas, enquanto não forem melhoradas as capacidades nacionais que resultem em desenvolvimento de outros setores, a realidade econômica será volátil e dependente dos ditames do mercado internacional (SOSA; PARDO 2012).

Brasil: uma barreira à integração energética regional?

Além dos empecilhos domésticos que a Venezuela possui, existem as realidades legais, culturais, sociais, dentre outras, dos demais Estados envolvidos no projeto integracionista. O Brasil, por exemplo apresenta um rol de setores que para comportar essa infraestrutura, teriam que passar por mudanças estruturais que demandariam altos investimentos.

Entender que aspectos envolvem um reordenamento territorial, requer conhecimento de fatos políticos e históricos do sistema mundial, das influências geradas pelas relações

24. Varia desde o capital humano até as tecnologias de ponta

externas, da construção social, dos processos decisórios e das instituições domésticas que modelaram o Estado-Nação. São os ajustes entre estes fatores que resultam na integração (BRASIL, 2006).

Os principais sujeitos territoriais são: o Estado, instituição principal, a sociedade civil e os agentes privados, cujas ações determinam os processos relativos ao mesmo. Para entender os impactos desse reordenamento, é necessário avaliar como se estabelecem e qual o impacto das ações desses sujeitos. Cada ação sobre o território pode ao mesmo tempo causar impactos positivos ou gerar mudanças estruturais imprevistas (BRASIL, 2006).

O Estado é o maior responsável pelas mudanças territoriais, mas devido à globalização, aos avanços tecnológicos, às mudanças socioculturais e à influência crescente dos atores privados, os modelos políticos de administração nacional foram transformados (BRASIL, 2006). Logo, uma obra de infraestrutura requer mais do que um planejamento territorial²⁵ com consistência técnica e instrumental, mas uma participação efetiva da sociedade.

A globalização remodelou não só o mundo econômico e político, mas também os processos espaciais, ainda que na prática o modelo de produção e as relações sociais não tenham mudado (BRASIL, 2006). Tais mudanças motivaram os Estados a buscar incessantemente o aumento da produtividade, competitividade e da integração de mercados. Esta última, porém, enfraqueceu relativamente a autonomia do Estado nas tomadas de decisão.

Uma integração em cenário sócioespacial caótico, com problemas rurais e urbanos que demandam soluções imediatas (BRASIL, 2006), precisaria começar com estruturas básicas. No Brasil, as redes de circulação para escoamento do petróleo teriam que passar por grandes reformas. A malha rodoviária é a principal rede de circulação nacional e suas condições de uso dependem da região e da administração²⁶ das mesmas. Note-se as diferenças regionais expostas na figura 6.

25. Conjunto de diretrizes, políticas e ações programadas que visam alcançar o ordenamento e a dinâmica espacial desejada.

26. Pública ou privada

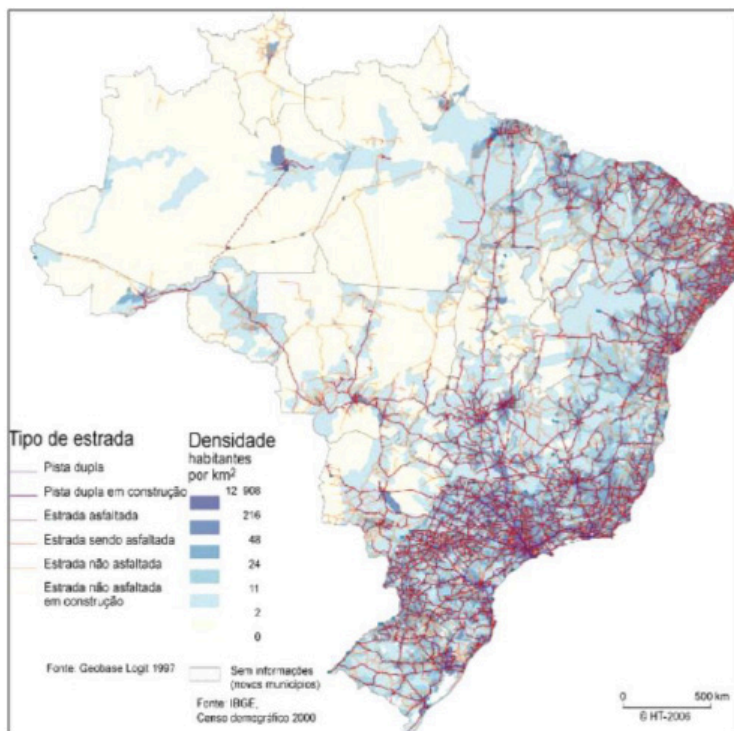


Figura 6 - Malha rodoviária do Brasil

Fonte: PNOT (BRASIL, 2006, p. 235)

“O Estado, ao propor e definir um ordenamento para o seu território deve deter o conhecimento da propriedade da terra [...]” (BRASIL, 2006, p. 57). O Brasil possui muitas terras públicas, recurso que amplia o rol de ações políticas a serem adotadas e o nível de representatividade internacional. Porém, cada área possui suas peculiaridades e cada estado federado tem suas especificidades ²⁷.

A Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT), tem a função de auxiliar na criação de diretrizes governamentais e melhorar a gestão do patrimônio público e do próprio Estado. Todavia, a distribuição do controle fundiário à instituições ²⁸, concedeu-lhes domínio sobre propriedades de terras. Com base nas contribuições do PNOT, analisamos superficialmente os possíveis entraves brasileiros à integração energética regional (BRASIL, 2006).

A maior concentração de Unidades de Conservação (UC) no Brasil está na região Norte. Esta, por sua vez, encontra-se tolhida de muitos meios tradicionais de desenvolvimento, restando-lhe como recurso o uso científico e a incorporação tecnológica

27. Geográficas, legais, culturais, econômicas, entre outras.

28. Funai, Incra, Ibama, DNIT, Exército, Marinha e Aeronáutica.

de menor impacto (BRASIL, 2006).

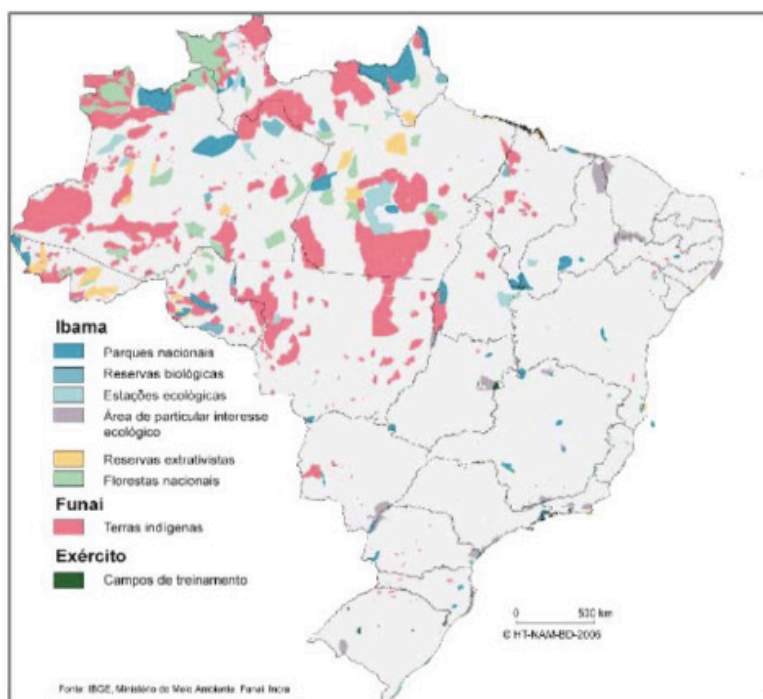


Figura 7 – Disposição geográfica das diversas áreas de proteção ambiental no Brasil

As UC constituem 7,23% do território brasileiro ou 65 milhões de hectares. São áreas de Florestas Nacionais (Flona), Parques Nacionais (Parna), Reservas Extrativistas (Resex), Áreas de Proteção Ambiental (APA), Reservas Biológicas (Rebio), Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) e Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE). Todas regidas por leis federais, estaduais ou municipais (BRASIL, 2006).

Talvez o Brasil tenha as potencialidades necessárias para promover a integração energética no Mercosul, porém devido a forma como estruturou seu território, poderá encontrar dificuldades que impeçam ou atrapalhem em grande medida, as ações desenvolvimentistas deste setor em específico.

Roraima no contexto da integração energética

Roraima seria o primeiro estado federado brasileiro a ter contato com a obra de infraestrutura da *Petrosur*. Entretanto, seu território possui várias áreas protegidas que influenciam nas tomadas de decisão pública e na elaboração de políticas públicas que atendam de forma equilibrada as demandas dos setores socioculturais e econômicos locais.

[...] Roraima foi criado pela Constituição de 1988 [...] herdou um [...] território salpicado por diversas territorialidades atinentes à sua situação de faixa de fronteira, com grandes unidades de conservação, terras indígenas, áreas militares, projetos de assentamento do INCRA, áreas ribeirinhas, áreas agropecuárias e núcleos urbanos. A gestão desse território é extremamente complexa uma vez que o governo federal e o governo estadual normalmente têm posições distintas quando se trata dessas questões federativas (RORAIMA, [s/d], p. 15).

Questões indígenas têm alta relevância não só no estado de Roraima, mas no Brasil como um todo. A nível nacional, o art. 231 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) garante respeito e proteção à organização social, crenças e tradições, línguas e costumes, bem como direitos originários sobre terras tradicionalmente ocupadas por esses povos. O art. 232 expressa que os índios têm direito de defender judicialmente seus interesses (BRASIL, 1997).

Internacionalmente, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989, promulgada no Brasil em 2004, reconhece o direito de autonomia, propriedade de terras e de recursos naturais, controle de suas instituições, formas de vida e desenvolvimento econômico dos povos indígenas.

A Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2006, também aprovada pelo Brasil, garante a igualdade de direitos, repudia a discriminação, assume o prejuízo histórico sofrido por estes povos e defende que os mesmos devem ser ressarcidos. Além destes, prevê a autodeterminação e o consentimento prévio.

Os direitos indígenas reconhecidos no art. 231 da CF/88 responsabilizam a União por demarcar, respeitar e proteger os bens territoriais destes povos. Utilizar quaisquer recursos naturais dentro desses territórios e/ou construir infraestrutura para o transporte dos mesmos, requer uma autorização do Congresso Nacional depois de uma consulta prévia aos povos ali residentes (BRASIL, 2006).

Roraima possui características legais que contribuem para que a proposta da *Petrosur* seja adiada. Cada espaço protegido está sob uma legislação específica (BRASIL, 2015a). As UC, as áreas destinadas às Forças Armadas, os espaços para reforma agrária e as terras indígenas, evidenciam superposição de categorias de uso e podem gerar conflitos. Para o uso da União, tais espaços precisam ser mapeados, isto auxiliará o Estado na construção de suas políticas públicas (BRASIL, 2006).

O Zoneamento Ecológico e Econômico do estado de Roraima (ZEE/RR) mostrou que o uso de recursos naturais derivados das UC deve sujeitar-se às leis específicas que preveem a manutenção dos aspectos naturais e geração de renda sustentável. “Para as terras indígenas faz-se necessária a regulamentação de uso que deve ser efetuada pelo poder público federal, conforme estabelece o Decreto nº 1.141, de 5 de maio de 1994”

(RORAIMA, [s/d], p. 14).

O ZEE/RR apresentou dados socioambientais, que incluem aspectos geográficos, climáticos, hidrográficos e socioeconômicos. Seu principal objetivo foi descrever com fidedignidade, a realidade do estado, para que o planejamento de políticas públicas para a região, sejam direcionadas e executadas com o mínimo de impactos negativos (RORAIMA, [s/d]).

A PNOT, revelou que a demarcação de terras indígenas no Brasil é desigual no território nacional. Dos 120 milhões de hectares do território brasileiro convertidos em reservas indígenas, a maior parte está no Norte do país, porém, a maior densidade populacional está no Centro-oeste, Sul e partes do Nordeste, fazendo com que algumas populações indígenas habitem em superfícies reduzidas (BRASIL, 2006).

Durante a elaboração do ZEE/RR detectou-se que 2.988.000ha pertencem à área de reserva legal (ARL); 3.500.000ha correspondem às áreas de UC, como Flonas²⁹ e reservas estaduais³⁰. O diagnóstico físico e socioeconômico de potencialidades e limitações, possibilitou a delimitação de categorias de uso territorial³¹ (RORAIMA, [s/d]).

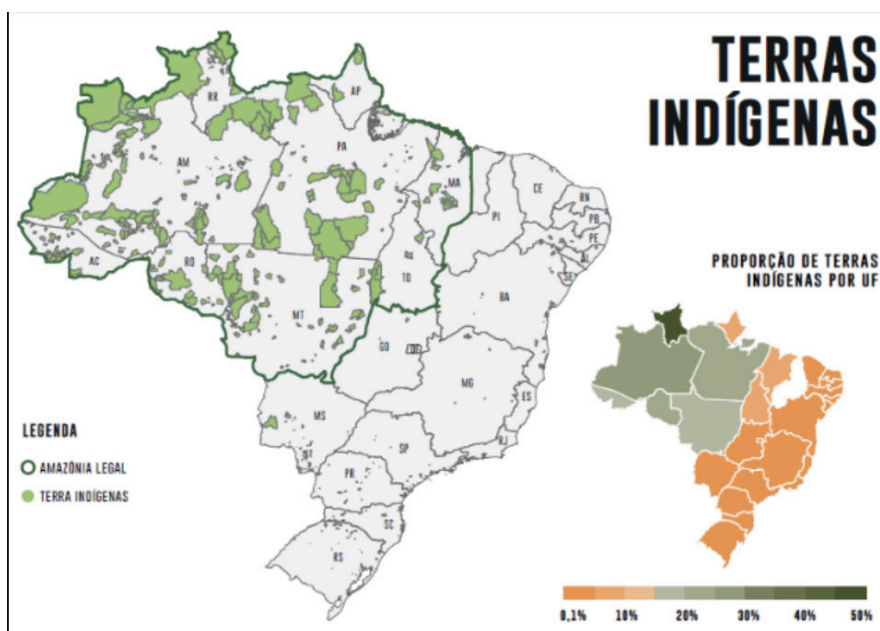


Figura 8 – Distribuição das Reservas indígenas no Brasil.

Fonte: Instituto Sócioambiental (ISA, 2020).

29. Anauá, Roraima, Parima e ResexBRB.

30. APAs BRB e Xeruini; Florestas Estaduais (FLOTAS) Jauaperi, Amajari e Apoteri.

31. Zonas que devido às suas peculiaridades ambientais e socioeconômicas são direcionadas para usos específicos.

As categorias de uso se dividem em quatro e visam: o uso consolidado ou a consolidar, o uso controlado; o uso institucional; e o uso urbano. O primeiro diz respeito à áreas que já possuem ou estão em processo de implementação de atividades produtivas, como agricultura, ou estruturais, como estradas, energia, entre outros, e que requerem manutenção e/ou intensificação de ações públicas voltadas à sustentabilidade em todos os seus aspectos (RORAIMA, [s/d]).

O segundo não é institucional, e refere-se às localidades onde se encontram as Áreas de Preservação Permanente (APPs), ARLs e áreas vulneráveis. O terceiro, incluem terrasindígenas, UC já institucionalizadas ou em processo de demarcação, áreas militares e RPPNs. E o quarto, caracteriza as diversas zonas de povoamento já consolidadas ou em processo de expansão (RORAIMA, [s/d]).

Para estabelecer as diretrizes gerais e específicas de cada área, os critérios se basearam no diagnóstico do ZEE/RR, e foram considerados os problemas ambientais, as potencialidades econômicas e a vontade social. “Dadas as dimensões regionais, a definição das diretrizes tem um caráter indicativo e geral e, poderá demandar detalhamento naquelas áreas consideradas mais críticas quanto ao risco ambiental e à inadequação de atividades econômicas” (RORAIMA, [s/d], p. 10). A figura 10 mostra esses espaços.

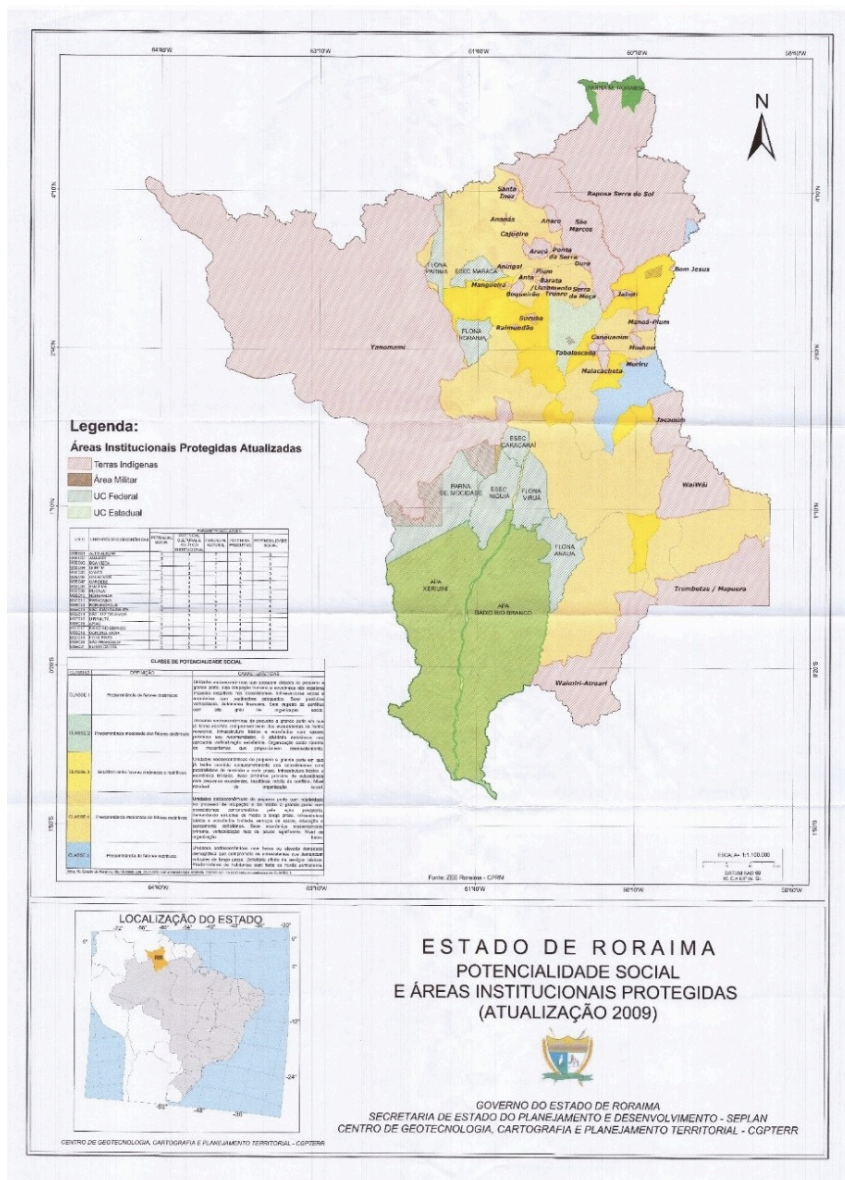


Figura 9: Áreas institucionais protegidas do estado de Roraima

Fonte: SEPLAN (RORAIMA, 2009).

O exemplo de Guri

Algumas peculiaridades de Roraima podem limitar ou dificultar as políticas públicas para a região (RORAIMA, [s/d]). Porém, contradizendo as expectativas, a obra de infraestrutura que resultou no Linhão de Guri trouxe ao estado alguns benefícios³². O Brasil

32. Contribuiu com o crescimento da capital Boa Vista e atraiu novas empresas, aumentando o rol de opções de em-

possui uma matriz energética “limpa” derivada principalmente de usinas hidroelétricas, mas, ainda assim, não consegue atender as demandas internas. Por isso, importa energia do Paraguai por Itaipu e importava da Venezuela por Guri³³ (BRASIL, 2006).

Roraima é um estado novo e carente de desenvolvimento, e a instabilidade energética impede os avanços econômicos e prejudica a população, pois o isola economicamente de uma contribuição mais significativa para o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (SANTOS; ANJOS; SENHORAS, 2012).

A fim de mudar esse quadro, surgiu a proposta de integração energética entre Brasil e Venezuela, fruto da aproximação bilateral entre os governos. Em 1995 houveram conflitos entre a proposta de construção do Linhão e a interferência indígena altamente participativa. Além destes, as questões ambientais também foram relevantes, causando atrasos significativos à obra. Roraima possui uma zona estratégica, porém politicamente conflituosa. Suas áreas protegidas criaram empecilhos que podiam impossibilitar a construção da estrutura.

No ano de 1998, entretanto, ambos os países assinaram um tratado com a Corporação Andina de Fomento (CAF), para a construção da linha de transmissão (CARDOSO, 2008). De acordo com Venezuela (2005), o objetivo da venda de energia elétrica era atender dois mercados principais: o interno e o externo – regulamentado por acordos bilaterais com Colômbia e Brasil.

Após idealizado o projeto, surgiram barreiras, pois suas áreas protegidas apresentaram impedimentos à construção da estrutura. Segundo Aguiar (2011), o período de negociação foi marcado por conflitos sociais entre os governos e os índios de ambos os países. Na Venezuela houve resistência indígena representada pela destruição de torres e, no Brasil, foi necessário um ano de negociações entre os representantes indígenas tutelados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Eletronorte. O resultado garantiu aos índios indenizações voltadas à recuperação de danos causados pela infraestrutura.

Outros fatores, como as questões ambientais, também foram relevantes, causando atrasos significativos à obra. Muitos impasses surgiram no decorrer dos seis anos que a obra levou para ser concluída³⁴. Apesar de ser uma parceria bilateral, houve omissão por parte da Venezuela em muitos aspectos técnicos da obra, deixando, quase que em sua totalidade, a responsabilidade pela construção a cargo brasileiro (SANTOS; ANJOS; SENHORAS, 2012).

Entretanto, em agosto de 2001 foi inaugurado o Sistema de Transmissão Macagua

pregabilidade local.

33. A Hidroelétrica de Guri abastece exclusivamente ao estado de Roraima, mas, (anos após a execução dessa pesquisa) devido ao cenário político e econômico na Venezuela, em março de 2019 o contrato entre Brasil e Venezuela foi encerrado e, atualmente, o estado de Roraima conta com termoeletrônicas para o abastecimento de energia local.

34. O Linhão de Guri só começou a operar no ano de 2001.

– Boa Vista e, em 2005, “*la exportación de energía eléctrica al norte de Brasil alcanzó una expansión del orden de 5%*” (VENEZUELA, 2006, p.53). No informe anual emitido pela empresa venezuelana em 2006, afirma-se que essa expansão cumpriu o acordo estabelecido entre a *Corporación Venezolana de Guayana* (CVG) e Eletronorte.

Apesar das críticas de setores indígenas e de analistas que consideraram negativa a dependência energética externa, entendemos que naquela ocasião Guri foi uma opção viável que contribuiu positivamente para a melhoria da economia local. Para Roraima era crucial esta cooperação, pois dependia exclusivamente da energia de matriz termoeleétrica. Esta alimentou a maior parte do estado até a década de 1990, mas era inviável para fomentar o crescimento econômico e o desenvolvimento local, tendo em vista seu elevado custo de manutenção e alto grau de poluição.

Naquele contexto, o estado apresentava crescente aumento populacional, o que resultou em acelerada expansão urbana de sua capital Boa Vista, e o modelo até então vigente já apresentava sinais de limitação, com constantes “apagões”. Roraima necessitava urgentemente de uma fonte de energia limpa e de custo relativamente baixo, e naquele momento Guri foi a opção mais viável e econômica, mostrando-se até mais factível do que a integração com o sistema energético nacional – que até o momento não foi concluída e ainda está em longo processo de negociação com as etnias que residem na Terra Indígena Waimiri-Atroari.

Todavia, esta opção é vulnerável, pois os problemas domésticos que a Venezuela enfrenta podem afetar diretamente o lado brasileiro. A exemplo disto, podemos analisar os dados a partir de 2009, que revelam a diminuição do envio de energia e o descumprimento do acordo bilateral³⁵ (SANTOS; ANJOS; SENHORAS, 2012).

Para Aguiar (2011), na cooperação baseada na dependência de recursos ambientais, muitos fatores são incontornáveis, pois o homem não pode dominar os ciclos climáticos nem a intensidade dos resultados causados por mudanças imprevistas. Na Venezuela, por exemplo, o nível do reservatório de Guri foi fortemente reduzido em 2009 devido à ausência de chuvas, e esse foi um dos motivos que levou a Eletronorte a tomar medidas alternativas³⁶ em caráter emergencial.

Para Santos, Anjos e Senhoras (2012), era possível que esta parceria energética³⁷ enfraquecesse com o tempo, devido à inconstância política na Venezuela. No ponto de vista de Aguiar (2011), entretanto, esse projeto de integração possuía dois lados: o favorável,

35. Para Santos, Anjos e Senhoras (2012), existem duas possíveis justificativas para o Brasil não ter requerido seus direitos: a amizade com o país ou por consideração aos problemas domésticos que esse vivenciava.

36. A construção das termoeletricas de Monte Cristo, capazes de abastecer Boa Vista e mais 9 municípios do Estado. Mais a este respeito, consultar <https://www.camara.leg.br/busca-geral?termo=term%C3%A9letricas+de+boa+vista#gsc.tab=0&gsc.q=term%C3%A9letricas%20de%20roraima&gsc.sort=>

37. Este acordo proporciona a comparação da realidade de Guri e com a proposta *Petrosur* caso seja implantada.

que elevaria a segurança de abastecimento³⁸, reduziria os investimentos em gastos de construção de hidroelétricas e traria economia para os consumidores; e o de riscos, que envolvia a interrupção de fornecimento de energia, a ineficiência do sistema, as alterações de preços que acabassem custando mais caro para o governo e para o consumidor final.

As formas como os diversos autores analisaram o tema revelam que, apesar de todo o histórico envolvendo essa parceria entre Brasil e Venezuela, Guri se concretizou, e hoje serve como recurso de análise, proporcionando-nos dados contundentes para entendermos a posição de Roraima no contexto da integração energética – por meio do petróleo. É possível observar que existem instabilidades políticas e ambientais na Venezuela e, se associadas aos empecilhos territoriais de Roraima, podem desencadear eventos contrários à *Petrosur*.

Como visto anteriormente por meio da figura 6, a rota do gasoduto é mais extensa do que a do linha de Guri e estruturalmente diferente. Logo, entendê-la, requer análises aprofundadas e específicas de áreas afins. Essa perspectiva consolida a visão de que o recurso petrolífero é um determinante capaz de modelar as políticas públicas desenvolvimentistas e interferir localmente nos setores econômicos. Não obstante, o setor energético é marcado por fortes políticas de segurança; neste caso, o petróleo é o insumo que assegura a sobrevivência do Estado (SABATINI; ROLANDI, 2015).

Atualmente debate-se muito sobre o desenvolvimento energético sustentável. Porém, as sociedades atuais se modelaram a partir do uso de energia fóssil, e essa realidade permanece devido às poucas alternativas tecnológicas que sejam rentáveis e ao mesmo tempo produzam com a mesma capacidade petrolífera (SABATINI; ROLANDI, 2015). Assim, Guri é um exemplo de que a integração energética é possível, ainda que, no caso petrolífero, o gasoduto possua um grau de complexidade diferente.

Em ambos os casos são necessários estudos de viabilidade, entretanto, as infraestruturas são diferentes. As hidroelétricas exigem a construção de reservatórios, hidroelétricas e linhas de transmissão com torres de alta voltagem. Para o petróleo, primeiro identificam-se suas fontes que, dependendo do tipo e quantidade de matéria prima, exigem a construção de plantas industriais de extração com tecnologias específicas e de refinarias. Também é necessária a estrutura logística de transporte, na qual se enquadram as ferrovias, rodovias, hidrovias, oleodutos/gasodutos e, na idealização chavista, até mesmo aerovias (DUBOIS, 2005).

Importância da energia venezuelana para o desenvolvimento de Roraima

A dinâmica de desenvolvimento em países subdesenvolvidos é cercada de

38. É a capacidade dos sistemas de energia, de qualquer tipo, de oferecer aos usuários finais um fluxo contínuo de energia sem que haja perda da qualidade e com preços acessíveis.

obstáculos estruturais. “Nestes países, poupança e investimento são relativamente interdependentes, e, por esse motivo, o desenvolvimento é menos espontâneo e depende em maior grau de medidas deliberativas” (SIMÕES; LIMA, 2010, p. 11). Isso ocorre quando o Estado assume diversas responsabilidades que resultam em drásticas transformações econômicas, afetando-o diretamente³⁹. Diante de tais mudanças, o governo espera que a sociedade seja afetada com a mesma intensidade, por isso, delibera em vários setores da economia acreditando que assim, todos, governo e sociedade, enfrentarão os efeitos de uma crise da mesma forma.

Na prática, não é o que acontece, e a economia se dispersa dos fundos governamentais, impossibilitando, conseqüentemente, que novos padrões de mudança se estabeleçam de forma dinâmica. Há também as desvantagens econômicas geradas pela escassez de recursos, que revelam como algumas regiões são beneficiadas, enquanto outras precisam encontrar mecanismos alternativos para que possam se manter minimamente, até que o Estado seja capaz de atender suas demandas (SABATINI; ROLANDI, 2015).

Foi nesta perspectiva que Chávez se apoiou para defender que as fontes energéticas primárias são imprescindíveis para manter as estruturas desenvolvimentistas, pois movem a economia e a política – que se estrutura e/ou se adapta a partir delas. O setor energético foi, e continua sendo, um dos temas prioritários na agenda dos Estados, pois engloba questões econômicas, geopolíticas, estratégicas e de segurança nacional (SABATINI; ROLANDI, 2015). De acordo com Galvão (2011), no ano de 1990, com a retomada do crescimento industrial, o Brasil se tornou um grande consumidor de energia na América do Sul. Conseqüentemente, o aumento na compra de petróleo venezuelano ampliou os horizontes de cooperação energética entre ambos.

Na concepção brasileira, existiam vantagens intrínsecas em se desviar os fluxos do petróleo comprado do médio Oriente para o mercado sul-americano (sic.). Com isso, criavam-se vínculos políticos entre países até então distantes e ampliavam-se os fluxos comerciais e de investimentos na região. Da mesma forma, estimulava-se a interdependência e a integração setorial, tendo a energia como amálgama na região. [...]. Logo, o nascente sentido estratégico da parceria com a Venezuela foi evidenciado na solenidade de inauguração da subestação energética de Boa Vista, referente à linha de transmissão Brasil-Venezuela, em 13 de agosto de 2001 (GALVÃO, 2011, p. 470-471).

Esse posicionamento revela que o Brasil tem interesse nessa cooperação desde antes da ascensão de Chávez. Logo, a proposta *Petrosur* não é uma alternativa incongruente da Venezuela, e Roraima, nesse contexto, poderia ser beneficiado não só com a ampliação da oferta imediata de energia, mas também com a possibilidade de queda nos custos energéticos no setor industrial roraimense – que atualmente enfrenta elevadas tarifas e

39. Na grande maioria das vezes, de forma negativa.

fornecimento instável devido aos problemas de seca que a Venezuela enfrenta – tendo em vista que a *Petrosur*, por meio dos seus gasodutos, prevê o fornecimento de outra matriz energética que não depende dos índices pluviométricos.

Uma vez considerado o cenário, temos em vista um modelo interessante, porém, imperfeito, e uma proposta sem perspectiva de implantação no momento, tanto devido à situação política e econômica na Venezuela, quanto ao atual estado das relações diplomáticas entre ambos os países.

O CENÁRIO INCERTO DO PETRÓLEO NA VENEZUELA

O processo produtivo requer circulação e consumo de bens e serviços. Mercados integrados revelam que os avanços tecnológicos possibilitam essa melhoria, porém, sua concretização depende de condições socioespaciais⁴⁰ específicas (BRASIL, 2006). Tal perspectiva reflete as condições da Venezuela e do Mercosul, cuja extensão territorial, reservas petroleiras, capacidades tecnológicas atuais e de desenvolvimento, criam o cenário adequado ao desenvolvimento regional por meio do mercado mundial integrado.

Para desenvolver satisfatoriamente a indústria petroleira, é necessário adotar condutas decisivas. Monaldi *apud* Sosa e Pardo (2012) sugere ações que cumpririam com essa finalidade. Inicialmente, devem ser implantadas empresas mistas, baseadas nos modelos colombiano e brasileiro, para assim reestruturar o gerenciamento da PDVSA e garantir sua autonomia política. Desenvolver e implantar um sistema de atração de talentos para potencializar os recursos humanos, aumentar a credibilidade da empresa, reduzir os riscos e viabilizar maiores investimentos. O marco fiscal seria progressivo gerando lucros graduais para o Estado.

A médio prazo, com a institucionalidade recuperada, zelaria pela transparência e prestação de contas, possibilitando às empresas estatais e privadas, dados e informações para comparação com os demais países. Isso estabilizaria os ingressos fiscais petroleiros, evitaria o clientelismo e criaria incentivos à participação cidadã.

A longo prazo e com um marco fiscal unificado, progressivo e flexível, evitaria possíveis desincentivos aos investimentos. A abertura aos setores privados diversificaria a economia e geraria competitividade comercial internacional, fazendo do país o principal receptor de investimentos externos na América Latina (MONALDI *apud* SOSA; PARDO, 2012).

Diante destes cenários, a proposta integracionista apresenta vantagens e desvantagens, mas, devido às instabilidades político-econômicas na Venezuela, é impossível para os Estados envolvidos, fazer uma avaliação adequada das mesmas. Para

40. Aumento da pobreza e regressão dos indicadores de progresso

Sosa e Pardo (2012), a realidade econômica do país mostra um período de 40 anos de melhoria em pleno retrocesso⁴¹, pois o potencial do petróleo venezuelano não foi bem aproveitado durante a administração chavista.

Ficar em segundo plano no mercado exportador de petróleo foi uma escolha interna. Durante 42 anos o país foi o principal exportador de petróleo no mundo. Seu auge foi entre 1928 e 1970, mas sua política de não concessão reduziu seu prestígio, enquanto Estados mais flexíveis começaram a se estruturar no mercado (SOSA; PARDO, 2012).

No gráfico 2, Sosa e Pardo (2012) mostram que entre 1945 e 1958 Venezuela e Oriente Médio produziam volumes aproximados de petróleo. Com sua política de não concessão, a Venezuela permaneceu no mesmo ritmo, enquanto os investimentos externos se voltaram a outros países, refletindo no aumento de suas produções, como foi o caso do Oriente Médio.

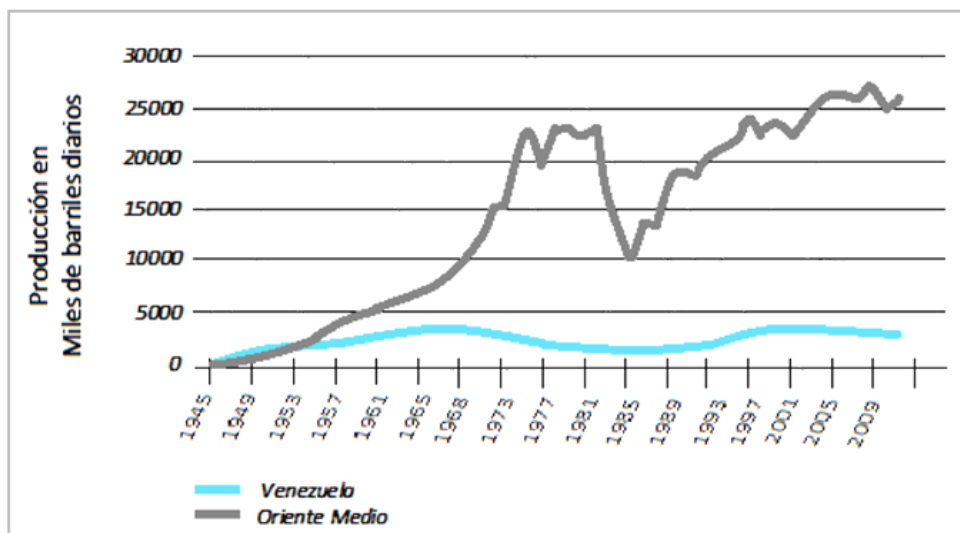


Gráfico 2: Produção de petróleo na Venezuela e Oriente Médio

Fonte: Sosa e Pardo (2012, p. 158).

Em 2003 a PDVSA socialista, após uma paralisação que deixou muitos venezuelanos desempregados, frustrou qualquer tentativa de desenvolvimento da indústria petroleira, pois o capital humano que possuía se perdeu devido as interferências políticas nacionais que atuaram dentro da empresa (SOSA; PARDO, 2012).

O cenário internacional mudou e a Venezuela não o acompanhou. Bresser-Pereira (2009, p. 2), diz que “[...] a globalização transformou o mundo em um grande mercado”

41. Aumento da pobreza e regressão dos indicadores de progresso

interligado, e este, por sua vez, moldou “[...] um grande sistema econômico [...] integrado”. Mas parece que a Venezuela ainda não entendeu que Mercado e Estado são instituições complementares e interligadas, e que quando os países ampliam seus negócios, suas necessidades internas se tornam mais suscetíveis às demandas externas.

O petróleo na Venezuela é utilizado como recurso econômico e político, e esta ótica explica a percepção chavista de que o neoliberalismo impede que a sociedade possa ser verdadeiramente beneficiada pelas ações do Estado. Porém, depender completamente de um único recurso, além de limitar as ações do governo, o prendem diretamente aos avanços e retrocessos do mercado mundial. Assim, qualquer volatilidade no preço do barril, altera sobremaneira as ações internas do Estado e conseqüentemente, afeta diretamente aos cidadãos.

A chave da política e economia venezuelanas reside na capacidade do Estado de repartir a renda petroleira com seus cidadãos. Enquanto o petróleo está em alta, a população alcança algumas melhorias de vida, mas quando começa a declinar, a população é diretamente afetada. O histórico da PDVSA revela essa percepção na prática (CRUZ, 2009).

Em 1976, quando a estatal PDVSA foi criada, 25 companhias nacionais e internacionais que operavam no país deixaram de existir. A estatização objetivou transformar a PDVSA em *holding*⁴² das companhias restantes, as quais foram progressivamente integradas, até que findassem apenas três⁴³. Mas quando “*Chávez ganó las elecciones [...] los cambios propuestos en pdvsa no se realizaron. La división en tres empresas no se concretó y el holding se vio obligado a convertirse en empresa operadora*” (CRUZ, 2009, p. 7).

A administração chavista coincidiu com a alta no preço do petróleo. Entre 1998 e 2008, o barril foi de 9 para 130 dólares. Chávez aproveitou esse período para alinhar sua estratégia de governo com a PDVSA a fim de fomentar o Socialismo do Século XXI (CRUZ, 2009). A bonança petroleira gerava excedentes que eram aplicados pelo governo nos setores sociais. O reflexo dessas ações estava no crescimento populacional que aumentou em 4,7 milhões de pessoas.

Com a crise de 2008 e com o preço do barril a 50 dólares em média, o poder econômico da Venezuela foi reduzido, as políticas sociais foram afetadas e a sustentação de modelo político foi ameaçado. O maior declínio se deu em 2009, mas os problemas venezuelanos continuavam pendentes de solução. O gráfico 3 demonstra em percentual, o aumento médio anual dos petrodólares que entraram na Venezuela durante o período da

42. Empresa que detém a posse majoritária de ações de outras empresas, geralmente denominadas subsidiárias, centralizando o controle sobre elas. De modo geral a *Holding* não produz bens e serviços, destinando-se apenas ao controle de suas subsidiárias.

43. A PDVSA queria criar três organizações por áreas de negócios: a) exploração e produção; b) manufatura e mercado; e c) serviços.

administração chavista. Os valores de crescimento de cada ano são relativos ao do ano anterior.

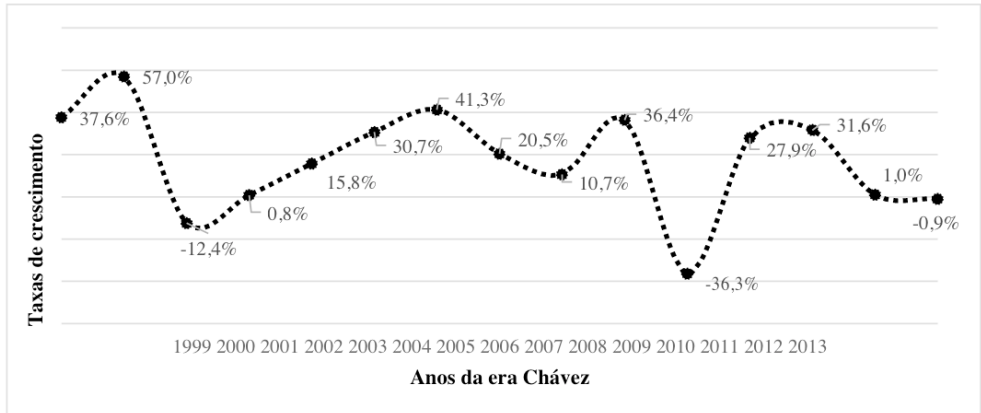


Gráfico 3: Crescimento percentual anual do preço do petróleo (1998-2013)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do *Energy Information Administration* (EIA) (UNITED STATES OF AMÉRICA, [s/d]).

A realidade rentista venezuelana revela que Chávez utilizou-se dos ingressos fiscais excedentes que o petróleo estava promovendo. Em 1998, o preço médio do barril era US\$13,07. No primeiro semestre de 2008, esse preço era de US\$108,29 e nos últimos seis meses de US\$85,77 (UNITED STATES OF AMÉRICA, [s/d]).

Durante toda a administração chavista, o ano com menor preço por barril foi 1998. Depois da crise, a menor baixa se deu em 2009. Entretanto, se comparados os valores desses dois períodos, nota-se que em relação ao ano de 1998, o valor do petróleo em 2009 ainda era superior em 79%, o que não justifica o aprofundamento da crise nos anos seguintes. No ano de 2010, os preços começaram a subir novamente e o auge desse período foi 2012, com a maior média anual em US\$105 dólares por barril.

O gráfico 4 mostra que mesmo com uma queda significativa no valor do petróleo em 2009, a Venezuela teria condições de manter sua economia sem ser afetada seriamente, pois a renda petroleira ainda era 79% superior ao mesmo período de 1998 (UNITED STATES OF AMÉRICA, [s/d]). Se a Venezuela não se recuperou, o problema não foi a volatilidade do preço, mas a incapacidade do Estado de aproveitar os períodos de auge petroleiro, para criar uma poupança.

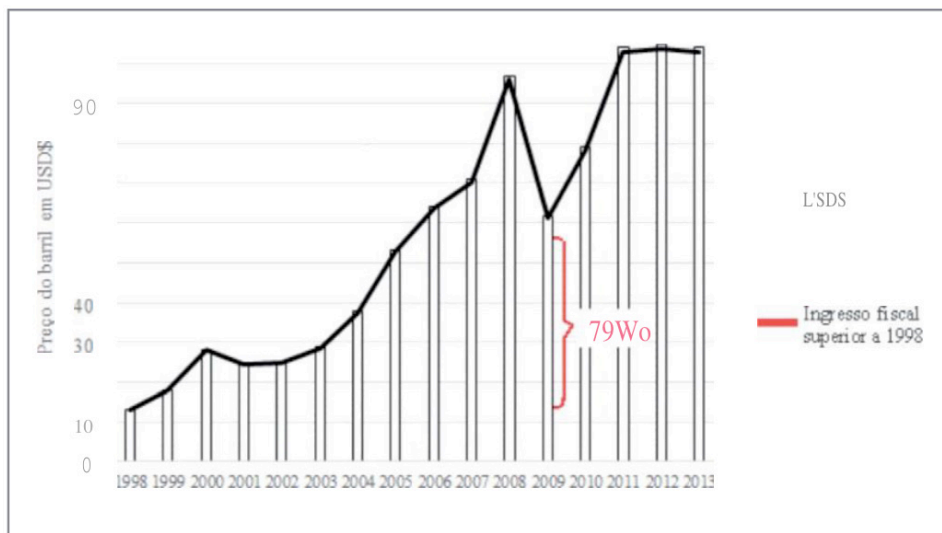


Gráfico 4: Percentual do ingresso fiscal em 2009 com relação ao ano de 1998

Fonte: Elaboração própria com base em dados do EIA (UNITED STATES OF AMERICA, [s/d]).

O direcionamento quase que total dos ingressos fiscais para o setor social impediu que o Estado estivesse financeiramente preparado para enfrentar períodos de crise. Logo, quando a mesma ocorreu em 2008, houve um endividamento interno que forçou o governo a rever suas políticas fiscais (CRUZ, 2009).

Em 2007 já havia indícios dos desequilíbrios internos que a PDVSA estava enfrentando. O governo aumentou as exportações para os países conveniados à ALBA, a UNASUL e à Petroamérica e concedeu descontos abaixo do valor de mercado, com prazos de até 25 anos para o pagamento. Essa foi uma decisão equivocada e que aumentou o endividamento da PDVSA em US\$10.630 milhões (CRUZ, 2009).

O endividamento ascendente foi o recurso que o governo usou para manter o ritmo das importações de alimentos, bens de consumo e matérias-primas para a manutenção da já precária indústria local. O governo enfrentou percalços para sustentar a ajuda social, subsidiar o petróleo, o gás e a eletricidade ao mesmo tempo em que foi afetado pela desvalorização da moeda.

A política rentista foi um grave erro de administração. Os recursos do petróleo deveriam ser utilizados pela própria indústria para fins de melhoria tecnológica, treinamento e capacitação de recursos humanos, abertura de novos poços e refinarias, o que consequentemente ampliaria a produção e atrairia mais lucros para a nação (CRUZ, 2009).

O desenvolvimento dos setores sociais e as atividades a eles ligados, deveriam ser implantadas por ministérios ou institutos autônomos relativos aos mesmos. Mas o governo

tinha a tendência de culpar os governos anteriores por todos os problemas atuais, e recusou-se a reconhecer sua própria participação na construção desse caos (CRUZ, 2009).

Para que a integração latino-americana exista de fato, são necessários critérios mínimos como: institucionalidade; livre circulação de bens e serviços; tarifa externa comum; normativas comerciais e cooperação em macroeconomia, educação e saúde. Além destas, é necessário que se crie um órgão regulador, autônomo, formado por plenipotenciários, cuja função seja ratificar acordos sem precisar da aprovação dos congressos nacionais (SMITH, 2013).

Em teoria, muitos países aprovam esta ideia e a acham coerente, mais ainda interferem nos acordos articulados nas cúpulas, buscando o maior número de acordos favoráveis a si individualmente, e ignoram muitas vezes, os benefícios coletivos, ainda que o propósito das reuniões sejam os acordos de cooperação.

Os acordos de cooperação na América Latina são, em sua maioria, os de livre circulação de bens, independente de terem sido firmados em âmbito bilateral ou regional. Outro aspecto funcional de grande relevância nesse contexto, são as normativas comerciais, criadas e utilizadas para a proteção das partes envolvidas.

A diferença entre o discurso e as ações implementadas revelaram que a integração latino-americana é utópica⁴⁴ (SMITH, 2013). Fato expresso na incapacidade que as tentativas de implementação de um mercado comum têm de se concretizarem plenamente. As razões disso são: a) a política macroeconômica dos países; b) o protecionismo; e c) a soberania econômica.

Tais circunstâncias explicam por que alguns países priorizam as negociações individuais em detrimento das coletivas e reforçam a proteção de seus produtos e insumos. Assim, sem uma vontade política de integração regional, que trabalhe o coletivo, nunca existirá um bloco capaz de exercer plenamente suas funções.

Interferência política no âmbito petroleiro

A Venezuela é um país que se beneficia escancaradamente de suas reservas de petróleo, e a riqueza que possui é a mesma que a faz padecer, pois sua renda sai do país sem antes prover sua própria economia. O resultado desta instabilidade afeta a população, que sobrevive com problemas de infraestrutura, inflação e desabastecimento generalizado (WILPERT, 2013).

Existem polêmicas acerca de como o país deve administrar sua economia petroleira, já que é um dos mais importantes produtores de petróleo mundial. Historicamente, até 1999, os ingressos fiscais desse setor beneficiaram somente às companhias, mas quando

44. Essa é a visão de utopia é própria de Smith (2013).

Chávez assumiu a presidência, reorganizou tal política para abarcá-la e exigiu junto à OPEP, que aumentasse o valor do barril de petróleo.

Antes de Chávez, só 30% do lucro petroleiro era investido no tesouro nacional, posteriormente, o valor chegou a 70%. Tais recursos foram investidos em setores sociais através de uma política de controle de fuga de capitais. Todavia não houve preocupação do governo em poupar partes desses recursos para períodos posteriores, tampouco se pensou em ampliar e atualizar a infraestrutura de extração, produção e refino do petróleo (WILPERT, 2013).

A política social chavista reduziu em 50% as desigualdades, mas a distribuição de renda sem um projeto estruturado voltado ao desenvolvimento de outros setores econômicos, continha em si um risco inflacionário. Desde o *Viernes Negro* não se conseguia controlar a inflação no país, que passava anualmente de mais de 50% (WILPERT, 2013).

Com Chávez, a instabilidade econômica sofreu considerável redução e a inflação chegou a 22%, mas não configurava ainda um cenário estável. Entretanto, esse período de calma, não sobreviveu à morte de Chávez em 2013, e a inflação disparou novamente chegando a 40% logo nos primeiros meses após o ocorrido.

Si Venezuela consiguió durante mucho tiempo limitar el deterioro es porque su fuerza de choque petrolera le confiere una ventaja comercial y monetaria importante. Pero esta no basta para garantizar la estabilidad de la moneda, en la medida en que el sector privado, que sigue siendo muy influyente en la economía del país, concentra en sus manos un 66% del PIB (WILPERT, 2013, p. 2).

A interferência política no setor petroleiro gerou desvantagens econômicas. O socialismo na PDVSA frustrou quaisquer intenções de desenvolvimento da indústria, principalmente no setor produtivo. Isso aconteceu quando o capital humano da empresa foi demitido por não se adequar à nova configuração política do Estado e quando boa parte dos provedores de matérias-primas nacional foram expropriados (SOSA; PARDO, 2012).

Como visto anteriormente, o petróleo tem duas faces: de gerador de renda e de indústria produtiva. Agregue-se a estas, seus paradigmas históricos, as demandas externas e o cenário político-econômico internacional, e haverá um cenário de análise amplo e complexo. A imagem criada através desses contextos, não foi elucidada pelas políticas petroleiras venezuelanas.

A política rentista menospreza⁴⁵ o desenvolvimento tecnológico e empresarial. Mas privilegia o aumento da renda, cria cotas produtivas e restrições de acesso à matéria-prima, chocando-se com a política desenvolvimentista do setor produtivo ao enfatizar o

45. O investimento dispensado à indústria é mínimo e geralmente, insuficiente. Os Estados preocupam-se em utilizar seus lucros em outros setores da sociedade e fomentar suas políticas públicas, as custas da indústria que mais lhes garantem ingressos fiscais.

investimento e rejeitar os limites de acesso aos recursos naturais que criariam mecanismos mais eficientes de exploração e aumentariam os preços dos produtos (SOSA; PARDO, 2012).

Para llegar a una solución constructiva en este debate [...] es necesario comprender que cada una refleja una visión normativa que es fundamentalmente diferente de la otra, es decir, cada alternativa encierra concepciones, principios y valores contrastantes cuanto a la naturaleza del petróleo como recurso natural y a la forma en que el mercado petrolero debiera funcionar. De esta manera, una política que es percibida como equitativa por una de las partes es considerada profundamente injusta por la otra (SOSA; PARDO, 2012, p. 160).

Cada política deve ser analisada em sua própria perspectiva. Existem diferenças⁴⁶ entre Estado exportador e empresas exportadoras, ainda que estatais. Quando o Estado assume a identidade de exportador, surge a política rentista, mas quando concede relativa autonomia à empresa exportadora, surge a política produtiva. Ambas estão sujeitas às influências do nacionalismo – soberania e segurança nacional – e/ou patriotismo (SOSA; PARDO, 2012).

Empresas estrangeiras carregam consigo políticas e ideologias derivadas de seu Estado de origem, e estas, quando contrastantes com o modelo político local, dificultam a conciliação entre estratégias e metas, levando-nos a questionar: o que dá valor ao petróleo? Sosa e Pardo (2012) alegam que existem dois pontos de vista que respondem esta questão.

Para os Estados exportadores, é a esgotabilidade do recurso natural não renovável. Para as empresas exportadoras, é o nível de investimento que o Estado faz para encontrar e produzir o petróleo. O recurso em si não possui valor além do estabelecido pelo custo de produção. Porém, ambas perspectivas são equivocadas, pois o valor padrão não é intrínseco, logo, não é justo, e o investimento não é causa, mas consequência do valor estabelecido e a base para a materialização do mesmo (SOSA; PARDO, 2012).

Naturalmente, el Estado exportador tiene el poder coercitivo necesario para capturar buena parte de la renta. No obstante, el abuso de este poder, como bien lo demuestra la experiencia venezolana, afecta adversamente los incentivos a la inversión, por lo que acciones que parecen justificarse en el corto plazo pueden tener nefastas consecuencias en el mediano y largo plazo (SOSA; PARDO, 2012, p. 162).

Investimento agrega valor, e o uso de tecnologias, reduz custos de produção e cria novos produtos derivados, que gerarão o aumento do preço da matéria-prima. Assim, o conceito de semear petróleo proposto por Pietri em 1936 ganhou uma nova definição,

46. Todo país exportador é um país produtor, mas nem todo país produtor é um país exportador. Rentismo é o benefício gerado pelo aproveitamento dos recursos naturais consumidos no exterior. A venda do produto visa apenas capturar recursos para beneficiar a economia local (SOSA; PARDO, 2012).

onde para desenvolver uma política petroleira moderna e exitosa, é necessário libertar-se do modelo rentista arcaico, que não condiz com a realidade; potencializar o petróleo como produto e como indústria, criando vantagens comparativas e desenvolvendo outros setores nacionais que usufruam dos benefícios desse desenvolvimento (SOSA; PARDO, 2012).

O conceito de “semear petróleo” mudou para “semear no petróleo”. Investir no petróleo representa abrir mão do rentismo, potencializar a atividade produtiva, globalizar-se⁴⁷ e utilizar o recurso como mecanismo de inserção internacional. Essa possibilidade existe e países como Noruega, Brasil e Canadá demonstram que todos os caminhos sugeridos anteriormente são válidos para a Venezuela, basta apenas que se adequem às necessidades nacionais.

47. Refere-se à abertura internacional e nacional para a participação de empresas privadas que podem gerar novos investimentos, aumento da capacidade produtiva, incorporação de novas tecnologias, promoção de novo cenário econômico interno e rompimento do monopólio da PDVSA (SOSA; PARDO, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto internacional com o qual a Venezuela interage e as discussões apresentadas no decorrer deste trabalho, revelaram que a realidade do país é ampla, complexa, e que sua análise, independente da lente teórica utilizada, requer uma compreensão crítica de como se organizam e se relacionam entre si, os meios políticos, sociais e econômicos.

Estes fatos alicerçaram a construção destas considerações acerca do setor energético venezuelano como um possível recurso à integração regional e revelaram quais fatos históricos colaboraram para a construção da Venezuela atual com sua cultura e política própria. Quanto a identidade política nacional, ainda existem muitos fatos que requerem análise, e o que se pôde concluir no momento, é que a mesma ainda está indefinida.

A história da Venezuela mostrou que os fatos marcantes da construção política do país criaram um imaginário nacional repleto de fissuras que não podem ser preenchidas por um modelo político rígido. Isso explica o porquê de os processos governamentais serem baseados em tentativa e erro, onde os líderes políticos tentam inovar ou descobrir modelos que atendam às demandas nacionais, ainda que não obtenham sucesso.

O século XX revelou esta percepção. Ele foi um marco para o país, pois os contextos internacional e local, interferiram e remodelaram a política nacional, cujo caráter ainda é fortemente colonial, pois ainda se baseia nas perspectivas de Simón Bolívar, mesmo que travestido de uma roupagem globalizada e multilateralista. O mundo avançou, mas nesse processo, a Venezuela muitas vezes retrocedeu, ainda que estivesse tentando acompanhar o ritmo dos demais Estados.

Um século de avanços e retrocessos, permeado de crises econômicas, ditaduras e democracias, ao invés de levá-los a um modelo centralizado e bem organizado, desenvolveu um sistema político caótico. Entretanto, existem várias concepções e pontos de vista quando se fala da política chavista e da própria figura de Chávez.

Os fatos do século XX bem como a trajetória de Chávez até presidência, permitiu-nos compreender como e porque seus ideais se projetaram de forma contundente. Há estudiosos que o defendem por acreditarem que o mesmo foi um herói que rompeu com a desesperança, venceu o neoliberalismo e livrou a nação do domínio externo através de suas ideologias políticas. Entretanto, os fatos que acometem o país na atualidade não fortalecem esse posicionamento.

Quando o petróleo irrompeu na Venezuela, praticamente não havia Estado. O petróleo criou a Venezuela, criou suas estradas, construiu sua capital, projetou o país antes esquecido na América do Sul, tornando-o mundialmente conhecido. Entretanto, há

um problema estrutural muito antigo que surgiu junto com o seu primeiro poço petrolífero: o comodismo. A riqueza no subsolo acomodou a Venezuela, a qual desinteressou-se pelos demais setores econômicos, característica que se perpetuou e ainda é uma realidade a ser vencida.

Trata-se de um conflito entre as demandas da população mais carente e as da elite, bem como da forma de governo adotado e de como cada governante entendeu e administrou o país. Enquanto houver comodidade, não haverá indústrias e nem setor agrícola relativamente fortes no Estado venezuelano, e essa realidade acabou se projetando na política de cooperação do país. O que se discutiu, portanto, foi: como um Estado institucionalmente enfraquecido quer fortalecer Estados menores na região, a fim de projetá-los internacionalmente?

Os dados nos mostraram que a Venezuela passou por todas essas dificuldades de ingresso financeiro devido a sua postura de manter o país através dos lucros do petróleo, sem, no entanto, gerar contrapartidas. O desenvolvimento de outros setores, como o agrícola e o industrial amenizariam os altos índices de importação. Se a indústria fosse instalada, geraria impostos; se o governo cobrasse esses impostos, existiriam fontes de renda alternativas.

Assim, o grande problema econômico venezuelano foi e continua sendo, na maioria das vezes, fruto da incapacidade administrativa e não do preço do petróleo no mercado internacional. Uma explicação possível para esse cenário é o pensamento político que surgiu durante o século XX, de que a riqueza petroleira era ilimitada. Como consequência, houve o esquecimento de outros setores econômicos, por parte da administração pública.

Chávez também se tornou adepto desse pensamento, e foi por esse motivo que suas políticas públicas internas e externas, bem como as suas propostas integracionistas foram todas pautadas no setor petroleiro. Esse quadro mostra uma imagem vívida de que a Venezuela tem um histórico de repetições camufladas de mudanças, e estas transformaram o país que atualmente é o mais rico em petróleo em um país economicamente falido.

Além destes fatos, percebeu-se que houve um aprofundamento da crise na Venezuela a partir da centralização do poder na figura do presidente. A constituição de 1999 conferiu vantagens de ordem pessoal ao mesmo, e possivelmente, esse equívoco foi o responsável pelo aprofundamento da crise nacional. Nitidamente, a política chavista e sua atuação econômica no país escondia um clientelismo marcado por um discurso sedutor das populações carentes, o que gerou instabilidades e gastos crescentes, até que o todo perdesse o controle e o Estado afundasse.

O rentismo petroleiro associado ao subsídio social criou uma sociedade acomodada, que não se preocupou em desenvolver sua economia. Aparentemente, os

Estados produtores de petróleo veem esse recurso como um mecanismo de atração fiscal lucrativa, e para isso, fazem investimentos altíssimos. No caso da Venezuela, sempre foi mais importante os lucros do que o investimento. Isso causou debilidades estruturais na indústria, pois o país não conta com tecnologias capazes de impulsionar o setor.

A administração rentista chegou ao auge porque durante o governo de Chávez, o preço do petróleo esteve em alta. Os momentos de crise que por várias vezes ameaçaram destruir seu modelo socialista, eram rapidamente revertidos por novas conjunturas que envolviam o uso de petrodólares como um grande salva-vidas. Chávez se aproveitava desses períodos de bonança para reconquistar os nacionais e assim, manter-se por mais tempo no poder.

Por isso, considera-se arriscado concordar com alguns posicionamentos propostos por determinados autores, principalmente no que diz respeito à importância da Venezuela enquanto promotora dos maiores ingressos financeiros da América Central, pois a realidade interna do país contradiz suas propostas baseadas em tamanha riqueza energética. A inovação que Chávez defendia, na verdade encobria um disfarce. Inovar com base no passado não é “inovador”.

O fator econômico também reflete esse cenário. Em países cuja riqueza mineral abunda, é mais provável que haja acomodação, pois deixa-se de produzir para se viver da renda. O fato de a Venezuela ter cometido esse erro no decorrer de todo o século XX, só confirma que o problema econômico nacional está pautado na desestrutura estatal de fomentar uma indústria que proporcione meios de renda distintos do extrativismo.

Mas apesar das debilidades das negociações petroleiras no início do século XX, foram elas que de alguma forma elevaram a Venezuela a outro nível de reconhecimento internacional. Com distribuição igualitária ou não da riqueza, a Venezuela estará fadada ao fracasso administrativo, enquanto não mudar a mentalidade de que outros setores da economia precisam ser desenvolvidos, e que se possível, sejam tão ou mais fortes da que a própria indústria petroleira, pois os altos e baixos enfrentados pelo petróleo no cenário internacional afetarão sobremaneira a economia nacional.

Essa percepção reforça que o desenvolvimento não representa apenas a capacidade econômica de uma nação, mas sua sociedade como um todo. O mesmo depende essencialmente do índice de investimento de um Estado e da importância dada a outros setores internos. Se a atenção nacional a estes for baixa, o desenvolvimento do país será insignificante ou nulo.

Um país que não acompanha os avanços fomentados pela modernidade, consequentemente terá mais dificuldade para mudar o quadro de subdesenvolvimento, além disso, os investimentos para implantar as mudanças necessárias serão mais custosos

e as vezes, escassos. Nesse quadro, a Venezuela possui uma posição central. Existem desencontros que debilitam as propostas integracionistas da Venezuela.

Ainda que possua um recurso de grande magnitude, capaz de propiciar esse desenvolvimento, não garante o resultado esperado, pois o sucesso dessa proposta, caso implantada, dependerá de um grupo de fatores que devem trabalhar em conjunto, de forma harmoniosa. Em primeiro lugar, a gestão dos recursos caberia à Venezuela, mas devido à decadência política e econômica que a mesma enfrenta atualmente, pode-se considerar que a *Petrosur* seria uma extensão dessas dificuldades.

Em segundo lugar, para operar uma organização petroleira de tal porte, é exigida uma gama de profissionais do ramo. Os países levariam algum tempo até que conseguissem capacitar recursos humanos para tal atividade. Além disso, uma série de fatores exógenos poderia contribuir com a evolução ou decadência da proposta, como por exemplo, mudanças de demanda, principalmente no setor externo, aumento ou queda dos custos de produção, disponibilidade de recursos (matéria-prima), tecnologias, gestão política de países importadores ou dos próprios exportadores, entre outros.

Considerando que a primeira década do século XXI foi marcada por um amplo número de ofertas integracionistas, em todas as áreas e setores imagináveis, o que faltou e ainda falta para que esse modelo se estabeleça, é uma transformação das debilidades domésticas da Venezuela e o rompimento com algumas assimetrias existentes entre os Estados, como por exemplo: o modelo político. De fato, o petróleo venezuelano tem esse potencial, porém só será utilizado quando outros setores passarem por mudanças estruturais.

O investimento no setor primário, a partir da agropecuária voltada à exportação, por exemplo, pode reestruturar a nação, num primeiro momento, e posteriormente, promover uma mudança sociocultural que implique no desenvolvimento econômico e no redirecionamento do país a um novo caminho que lhe permita abandonar o *status* de país subdesenvolvido. Mas, independentemente do modelo político adotado, houve um erro recorrente em todas as administrações venezuelanas: a crença de que o petróleo era o salva-vidas.

As teorias de fundo econômico se aplicam à leitura da proposta venezuelana quando mostram que o crescimento dos Estados (neste caso Venezuela, Brasil e Argentina) pode ser ampliado através da implantação da *Petrosur*, a qual possibilitaria o desenvolvimento de novas tecnologias, exigiria o aumento no fornecimento de bens e serviços entre estes países, com objetivo final de exportar o petróleo e seus derivados, criando assim, condições para desenvolvimento local (regional).

É provável que essa busca obsedante por projeção seja motivada pela vontade

de superar a liderança brasileira na região. Se essa hipótese for plausível, a Venezuela estaria criando um jogo estratégico regido por suas próprias regras, e caso os demais Estados aceitem participar, corroborarão com a ascensão da mesma, a qual estenderá sua liderança por todo o Mercosul, pelo Bloco Andino e pelo Caribe, ou seja, por quase todo o continente.

Os vínculos entre Brasil e Venezuela na última década foram significativos, pois além de projetar a ambos, criaram mecanismos integracionistas capazes de beneficiar aos dois lados da fronteira. Entretanto, percebeu-se no decorrer desta pesquisa que aparentemente é comum ao governo venezuelano o ato de propor ideias antes de discutir suas intenções e aplicabilidades. Os acordos estabelecidos também favorecem o lado brasileiro e entre as implicações geradas pela parceria dos dois Estados, está a capacidade brasileira de fomentar pesquisas, gerar tecnologias e treinar os venezuelanos para o uso das mesmas. Podemos considerar que a iniciativa venezuelana na construção da ALBA foi um marco inicial desse longo processo, pois reforça a autodeterminação dos povos, fortalece a região e retarda as iniciativas estadunidenses para a região.

Porém, o resultado dos avanços e retrocessos que fomentarão um quadro cooperativo tal qual sonhado por Chávez, ainda demorarão algum tempo para ocorrer, se vierem a acontecer. Por fim, o que se reconheceu nesta pesquisa a respeito das iniciativas entre Brasil e Venezuela foi uma necessidade de legitimação regional que promovesse a ambos no cenário internacional, iniciada diplomaticamente no final do século XX, mas que só ocorreu de fato por meio de uma aproximação ideológica entre Lula e Chávez. Neste caso, o petróleo apresenta duas faces: pode ser visto como um elo de ligação que promove ou atrapalha o processo desenvolvimentista.

Ficou claro que, antes de inserir-se no mercado internacional como principal fomentador de políticas desenvolvimentistas regionais, através da utilização de seus recursos petrolíferos, a Venezuela precisará estruturar-se internamente, para que ganhe credibilidade internacional e receba o apoio que necessita para projetar-se como deseja, ou seja, como um país desenvolvido. Antes que isso ocorra, nada muito além do discurso, fará com que as propostas venezuelanas alcancem a visibilidade que procuram e o apoio necessário para que de fato se concretizem. Nesse contexto, o caráter populista ganha ênfase, pois busca uma fórmula política que atenda à vontade nacional. Entretanto, essa vontade foi expressa apenas nos discursos do presidente, logo, há dúvidas quanto à vontade da população no que diz respeito a este projeto de integração energética.

A Venezuela reconhece que existem assimetrias entre os Estados e suas capacidades produtivas, em vários níveis, mas passa a ideia de que são esses países que precisam de ajuda, escondendo ao máximo, suas próprias debilidades políticas e institucionais, para o

fomento da proposta.

Apesar de existirem três empresas petroleiras, de teor integracionista, o material explicativo acerca delas ainda é muito resumido. A Petrocaribe é a que possui o maior índice de dados e objetivos, e foi com base em suas informações que analisamos as potencialidades e entraves da proposta denominada *Petrosur*.

Como estudado pelos autores e comprovado nesta pesquisa, as políticas petroleiras são similares em alguns pontos e opostas entre si em outros. Entretanto, uma administração diplomática neste setor criaria elos de concordância entre ambas, a fim de que a indústria petroleira pudesse se desenvolver internamente e captar renda externa. Porém, no caso da Venezuela, essas políticas se chocam com o modelo político nacional, e este, por si próprio, não é híbrido o suficiente para que se encontre um ponto de equilíbrio.

Por meio de discursos, a Venezuela mostrou interesse em desenvolver sua indústria, mas não possui recursos para tal. As ações que poderia adotar, ferem o modelo político nacional. Diante deste impasse, a estratégia mais plausível, de fato seria a integração regional, mas esta também apresenta barreiras, como foi possível observar no decorrer da pesquisa.

Dentre todas elas, destaque-se que, no decorrer de 10 anos a partir da criação da Petrocaribe, a proposta da *Petrosur* não conseguiu sair do papel, ainda que alguns acordos de cooperação bilateral entre Brasil e Venezuela tenham ocorrido neste setor, como é o caso da Refinaria Abreu e Lima.

Mesmo não sendo o foco principal da pesquisa, sabemos que essa busca por autonomia energética que ocorre em Estados sul-americanos, como é o caso do Brasil e da Venezuela é malvista pelas grandes empresas. O fato de que estes países queiram concorrer em pé de igualdade com o oligopólio petroleiro mundial, gera ameaças ao poderio de países dentro e fora da OPEP. A refinaria de Abreu e Lima, neste contexto, revela o potencial desenvolvimentista e tecnológico que o Brasil possui e que busca expandir, e é um instrumento para a Venezuela ampliar seu rol tecnológico.

A integração na América do Sul ameaça o cenário internacional, pois pode barrar completamente o acesso dos Estados interessados aos recursos que possui. Essa região possui três bacias hidrográficas (Orinoco, Amazônica e do Prata) de grande representatividade, dentre as quais, a Amazônica é a maior do mundo. Possui também a maior fonte de biodiversidade botânica ou a maior reserva madeireira do planeta (Floresta Amazônica). Além dessas riquezas, é nessa região que se encontra a maior reserva petroleira do mundo já identificada, que é a da Venezuela.

Ou seja, os jogos de poder velados por trás dos discursos de cooperação e integração revelam estratégias de domínio. Nesse quadro está a imagem da proposta venezuelana,

que no discurso busca amenizar as consequências dos equívocos da Venezuela quanto à forma de utilização de seus recursos petrolíferos, mas que na prática revelam sua busca desesperada por melhorar sua infraestrutura petrolífera através do acesso às tecnologias de outros Estados.

O país defende que o petróleo deve ser usado para o benefício de todos os venezuelanos, porém, ainda não alcançou este intento. A explicação desse quadro está no fato de que os investimentos na indústria petrolífera são inferiores aos ganhos fiscais que a Venezuela obtém através do rentismo. Junto com este fator, encontram-se outros problemas de ordem social e política que interferem diretamente na economia interna.

É perceptível que a indústria petrolífera venezuelana decaiu significativamente durante a segunda metade da administração chavista e, até o momento, não se reergueu. Logo, a preocupação inicial de que o estado de Roraima fosse o principal empecilho à implantação da infraestrutura desenhada pela *Petrosur*, devido às suas peculiaridades legais e geográficas, caiu por terra diante das próprias debilidades internas da Venezuela.

Além disso, o indício da existência de petróleo na Bacia do rio Tacutú, no município de Bonfim é um novo determinante que poderia aplacar as debilidades de Roraima e reorganizar as estruturas a fim de que a proposta fosse implementada. Esse recurso é um forte mecanismo para o desenvolvimento econômico do estado, assim, haveria vantagens diretas para Roraima e para o Brasil em estabelecer essa cooperação energética com a Venezuela.

Mais do que criar mecanismos que conciliem as demandas de Roraima com as da integração é necessário recriar a administração pública da Venezuela, fomentar um novo modelo econômico que se distancie ao máximo do rentismo e motivar a industrialização do país. Até lá, a *Petrosur* provavelmente não passará de uma proposta que não existe sequer no papel.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, G. M. P. *Integração Regional pela via energética: o estudo de caso da interligação elétrica Venezuela – Brasil*. 2011. 281 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais Desenvolvimento Regional) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília. 2011.

AUMAITRE, José Vicente Carrasquero. Gobernabilidad democrática y reformas políticas em Venezuela. In: HOFMEISTER, Wilhem (Org.). **Reformas políticas en América Latina**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004. p. 397-440.

BARANIUK, Chris. Por que os EUA guardam 700 milhões de barris de petróleo em cavernas. **BBC Brasil**. Online - 05 out. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151005_cavernas_estoque_petroleo_eua_f_n>. Acesso em: 26 dez. 2015.

BARBARITO, Lolola Herdandez. **Petroamérica y la integración energética de América Latina el Caribe**. Caracas: Ediciones del Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual, 2007. p. 90.

_____. Caracas: Ediciones del Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual <http://www.institutopedrogual.edu.ve/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=118&Itemid=141> Acesso em: 20 jul. 2014.

BETANCOURT, Rómulo. **Venezuela, política y petróleo**. 6. ed. Caracas: Academia de Ciencias Políticas y Sociales; Universidad Católica Andrés Bello; Fundación Rómulo Betancourt, 2007. p. 976.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 13 ed. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 13. IPEA: Junho de 1996. [pp. 111 – 147]. Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/135/137>> Acesso em: 23 jul. 2014.

BORBÓN, Josette Altmann. El ALBA, Petrocaribe y Centroamérica: ¿intereses comunes? **Nueva Sociedad**. n. 219, 2009. pp. 127-144. Disponível em: <www.nuso.org> Acesso em: 18 Jun. 2013.

BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 16ª edição, São Paulo: Saraiva, 1997.

_____. Ministério da Integração Nacional (MI). Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional – SDR. **Subsídios para a definição da Política Nacional de Ordenamento Territorial - PNT0**. Versão preliminar. Brasília: MI, 2006. p. 251. Disponível em: <http://mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=45546192-e711-497a-8323-07244ee574ce&groupId=24915>. Acesso em: 02 dez. 2014.

_____. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Assuntos. Áreas protegidas. **Cadastro nacional de Unidades de Conservação**. [s/d]. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>>. Acesso em: 02 nov. 2015a.

_____. Ministério de Relações Exteriores (MRE). Política Externa. Relações bilaterais. Venezuela. **Répública Bolivariana da Venezuela**. [s/d]. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5411&Itemid=478&cod_pais=VEN&tipo=ficha_pais&lang=ptbr>. Acesso em: 17 mar. 2015b.

_____. Página brasileira do Mercosul. Saiba mais sobre o Mercosul. **Dados gerais**. [s/d]. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/index.php/saiba-mais-sobre-o-mercopol>>. Acesso em: 22 out. 2015c.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Assalto ao Estado e ao Mercado: neoliberalismo e teoria econômica. **Nueva Sociedad**. 2009, n.221. pp. 1-19. Disponível em: <http://nuso.org/media/articles/downloads/3611_2.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2013.

CALVOCORESSI, Peter. **Política mundial a partir de 1945**. 9. ed. Porto Alegre: Penso, 2011.

CARDOSO, Fernando H. *Avança, Brasil*: proposta de governo. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 172 p. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/62rp6/pdf/cardoso-9788599662687.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

CARROLL, Rory. **Comandante**: a Venezuela de Hugo Chávez. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

CAVALCANTI, Martina. Adesão da Venezuela pode enfraquecer Mercosul, diz especialista. **eBand**, São Paulo, 15 nov. 2009. Disponível em: <<http://noticias.band.uol.com.br/brasil/noticia/?id=222156>>. Acesso em: 12 out. 2014.

CEPAL. Cooperación e integración energética en América Latina y el Caribe. **Serie Recursos Naturales e Infraestructura**. n. 106. Santiago de Chile: CEPAL, 2006. Disponível em: <<http://archivo.cepal.org/pdfs/2006/S0600221.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2015.

CIA. Central Intelligence Agency. The world factbook. South America. **Venezuela**. 2015. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ve.html>>. Acesso em: 12 maio 2015.

CÍCERO, Pedro Henrique de Moraes. **Revolução Bolivariana e lutas sociais**: o confronto político nos primeiros anos do governo Hugo Chávez Frías. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000774910&fd=y>>. Acesso em: 01 abr. 2011.

COTANDA, Fernando Coutinho. A sociedade no século XX. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. v. 1, n. 2, p. 1-2, 2009. Disponível em: <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/A%20sociedade%20no%20s%C3%A9culo%20xx.pdf>. Acesso em: 07 set. 2014.

CRUZ, Diego González. Venezuela ante la baja de los precios del petróleo. **Nueva Sociedad**. n. 221, 2009. pp. 4-13. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3986648>>. Acesso em: 22 set. 2014.

CULPI, Ludmila Andrzejewski. Venezuela no Mercosul: aumento das tensões ou expansão comercial. **Boletim Mundorama**. América do Sul. v 1. [online], 2012. Disponível em: <<http://mundorama.net/2012/08/16/venezuela-no-mercosul-aumento-das-tensoes-ou-expansao-comercial-por-ludmila-andrzejewski-culpi/>>. Acesso em: 24 jul. 2014.

DUBOIS, R. A. *Introducción a la refinación del petróleo: su historia, la tecnología y su desarrollo: los productos y sus mercados: combustibles alternativos: su economía*. 1 ed. Buenos Aires: Eudeba, 2005. 304 p.

ELLNER, Steve. *Él fenómeno Chávez: sus orígenes y su impacto*. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 2011. p. 312.

FRÍAS, Hugo Rafael Chávez. **O livro azul**. Recife: Bagaço, 2014. p. 88.

FUCCILLE, Luís Alexandre. **Brasil e Venezuela no tabuleiro geopolítico: cooperação e competição no subcontinente**. Santa Catarina: Arquivo Ana Lagoa da UFSCar, 2007. p. 1-22. Disponível em: <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Fuccille%2023-08-07.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2014.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. p. 268.

GALVÃO, T. G. *Parceria relutante: as relações entre Brasil e Venezuela (1810-2010)*. 2011. 579 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília; Brasília. 2011.

HEIDEMANN, F. G; SALM, J. F. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. 2. ed. Editora UNB: Brasília, 2009.

HITNER, Verena. *Balance de las relaciones político-diplomáticas entre Brasil y Venezuela en el período de 2003 a 2011. Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo*. v.7. n.14. Julio-diciembre 2012. pp. 27-52. Disponível em: <<http://www.saber.ula.ve/handle/123456789/36930>> Acesso em: 30 set. 2014.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LINARES, Rosalba. ALBA: de la integración clásica a la integración social y solidaria. **Actualidades**. n. 17, 2007. p. 145-169.

MARTÍNEZ, Aníbal. **Diccionario del petróleo venezolano**. 2 ed. Colección Minerva. Caracas: Libros de El Nacional, 2002. p.190.

MAYOBRE, E. *La propuesta Petromérica y la integración energética de América Latina y el Caribe*. Venezuela: Instituto Latinoamericano de Investigadores Sociales – ILDIS, 2005. 113 p.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Convenção 169. 27 jul. 1989. Brasília: OIT, 2011. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/convencao%20169%20portugues_web_292.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2014.

ONU. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos Indígenas. 13 set. 2007. Disponível em: <http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf>. Acesso em: 22 maio 2014.

O SEGREDO das Sete Irmãs: a vergonhosa história do petróleo. Episódio 1: Tempestades e fortunas no deserto. Produção de Frédéric Tonolli e Arnaud Hamelin. França: Sunset Presse Production, 2011. Online (51:48 m). Digital, sonoro, colorido, Legendado em português. Documentário em quatro episódios. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jQYK3ttfVaw>>. Acesso em: 25 out. 2014.

OPEP (2015). **OPEC share of world crude oil reserves, 2014**. Disponível em: <http://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/330.htm> Acesso em: 26 Jul. 2015.

PDVSA. Programa educación y soberanía petrolera. Los hidrocarburos como elemento para la integración: **Petrosur**, 2005 (online). Disponível em: <http://www.pdvsa.com/PESP/Pages_pes/ hidrocarburos/petrosur.html>. Acesso em: 12 out. 2013.

PETROCARIBE. **Princípios**. Caracas: Petrocaribe, 2009. Disponível em: <<http://www.petrocaribe.org/>>. Acesso em: 4 maio 2014.

POTTELLÁ, C. M.; QUIROZ, R. *La energía como factor activo de la integración latinoamericana*. Venezuela: Instituto Latinoamericano de Investigadores Sociales - ILDIS, 2006. 33 p.

ROJAS, Pedro Rodríguez. Venezuela: del neoliberalismo al socialismo del siglo XXI.

Política y Cultura. n. 31, 2010, p. 187-211. Disponível em: <<http://scielo.unam.mx/pdf/polcul/n34/n34a9.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

ROMERO, María Teresa; ROMERO, Aníbal. **Diccionario de política**: conceptos fundamentales, grandes autores e relaciones internacionales. 2. ed. Caracas: Editorial Panapo, 2005. p. 248.

RORAIMA. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN). Centro de geotecnologia, cartografia e planejamento territorial (CGPTERR). **Mapa da potencialidade social e áreas institucionais protegidas**. [Boa Vista], 2009. 1 mapa, colorido.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento - SEPLAN. **Cartilha síntese da proposta do ZEE/RR para consulta pública**. 2 atualização. [s/d]. p. 17. Disponível em: <http://ufr.br/mepa/phocadownload/cartilha%20zee-rr%20-%20versao%20final%20_1_.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2015.

RUIZ-CARO, Ariela. Cooperación e integración energética en América Latina y el Caribe. Serie Recursos Naturales e Infraestructura. n. 106. Santiago de Chile: CEPAL, 2006. 84 p. Disponível em: <<http://archivo.cepal.org/pdfs/2006/S0600221.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2015.

SABATINI, Franco; ROLANDI, María Lis. Los hidrocarburos en las Relaciones Económicas Energéticas Internacionales: claves para el liderazgo regional. In: **Congreso Nacional de Ciencia Política**, 12, 2015, Mendoza. [pp. 1-35]. Disponível em: <<http://www.congreso.saap.org.ar/sites/default/files/slides/SAAP%20FRANCO%20y%20Lis%20s.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

SALMERÓN, Víctor. **Petróleo y desmadre**: de la gran Venezuela a la Revolución Bolivariana. Caracas: Editorial Alfa, 2013. p. 191.

SANTOS, Gabriel de los. Chávez y la teoría de la revolución permanente en Venezuela. **Militante: corriente marxista revolucionaria**. Venezuela. Especial ed. 2015. Disponível em: <http://www.elmilitantevenezuela.org/index.php?option=com_content&view=article&id=7735:chavez-y-la-teoria-de-la-revolucion-permanente-en-venezuela&catid=3&Itemid=100037>. Acesso em: 18 abr. 2016.

SANTOS, Alexandre Felipe Pinho dos; ANJOS, Jeniffer Natalie Silva dos; SENHORAS, Elói Martins. Securitização energética na fronteira Brasil-Venezuela: uma discussão sobre o complexo de Guri. Primeiro Seminário Internacional Sociedades e Fronteiras. Fronteiras da interdisciplinaridade e a interdisciplinaridade das fronteiras. **Anais**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012. pp. 27-46. Disponível em: <<https://ufr.br/ppgsof/index.php/component/content/article.html?id=16>>. Acesso em: 18 out. 2014.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Détente, diversidade, intranquilidade e ilusões igualitárias (1969-1979). In: **História das Relações Internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. pp. 231- 251.

SCHAEEL, Maria Sol Pérez. **Petróleo, cultura y poder en Venezuela**. 2. ed. Caracas: Los Libros de El Nacional, 2011. p. 303.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 461.

SERBIN, Andrés. América del Sur en un mundo multipolar: ¿es la Unasur la alternativa? **Nueva Sociedad**. n. 219, 2009. p. 145-156. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3588_1.pdf>. Acesso em: 22 out. 2014.

SEVERO, Rivadavia. Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Portal EBC. Agência Brasil. **Internacional**. Lula e Chávez assinam 27 acordos e convênios de cooperação. Publicado em 06 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-08-06/lula-e-chavez-assinam-27-acordos-e-convenios-de-cooperacao>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

SIMÕES, Rodrigo Ferreira; LIMA, Ana Carolina da Cruz. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **Revista de desenvolvimento econômico**. v. 12. n. 21, 2010. [pp. 5-19] Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/878/940>>. Acesso em: 13 maio 2014.

SMITH, Rodrigo Arcaya. Integración latinoamerica: una utopia? In: URRUTIA, Edmundo González (compilador). **Democracia, paz y desarrollo**. Caracas. Editorial Melvin, 2013. pp. 317-333.

SOSA, Pedro Luis Rodríguez; PARDO, Luis Roberto Rodríguez. **El petróleo como instrumento de progreso: una nueva relación ciudadano-estado-petróleo**. Caracas: Ediciones IESA, 2012. p. 234.

SOUZA, Dellany Maria Dantas; RAMALHO, Ângela Maria Cavalcanti Carvalho; MOTA, Leonardo de Araújo e. O desenvolvimento como alargamento das capacidades humanas: aproximações entre Amartya Sen e Celso Furtado. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 2, n. 2, 2014 [pp. 47-58]. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/4805/2967>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SOUZA, Romina Batista de Lucena de. **O desenvolvimento econômico da Venezuela, 1950/2006**. 2008. 160 p. Tese (Doutorado em Economia do Desenvolvimento) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15360/000680375.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 28 set. 2014.

TOBAR, René Báez. Monroísmo y bolivarismo confrontan en los Andes. **Tendencias**. Revista de la Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas. Universidad de Nariño. v. 8, n. 1, 2007. p. 130-142. Disponível em: <<http://revistas.udenar.edu.co/index.php/rtend/article/view/650/771>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

TRENADO, Manuel Hidalgo. Venezuela: de la crisis del modelo de Punto Fijo al régimen Chavista. **Revista Nuestra América** n. 4, 2007. p. 13-35. Disponível em: <<http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/2546/3/13-35.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2013.

UNITED STATES OF AMERICA (USA). U.S Energy Information Administration (EIA). **Independent Statistics and Analysis** [s/d] (online). Disponível em: <www.eia.gov>. Acesso em: 03 ago. 2015.

VENEZUELA. Blog petrolero. Home. Ingeniería de reservorios. **Cuencas petroleras de Venezuela**. 2016. Disponível em: <<http://blog-petrolero.blogspot.com.br/2009/10/cuencas-petroleras-de-venezuela.html>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

_____. Corporación Venezolana de Guayana – CVG. Eletrificación del Caroní C.A. EDELCA. *Informe anual 2001*. Guayana: Gerencia de Asuntos Públicos, 2002. 108 p.

_____. Gobierno Bolivariano de Venezuela. Ministerio del Poder Popular de Petróleo e Minería. Petróleos de Venezuela S.A. – PDVSA. **Historia**. Caracas: PDVSA, 2005. Disponível em: <<http://www.pdvsa.com/>>. Acesso em: 22 ago. 2014.

_____. Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe (SELA). **Acuerdo de Cooperación Energética PETROCARIBE**. Caracas: Secretaría Permanente, 2013. p. 29. Disponível em: <<http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2013/12971.pdf>>. Acesso em: 22 maio, 2014.

VILERA, Amaury González. **Ensayos críticos por una revolución cultural**: contribución a la batalla de las ideas. Caracas: Fundación Editorial El perro y la rana, 2009. p. 237.

VILLA, Rafael Duarte. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. **Estudos Avançados**. v. 19, n. 55, 2005. p. 153-172. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/10.pdf>> Acesso em: 23 mar. 2013.

VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História do mundo contemporâneo: da Pax Britânica do século XVIII ao Choque das Civilizações do século XXI**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 255.

WILPERT, Gregory. Venezuela y el exceso de petróleo: inflación y penurias. **Le Monde Diplomatique**. n. 217, 2013. pp. 1-5. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.es/>> Acesso em: 21 Out. 2014.

ANDREZA LIMA - Graduada em Relações Internacionais e Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia pelo Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe da Universidade Federal de Roraima. Pesquisa a região Amazônica no âmbito da cooperação internacional e a Venezuela no campo da cooperação energética.

PETROSUR



🌐 www.arenaeditora.com.br

✉ contato@arenaeditora.com.br

📷 @arenaeditora

📘 www.facebook.com/arenaeditora.com.br

Arena
Editora
Ano 2023

PETROSUR



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2023